

## **II RELATÓRIO ANUAL**

### **Projeto Temático**

**“BRASIL, 25 ANOS DE DEMOCRACIA – BALANÇO CRÍTICO: Políticas Públicas, Instituições, Sociedade Civil e Cultura Política – 1988 / 2013”.**

**Processo: 11/50771-8**

**1º de Março de 2013 - 28 de Fevereiro de 2014**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	03
<b>1. EQUIPE DO PROJETO</b>	05
1.1. Coordenação geral	05
1.1.1. Pesquisadores principais	05
1.1.2. Coordenadores de área	05
1.1.3. Outros pesquisadores e docentes	05
1.1.4. Pós-doutorandos	06
1.2. Estudantes participantes	06
1.2.1. Doutorandos	06
1.2.2. Mestrandos	06
1.2.3. Graduandos	07
1.2.4. Bolsa de Treinamento Técnico	08
1.3. Funcionárias administrativas	08
<b>2. RESUMO DO PROJETO</b>	09
<b>3. PRINCIPAIS AVANÇOS ALCANÇADOS NO PRIMEIRO ANO DE PESQUISA</b>	13
<b>I) INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO</b>	14
<b>II) ACESSO À JUSTIÇA</b>	16
<b>III) SOCIEDADE CIVIL E CULTURA POLÍTICA</b>	17
<b>IV) POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	20
<b>A) EDUCAÇÃO</b>	20
<b>B) SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE</b>	23
<b>C) CULTURA</b>	24
<b>4. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS</b>	25
<b>I) INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO</b>	25
<b>II) SOCIEDADE CIVIL E CULTURA POLÍTICA</b>	29
<b>III) POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	34
<b>A) EDUCAÇÃO</b>	34
<b>B) SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE</b>	37
<b>C) POLÍTICA CULTURA</b>	42
<b>5. OUTRAS DIMENSÕES ANALÍTICAS</b>	43
<b>A) CORRUTECA</b>	43
<b>B) SITE QUALIDADE DA DEMOCRACIA</b>	45
<b>6. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E BANCO DE DADOS</b>	46
<b>7. SURVEYS DE MASSA E DE ELITES A SEREM APLICADOS EM 2014</b>	55
<b>8 LISTA COMPLETA DOS TEXTOS PRODUZIDOS NO SEGUNDO ANO DE PESQUISA</b>	57
<b>9. PARTICIPAÇÕES DOS PESQUISADORES EM SEMINÁRIOS E OUTROS EVENTOS</b>	60
<b>9.1. SEMINÁRIOS REALIZADOS PELO NUPPs em 2013</b>	63
<b>10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	66
<b>11. ANEXOS</b>	78

## APRESENTAÇÃO

Este é o segundo Relatório de pesquisa do projeto “**BRASIL, 25 ANOS DE DEMOCRACIA – BALANÇO CRÍTICO: INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, SOCIEDADE CIVIL E CULTURA POLÍTICA, E POLÍTICAS PÚBLICAS – 1988/2013**”, processo FAPESP 11/50771-8, do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas – NUPPs, da Universidade de São Paulo, coordenado pelo professor José Álvaro Moisés, e que corresponde ao período compreendido entre 1º de março de 2013 e 28 de fevereiro de 2014.

O relatório apresenta, em primeiro lugar, o resumo do projeto e de seus objetivos gerais e, em seguida, a retrospectiva dos principais temas desenvolvidos ao longo do segundo ano de trabalho pelas várias equipes do mesmo. O objetivo da narrativa é chamar a atenção tanto para os avanços realizados em termos de conhecimento por cada área temática da pesquisa, como enfatizar os aspectos que demandam novos desenvolvimentos e esforços a serem realizados nos próximos anos.

O relatório também apresenta os resultados de dimensões analíticas que, em consequência do desenvolvimento da pesquisa, foram incluídas nos objetivos gerais do projeto. Em primeiro lugar, há os resultados que se referem ao papel do Judiciário no funcionamento do regime democrático; e, em segundo, o impacto da corrupção no funcionamento das instituições democráticas. É cada vez mais evidente que não é possível avaliar adequadamente o papel do Executivo e do Legislativo sem levar em conta o desempenho do Judiciário; ao mesmo tempo, a análise do desempenho do Congresso Nacional mostrou a existência de relação entre o comportamento de parlamentares, embora não todos, com o fenômeno da corrupção. Isso recomendou a inclusão das duas dimensões mencionadas no escopo da pesquisa, como, aliás, já tinha sido indicado no relatório do primeiro ano.

O relatório se desdobra em 8 itens e um conjunto de anexos: o **item 1** descreve, na sequência desta apresentação, a equipe de pesquisadores que se ocupou do mesmo ao longo do primeiro ano de suas atividades; o **item 2** resume e retoma a discussão dos objetivos do projeto e suas hipóteses teóricas; o **item 3** sumaria os principais avanços realizados no primeiro ano de pesquisa; o **item 4** traz a retrospectiva das atividades de pesquisa desenvolvidos no último ano, por áreas temáticas, e apresenta os temas desenvolvidos por cada equipe de pesquisa, assim como os seus principais resultados e os próximos passos programados; o **item 5** relata as dimensões analíticas incluídas no projeto e seus desdobramentos; o **item 6** reporta as atividades desenvolvidas relativas ao desenvolvimento da tecnologia de informação requeridas pelo projeto; o **item 7** lista os textos produzidos ao longo do período do primeiro ano de duração do projeto; o **item 8** relata a participação dos pesquisadores, no período compreendido, em seminários e eventos especializados; o **item 9** traz as referências bibliográficas utilizadas em textos do relatório.

Os **Anexos**, por sua vez, contêm todos os textos produzidos entre março de 2013 e fevereiro de 2014, entre os quais, os originais de dois livros, o primeiro organizado por José Álvaro Moisés e Rachel

Meneguello com resultados de projeto temático anterior apoiado pela FAPESP, desenvolvido no NUPPs e pelo CESOP da Unicamp, e cuja temática tem relação direta com os objetivos do presente projeto: A DESCONFIANÇA POLÍTICA E OS SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DA DEMOCRACIA foi publicado pela EDUSP (**Anexo 65**); o segundo, organizado por José Álvaro Moisés com resultados de atividades do grupo de pesquisa sobre as instituições de representação: O CONGRESSO NACIONAL, OS PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA DE INTEGRIDADE (representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo) será publicado em 2014 pela Fundação Konrad Adenauer (Anexo 32). Os demais textos são teses, artigos e contribuições que ou já foram publicados ou estão em fase de decisão pelos corpos editoriais de revistas e outros meios de divulgação para os quais foram enviados.

## **1. EQUIPE DO PROJETO**

### **1.1. Coordenação geral:**

- Professor José Álvaro Moisés, cientista político, professor do DCP/FFLCH, diretor científico do NUPPs e membro do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Ciências Sociais – ISSC, da UNESCO, como representante da Associação Internacional e Ciência Política - IPSA;

#### **1.1.1. Pesquisadores principais:**

- José Álvaro Moisés, (vide acima);
- Elizabeth Balbachevsky, cientista política, DCP/FFLCH e NUPPs/USP, vice-cordenadora NUPPs;
- Leandro Piquet Carneiro, cientista político, IRI/NUPPs;
- Nina Beatriz Stocco Ranieri, advogada, FD/USP;

#### **1.1.2. Coordenadores de áreas:**

- Edison Nunes, cientista político, NUPPs e PUC-SP, co-coordenador da área de Instituições de Representação Política;
- Elizabeth Balbachevsky, cientista política, DCP/NUPPs/USP, co-coordenadora da área de Educação;
- Emmanuel Silva Nunes de Oliveira Júnior, cientista político, NUPPs, coordenador da área de Segurança;
- Helena M. Sant’Ana Sampaio, antropóloga, NUPPs e FE/UNICAMP, co-coordenadora da área de Educação;
- José Álvaro Moisés, cientista político, DCP/NUPPs/USP, co-coordenador da área de Instituições e Representações Política;
- José Veríssimo Romão Netto, cientista político, NUPPs/USP, co-coordenador da área de políticas de Cultura;
- Nuno Coimbra Mesquita, NUPPs, coordenador da área de Sociedade Civil e Cultura Política; co-coordenador da área de políticas de Cultura;
- Maria Tereza Aina Sadek, cientista política, DCP/NUPPs/USP, coordenadora da área de Justiça;

#### **1.1.3. Pesquisadores associados e docentes:**

- Adilson Simonis, estatístico, IME/USP;
- Eunice Ribeiro Durham, antropóloga, aposentada, DA/FFLCH/USP;
- Giovanni Eldasi, Pedagogo e Especialista em Tecnologia e Educação, UVERSITA e NUPPs/USP;
- José Ricardo Tranjan<sup>1</sup>, Cientista Político, Universidade de Waterloo/ Canadá;
- Luciano Ramos, cientista social, UNICAMP e NUPPs.
- Luiz Gustavo Bambini de Assis, advogado, EACH/USP e NUPPs;
- Marcos D’Ávila Pompéia, filósofo, NUPPs (até setembro de 2013);
- Marta Assumpção Rodrigues, socióloga, EACH/USP;
- Martha Abrahão Saad Lucchesi, advogada, educadora, NUPPs;
- Matilde Confalonieri, publicitária, NUPPs (até junho de 2013);
- Pablo Silva Cesário, internacionalista (Relações Internacionais/ UnB) e NUPPs;

---

<sup>1</sup> Vide tese no Anexo 54 .

- . Rogério Schlegel, cientista político, NUPPs;

#### 1.1.4. Pós-doutorandos:

- . Adrián Albala, cientista político, NUPPs/USP, sob supervisão do professor José Álvaro Moisés, sem bolsa; tema da pesquisa: **“Governos de coalizão e sistemas presidenciais: Aprofundando a teoria mediante uma ‘presidencialização’ do enfoque. Evidências desde América Latina”**<sup>2</sup>;
- . Emmanuel Silva Nunes de Oliveira Júnior, cientista político, NUPPs/USP, sob supervisão do professor José Álvaro Moisés, tema da pesquisa: **“Análise das Políticas Públicas de Segurança no Brasil, entre 1982 e 2010: Contexto, Instituições e Indivíduos”**<sup>3</sup>;
- . Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, cientista político, NUPPs/USP, sob supervisão do professor José Álvaro Moisés, sem bolsa; tema da pesquisa: **“Participação política: novos arranjos entre Estado, sociedade civil e TCIs na consolidação democrática”**<sup>4</sup>;
- . Pablo Silva Cesário, cientista político, NUPPs/USP, sob supervisão do professor José Álvaro Moisés, sem bolsa; tema da pesquisa: **“O Lobby no Brasil: grupos de interesse assimetria de influência”**<sup>5</sup>;
- . Gabriela Oliveira, cientista política, NUPPs/USP, sob supervisão do professor José Álvaro Moisés, com bolsa da FAPESP; tema de pesquisa: **“Consenso e Representação na Democracia Brasileira: Uma Análise Individual e Sistêmica do Apoio às Instituições de Representação Política”**<sup>6</sup>;
- . Nuno Coimbra Mesquita, cientista político, NUPPs/USP; sob supervisão do professor José Álvaro Moisés; com bolsa da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP; tema de pesquisa: **“Meios de Comunicação e Partidos Políticos”**<sup>7</sup>;
- . Rolf Rauschenbach, cientista político, NUPPs/USP, sob supervisão do professor José Álvaro Moisés; com bolsa da FAPESP; tema de pesquisa: **“Processos de democracia direta no Brasil: levantamento de dados, análise e comparação internacional”** (FAPESP, 11/10542-0) de 01/11/11 a 31/1/13;

## 1.2. Estudantes participantes:

### 1.2.1. Doutorandos:

- . Erik Arnesen, (Faculdade de Direito/USP) - tema da pesquisa: “Construção judicial de conceitos em políticas públicas educacionais”;
- . Fabrício Vasselai, (Ciência Política/USP) – tema de pesquisa: “Distribuição Distrital do voto e o número efetivo de partidos”;
- . Lara Barbosa Quadros Côrtes, (Faculdade de Direito/USP) – tema de pesquisa: “Estado federal e igualdade na educação básica pública”, concluído em 2013;
- . Leandro Consentino, (Ciência Política/USP) – tema de pesquisa: “A constituição institucional da política energética para o etanol em perspectiva comparada”;
- . Lúcio Nagib Bittencourt, (Administração Pública e Governo/ FGV-EASP e NUPPs – tema de pesquisa: “Implementação de Políticas de Cultura);
- . Sérgio Simoni Jr. (Ciência Política/USP) – tema de pesquisa: “Política Distributiva no Brasil”;

### 1.2.2. Mestrandos

---

<sup>2</sup> Vide anexo 2.

<sup>3</sup> Vide anexo 34.

<sup>4</sup> Vide anexo 50.

<sup>5</sup> Vide anexo 14.

<sup>6</sup> Vide anexo 37.

<sup>7</sup> Vide anexo 30.

- . Bárbara Regina Vieira Lopes (Ciência Política/USP) tema de pesquisa: “O debate em torno da lei de inovação no Brasil: coalizões de valores e interesses”;
- . Bruno Gabriel de Melo Rico, (Ciências Sociais/PUC-SP), tema de pesquisa: “O papel da CGU no Sistema de Integridade Brasileiro”;
- . Denise Martins Moretti, (Faculdade de Direito/USP) – tema de pesquisa: “A compatibilidade entre a lógica econômica e o ensino superior, após a Constituição Federal de 1988: O caso da Anhanguera Educacional Participações S.A.”, concluído em 2013.
- . Frederico Castelo Branco Teixeira, (Ciência Política/ USP), tema de pesquisa: “Avaliação da polícia no município de São Paulo entre 2001 e 2010”.
- . Gabriel Bento Madeira, (Ciência Política/USP) – tema de pesquisa: “Quem controla os recursos públicos? O papel do Legislativo brasileiro no processo orçamentário (2000-2010)”
- . Guilherme Pires Arbache (Ciência Política/USP) – tema de pesquisa: Participação Política no Brasil;
- . Pedro Henrique dos Santos Malafaia, (Ciência Política/USP) – tema de pesquisa: “Organizações Sociais de Cultura do Estado de São Paulo”;
- . Rafael Moreira Dardaque Mucinhato, (Ciência Política/USP) – tema de pesquisa: O PMDB e o centro do sistema partidário brasileiro”;
- . Roberto del Conte Viecelli, (Faculdade de Direito/USP) – tema de pesquisa: O ciclo da judicialização das políticas públicas educacionais: as decisões do STJ e do STF de 1996 a 2011 sobre a LDB-1996 e seus efeitos indiretos externos;
- . Rodrigo Miranda Burgarelli, (Ciência Política/USP) – tema de pesquisa: “A Transparência, accountability e qualidade da democracia nos portais de instituições governamentais brasileiras” ;
- . Sara Tironi, (Direito USP) - tema da pesquisa: “Políticas públicas para educação infantil: análises da atividade legislativa no congresso nacional entre 2001 e 2010”.

### 1.2.3. Graduandos

- . Beatriz Soares Rodriguez –(IRI/USP), orientanda do prof. José Álvaro Moisés, com bolsa de monitoria pelo projeto, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas;
- . Bruno Gabriel Bassi das Chagas, (EACH/USP), estagiário, pesquisa SENAI, dez/12 até abr/13;
- . Caio Cezar Cassorla Izaú, (Ciências Sociais/USP), bolsista de Iniciação Científica, bolsa pelo projeto, com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, de outubro/11 até janeiro/14;
- . Carlos Ajuni, (EACH/USP), estagiário, fev/13;
- . Daniele Soares Silva (Ciências Sociais/USP), bolsista de Iniciação Científica, bolsa pelo projeto, com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, de outubro/11 até agosto/12;
- . Diogo Barbosa Maciel, (Ciências Sociais/USP), bolsista do “Ensinar com Pesquisa, orientado pela profa. Elizabeth Balbachevsky, de 28/02/2012 até 28/02/2013;
- . João Pedro da Silva Paro, (Faculdade de Direito/USP);
- . Juliana Pagliarelli Reis, (Ciências Sociais/USP), bolsista do “Ensinar com Pesquisa”, orientada pela Profa. Elizabeth Balbachevsky, de 28/02/2012 até 28/02/2013. No presente está elaborando projeto a ser apresentado ao CNPq;
- . Kayli Cappucci da Silva, (Ciências Sociais/USP), bolsista de Iniciação Científica, bolsa pelo projeto, com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, de outubro/11 até nov/13;

- . Lilian Sendretti Rodrigues Macedo (Ciências Sociais/USP), bolsista do PIBIC, CNPq, orientada pela profa. Elizabeth Balbachevsky, de 01/08/2012 a 31/07/2013. Pedido de prorrogação em elaboração;
- . Lucas Malta Mingardi, (Ciências Sociais/USP), bolsista de Iniciação Científica, bolsa pelo projeto, com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, de outubro/11 até presente data;
- . Luiz Daniel Vinha Absalão, (Ciências Sociais/USP), bolsista de Iniciação Científica, bolsa pelo projeto, com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, de maio/12 até presente data;
- . Nina Simões, (Ciências Sociais/USP), bolsista de Iniciação Científica, bolsa pelo projeto, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, de outubro/11 até out/13;
- . Talita Correa Santos, (EACH/USP), estagiária, pesquisa SENAI, desde jan/13 até mar/13;
- . Danilo Cymrot, (Faculdade de Direito), bolsista de Iniciação Científica, bolsa pelo projeto, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, de fev. a jul./13;
- . Elisa Vanzella Lucena (Direito Ribeirão Preto/USP), bolsista de Iniciação Científica, bolsa pelo projeto, com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, orientando profa. Nina Ranieri, título da pesquisa: “O impacto da experiência democrática sobre as políticas públicas de educação por via da atividade do supremo Tribunal Federal, do superior Tribunal de Justiça e do congresso nacional<sup>8</sup>”, de maio/13 a nov/2013.
- . Rafael Romão Freitas (Direito USP), bolsista de Iniciação Científica, bolsa pelo projeto, com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, orientando do prof. Gustavo Bambini, título da pesquisa: “Balanço crítico dos projetos de lei relativos a políticas públicas para a educação básica que tramitaram no Congresso Nacional entre 2000 e 2010”, de maio/13 até a presente data.
- . Michel Kurdoglian Lutaif (Direito USP), bolsista da FD/USP, orientando profa. Nina Ranieri, título da pesquisa: “Brasil, 25 anos de democracia e políticas públicas para o direito à educação - análise dos projetos de lei não aprovados no congresso nacional entre 1995 e 2010<sup>9</sup>”.

#### **1.2.4. Bolsas de Treinamento Técnico**

- . Flávio Daher, (IME/USP), bolsa de Treinamento Técnico IV, pela FAPESP;

### **1.3 Funcionárias administrativas**

- . Juliana Helena Bonat, especialista em Sociologia Política, analista administrativa do NUPPs, responsável pela área financeira dos projetos, a partir de set/13;
- . Regina dos Santos, graduada em Letras, Secretária do NUPPs e responsável pelo acervo do mesmo;
- . Vera Cecília da Silva, graduada em Letras, Analista acadêmica do NUPPs, responsável pela área administrativa;

---

<sup>8</sup> Vide anexo 16.



## 2. RESUMO DO PROJETO

O objetivo principal deste projeto é realizar um balanço crítico dos 25 anos da democracia brasileira (1988/2013) com base na análise de três eixos temáticos principais: as instituições democráticas, as relações entre sociedade civil e cultura política e as políticas públicas. A perspectiva adotada é a proposta pela abordagem da qualidade da democracia (Diamond e Morlino, 2005), ou seja, a que coloca o foco da análise nas relações entre princípios democráticos, procedimentos institucionais, participação política e os resultados do funcionamento da democracia. Por essa razão, as questões relativas à responsividade (*responsiveness*) e à responsabilização (*accountability*) de governos democráticos e líderes políticos têm grande ênfase no projeto.

Embora a proposta de estudo esteja centrada no caso brasileiro, todo o seu desenvolvimento se faz nos marcos da análise comparativa com experiências semelhantes na América Latina e outras regiões do mundo. Com a ampliação do conhecimento do caso brasileiro, pretende-se contribuir para a agenda de pesquisa internacional que, depois dos estudos de transição política e consolidação democrática, vem concentrando seus esforços em torno da questão da qualidade das novas democracias. Ao mesmo tempo, espera-se que os resultados da pesquisa possam servir de referência crítica para a agenda que envolve o aperfeiçoamento dos modelos de gestão de políticas públicas e de reformas das instituições democráticas.

Este projeto conta com a participação de docentes, pesquisadores e alunos de cinco unidades da USP: a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, o Instituto de Relações Internacionais, a Faculdade de Direito, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades e o Instituto de Matemática e Estatística; tem, ainda, a participação de docentes e pesquisadores da Universidade de Campinas – UNICAMP, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e da FGV/SP. Além disso, parte das atividades de avaliação e interpretação das percepções do público sobre algumas políticas públicas específicas, a exemplo de segurança e criminalidade, é realizada em parceria com outras instituições, estando previsto para isso a utilização conjunta dos bancos de dados de *surveys* nacionais de opinião pública realizados por diferentes núcleos de pesquisa nos últimos cinco anos<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Vide Anexo 69.

<sup>10</sup> Existem no NUPPs os seguintes **Bancos de Dados** para consulta: referentes à pesquisa “Democratização e Cultura Política” (1989a, 1989b, 1990 e 1993); “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas no Brasil” (2006); e “O Congresso Nacional no Contexto do Presidencialismo de Coalizão” (2010); e em centros como o Núcleo de Estudos da Violência – NEV, o survey “Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar sobre Atitudes, Normas Culturais e Valores em relação a Violação de Direitos Humanos e Violência”. O Banco “Educação” (ProUni, Docentes, Servidores, ENADE, CAPES, Educação Superior, Ensino Médio e EAD). Em 2013, foram coletados pelos pesquisadores do NUPPs, a partir de fontes oficiais disponibilizadas pela internet, um novo Banco Público (Candidaturas, Financiamento Eleitoral, Eleitorado, Resultado das Eleições, Bens de Candidatos, Censo da Ed. Básica e ENC- Provão, ENADE, Unidades Básicas Saúde, Lista de Cartórios, Postos DPF e DPRF, Acidentes em Rod. Feds., Agências Previdência Social, PROCONS) e o banco elaborado pelo NUPPs (Deputados, Senado, Projetos de Leis, Surveys Cult. Política), que serão disponibilizados em breve.

Entre 2011 e 2015, período em que as atividades deste projeto se desenvolvem, o Brasil completa um quarto de século do seu recente regime democrático. Em quase 125 anos de regime republicano, essa é a segunda vez que o país experimenta a vigência da democracia com relativa continuidade. As eleições de 2010 mostraram, pela sexta vez consecutiva, que dois requisitos fundamentais de qualquer regime democrático, a participação popular e a competição política (Dahl, 1967), avançaram bastante em seu processo de consolidação como componentes permanentes do sistema político vigente no país desde a promulgação da Constituição de 1988. Ainda assim, como já foi observado a respeito do processo de democratização de outros países, inclusive de casos em que a democracia está consolidada (Diamond, 2002; Rose e Shin, 2001; Schedler e Sarsfield, 2004), a existência de eleições livres e justas, mesmo garantidas por algumas liberdades, embora seja condição necessária do regime, é insuficiente para assegurar que outros requisitos ou princípios democráticos - como o primado da lei, o acesso universal a direitos civis, políticos, sociais e econômicos, e a necessária fiscalização e controle de quem exerce o poder - estejam plenamente estabelecidos. O estabelecimento de relações entre as preferências dos eleitores, o desempenho das instituições democráticas e a implementação de políticas públicas não é algo automático nem ocorre, necessariamente, segundo um padrão homogêneo ou linear no curso dos processos de democratização que, desde meados dos anos 70 do século passado, se verificaram em várias sociedades complexas e desiguais em diferentes partes do mundo (Shin, 2005). O processo depende da dinâmica estabelecida entre a sociedade civil, a sua cultura política e o desempenho das instituições democráticas adotadas.

Assim, construir uma democracia robusta e de qualidade, capaz de atender as expectativas dos eleitores quanto às políticas públicas indispensáveis, é uma tarefa complexa e difícil, e mesmo em casos em que o regime existe há muito tempo, se não for protegida e nutrida, a democracia pode se deteriorar<sup>11</sup>.

Com efeito, em vários casos, diferentes autores fizeram referência à existência de um paradoxo ou de uma contradição (Norris, 1999; Morlino, 2009; Moisés, 2010a) que marcaria a experiência democrática recente de países de tradição política e cultural bastante distinta: enquanto, por um lado, a aceitação do regime democrático como um ideal se tornou um marco consensual da cultura política – com as taxas de adesão à democracia ultrapassando a casa dos 2/3 frequentemente -, por outro, a avaliação pública do desempenho das instituições democráticas e da implementação de políticas públicas é algo crescentemente negativo, marcados por desconfiança política, cinismo, desalinhamento partidário e a emergência de formas não

---

<sup>11</sup> O relatório de novembro de 2010 da *The Economist Intelligence Unit*, reconhecida como importante fonte de referência, mostrou que entre 2008 e 2010 ocorreram a diminuição do número de democracias plenas existentes no mundo, de 30 para 26; o aumento do número de democracias imperfeitas de 50 para 53; a elevação do número de regimes autoritários de 51 para 55; e, no caso do Brasil, a queda do seu *score* total de 7.38 para 7.12; o país passou de 41º. para 47º. no *rank* de todos os demais países incluídos no balanço (*The Economist*, [www.eiu.com](http://www.eiu.com), acessado em dezembro de 2010).

convencionais de participação política (Dalton, 2000). O processo não implica, por certo, em rejeição da democracia como regime, mas envolve o balanço crítico de instituições específicas que, caracterizadas por distorções ou por um desempenho insuficiente, operam aos olhos do público com baixa intensidade, como incapazes de dar conta das expectativas que sua missão institucional e o seu discurso autojustificativo suscitam entre eles (Offe, 1999; Warren, 1999). Morlino, por exemplo, fala, no caso de democracias recentes, de um processo de deslegitimação precoce dessas instituições que, mesmo não comprometendo em curto prazo a legitimidade geral do regime, pode vir a solapar progressivamente a percepção pública de que a democracia é a melhor forma de governo para os cidadãos de determinado país enfrentarem e resolverem os seus dilemas coletivos (Morlino, 2009). Em sentido semelhante, Booth e Seligson (2009) mostraram como o impacto de percepções negativas do desempenho de instituições e da implementação de políticas públicas afeta a legitimação da democracia em vários países latino-americanos.

O diagnóstico recupera a distinção clássica introduzida quase meio século atrás por David Easton (1965) entre o apoio político difuso e específico, e retoma outros desenvolvimentos dados ao tema por Almond e Verba (1963); mas, ao mesmo tempo, ecoa os recentes argumentos de Torcal e Montero (2006), segundo os quais os fenômenos de desconfiança e desafeição políticas envolvem uma distinção analítica entre a possibilidade de um desengajamento político geral – que de fato parece não existir senão em poucos casos recentes de democratização – e as atitudes de descrença e descontentamento com o funcionamento de instituições específicas e o desempenho de políticas públicas [ver a respeito vários autores em Moisés et al. (2010b)]. Essa visão do problema exclui a dúvida quanto à existência ou não da democracia nos países em exame, mas refere-se à qualidade dos novos regimes democráticos; Diamond e Morlino (2005), entre outros autores, definem o conceito de qualidade da democracia fazendo referência à integração dinâmica que deveria existir entre princípios, procedimentos e resultados práticos das experiências democráticas – aqui incluídas as políticas públicas. Ou seja, do ângulo da abordagem da qualidade da democracia, espera-se que princípios como a liberdade e a igualdade sejam, ao mesmo tempo, assegurados e estendidos por procedimentos como a participação, a representação política e a competição eleitoral – para o que, a vigência do primado da lei é uma condição indispensável; e, por outra parte, assume-se que princípios e procedimentos somente cumprem os seus objetivos uma vez que sejam capazes de gerar políticas públicas capazes de assegurar a extensão dos direitos de cidadania a todos os membros da comunidade política e de atender as expectativas dos eleitores formadas no curso do processo democrático. Uma democracia de qualidade, portanto, deveria assegurar que princípios e procedimentos democráticos não sejam apenas promessas, mas que produzam impacto na qualidade da vida das pessoas e nas escolhas que elas podem fazer durante a sua existência (ver também O'Donnell, Cullell e Iazzetta, 2004; Lijphart, 1999).

Essa maneira de definir a indagação central de pesquisa coloca desde logo o foco analítico sobre dois fenômenos associados, a responsividade (*responsiveness*) e a responsabilização (*accountability*). A responsividade pode ser definida como a capacidade ativa dos governantes de responderem de modo

consistente, com responsabilidade, eficiência e eficácia, às demandas e expectativas dos cidadãos; e a *accountability* se refere aos procedimentos e mecanismos através dos quais os eleitores e a sociedade civil podem responsabilizar e controlar a conduta de quem detém o poder. Segundo a abordagem da qualidade da democracia, os dois conceitos são analiticamente conexos, pois enquanto a responsividade envolve a percepção dos governantes quanto às preferências dos cidadãos, a avaliação pública da ação dos governos se foca em o quanto a sua resposta atende ou diverge dos interesses dos eleitores; nos dois casos a inter-relação entre o desempenho das instituições democráticas e a implementação de políticas públicas percebidas socialmente como necessárias (em dado país e em dado tempo) tem um papel decisivo; em realidade, tem a função de tornar efetiva a conexão entre as preferências dos eleitores formadas no processo de participação da sociedade civil e o modo como as instituições políticas operam para incluí-las no sistema político, respondendo com políticas públicas compatíveis.

Nesse sentido, alguns autores sustentaram que a responsividade é uma categoria analítica que permite observar – e analisar – a **representação política em ação**, a qual supõe, por um lado, a descrição e a análise de serviços públicos garantidos aos indivíduos e grupos representados pelos órgãos de governo; a distribuição de bens materiais e benefícios públicos aos cidadãos através da administração pública e de suas entidades; e a universalização e a extensão dos bens simbólicos que criam, reforçam e reproduzem o sentido de lealdade e de apoio dos cidadãos para com o sistema político (Eulau e Karps, 1977; Powell, 2005; Morlino, 2009); e, por outro, o desempenho efetivo das instituições de representação, como o parlamento e os partidos políticos, no sentido de incluir no sistema não só as preferências das maiorias, mas também das diferentes minorias que constituem a realidade diversa das sociedades complexas e desiguais; a questão, originalmente tratada por Mill (1964) no século XIX, não diz respeito apenas à prevenção contra a ditadura da maioria, mas ao modo efetivo como o sistema de representação inclui as minorias e as suas preferências no sistema político (Alencar, 1868; Santos, 1991, Moisés, 2010b). Essas questões definem os principais objetivos deste projeto de pesquisa.

### **3. PRINCIPAIS AVANÇOS ALCANÇADOS NO SEGUNDO ANO DE PESQUISA**

O diagnóstico e a análise crítica da experiência de 25 anos de democracia no Brasil (1988/2013) estão sendo trabalhados neste projeto a partir de uma perspectiva multidimensional. O esforço analítico se desenvolve simultaneamente em pelo menos três direções complementares, ou seja, o exame do desempenho das instituições democráticas e, em especial, das instituições de representação política; o balanço das relações entre sociedade civil e a cultura política dos brasileiros; e o diagnóstico das políticas públicas a partir da análise de três casos particulares, as políticas de educação, segurança e criminalidade, e cultura. A perspectiva analítica adotada, como indicado acima, está focada nos conceitos de responsabilização (*accountability*) e responsividade (*responsiveness*), os quais ocupam um lugar central na abordagem da qualidade da democracia. Os relatos apresentados adiante dão conta dos principais avanços realizados em cada uma dessas áreas temáticas do projeto de pesquisa. Cabe chamar a atenção para dois resultados em especial, reportados adiante, que se referem aos questionários dos surveys de opinião pública e de elites; eles são parte fundamental da agenda de pesquisa de 2014, já que, devido a razões específicas, a aplicação de ambos está sendo realizada neste ano.

#### **OS AVANÇOS ALCANÇADOS**

A expansão mundial da democracia foi um dos fenômenos políticos mais importantes do século XX, mas o cenário da segunda década do século XXI envolve um paradoxo. Em que pese os importantes avanços democráticos verificados por toda parte, a insatisfação política, a desconfiança de partidos e parlamentos, e a descrença de governos crescem nas novas e velhas democracias. Embora um grande número de países tenha se somado ao grupo de regimes usualmente considerados democráticos - mesmo em áreas do mundo onde os valores democráticos eram considerados inexistentes -, as vicissitudes dos processos de consolidação de vários regimes políticos inspiraram alguns analistas a caracterizá-los como sendo híbridos, democracias iliberais, incompletas ou falhas. A questão exige o aprofundamento do conhecimento dessa realidade de modo a se poder avançar na explicação de suas causas.

A presente pesquisa pretende contribuir para esse objetivo. Seu foco geral corresponde a três das principais dimensões da experiência democrática brasileira recente, a saber, o papel das instituições de representação e da justiça, o alcance das políticas públicas (em especial, as políticas de educação, de segurança pública e criminalidade e de cultura), e as relações da sociedade civil com a cultura política dos brasileiros. O objetivo é examinar o funcionamento do regime democrático tendo em conta alguns dos seus principais procedimentos, conteúdos e seus resultados gerais com base na abordagem da qualidade da democracia.

## INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO

As instituições democráticas e, em especial, as que fazem a mediação entre a sociedade e o Estado, como o Congresso Nacional e os partidos políticos, são tomadas no projeto como tendo um papel central na discussão tanto dos resultados da democracia, como dos mecanismos de controle do abuso de poder. Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos em 2013 pela equipe responsável por esse tema manteve o foco central do estudo na análise do desempenho das instituições de representação em sua relação com a qualidade da democracia vigente no Brasil.

Nos anexos são apresentados os resultados parciais dos estudos que examinaram de diferentes ângulos e perspectivas o papel do Congresso Nacional, o perfil e o desempenho dos representantes eleitos e o apoio dos brasileiros aos partidos políticos. As análises adotam uma perspectiva comparativa com outros países da América Latina e com casos recentes de democratização com o objetivo de avaliar e mensurar a qualidade da democracia brasileira e, nesse sentido, avançam também no exame da representação política das mulheres e do papel do TCU e da CGU como parte do sistema de integridade que interage com o Congresso Nacional. A premissa adotada, como se pode verificar nos textos anexados, é que a integração potencial dessas diferentes dimensões traduz o funcionamento do regime em alguns de seus desdobramentos práticos, com claros efeitos para a percepção dos cidadãos sobre o funcionamento do sistema político.

Essas dimensões de funcionamento do regime democrático são vistas como essenciais para a mensuração da qualidade da democracia, em especial, no que se refere aos conceitos de *accountability* (horizontal e vertical) e de *responsividade*. Em última análise, o que os estudos relatados mostram é o modo como o parlamento e os partidos políticos desempenham, por uma parte, a sua função de representação, isto é, como mecanismos através dos quais as preferências dos eleitores são levadas em conta pelo sistema político; e, por outra, o seu papel como organismos de fiscalização e controle através dos quais a sociedade limita os riscos de abuso no poder. Enquanto a função de representação organiza as relações entre maiorias e minorias políticas com base no princípio de decisões majoritárias, a missão relativa ao conceito de *accountability* interinstitucional tem o papel de atualizar as informações com as quais os eleitores fazem a sua escolha. Por essa razão, a representação é vista na pesquisa como um condicionante extremamente importante da participação política.

Os estudos relatados envolvem uma contribuição para o conhecimento dessas questões, e a agenda de pesquisa à qual a contribuição está ligada vai se desenvolver ainda por alguns anos com o objetivo de elucidar aspectos importantes do papel do Congresso Nacional e dos partidos políticos. Nesse sentido, a realização em 2014 do survey de massas previsto pelo projeto, dando conta das percepções e avaliações dos cidadãos em torno do funcionamento das instituições de representação, complementar as instâncias analíticas necessárias à avaliação do papel das instituições de representação para a qualidade da democracia atualmente em vigor no Brasil.

## Trabalhos produzidos no segundo ano da pesquisa:

- MOISÉS, J. A. (org.), “O CONGRESSO NACIONAL, OS PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA DE INTEGRIDADE: (representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo)”. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, no prelo<sup>12</sup>.
- MOISÉS, José Álvaro; SANCHEZ, B. R.. Women’s Political Representation and the Quality of Democracy in Brazil<sup>13</sup>. 2013. (Trabalho apresentado no Workshop “Gender, Power and Democracy”, realizado em julho de 2013 na Universidade Internacional de Veneza, sob a coordenação do Professor Mino Vianello, da Universidade de Roma La Sapienza);
- **MOISÉS, José Álvaro (Org.) ; MENEGUELLO, Rachel (Org.)** . A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.. ed. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013. v. 01. 392p .
- **MOISÉS, José Álvaro** . Democracia. In: Geraldo Di Giovanni; Marco Aurélio Nogueira. (Org.). Democracia. 1a.ed.São Paulo: Edições FUNDAP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013, v. 1, p. 246-250.
- **MOISÉS, José Álvaro** . Democracia Representativa. In: Geraldo Di Giovanni; Marco Aurélio Nogueira. (Org.). Dicionário de Políticas Públicas. 1a.ed.São Paulo: Edições FUNDAP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013, v. 1, p. 262-270.
- **MOISÉS, José Álvaro ; MENEGUELLO, Rachel**. Os Efeitos da Desconfiança Política para a Legitimidade Democrática. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 11-26.
- **MOISÉS, José Álvaro** . Cidadania, Confiança Política e Instituições Democráticas<sup>14</sup>. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 27-50.
- **MOISÉS, José Álvaro** . Os Significados da Democracia segundo os Brasileiros<sup>15</sup>. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 51-92.
- **MOISÉS, José Álvaro** . Desafios da Maioridade das Eleições Democráticas<sup>16</sup>. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 121-148.
- **MOISÉS, José Álvaro** . Corrupção Política e Democracia no Brasil Contemporâneo<sup>17</sup>. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 203-238.
- **MOISÉS, José Álvaro ; MENEGUELLO, Rachel**. O Papel da Confiança para a Democracia e suas Perspectivas. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e seus Impactos na Qualidade da Democracia - o caso do Brasil. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 365-372.
- **MOISÉS, José Álvaro** . The Challenges of Research on Executive-Legislative Balance of Power.

---

<sup>12</sup>Vide anexo 32.

<sup>13</sup> Vide anexo 68.

<sup>14</sup> Vide anexo 65.

<sup>15</sup> Vide anexo 65.

<sup>16</sup> Vide anexo 65.

<sup>17</sup> Vide anexo 65.

- **MOISÉS, José Álvaro** . Cidadania, Confiança Política e Instituições Democráticas. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2013.

## **ACESSO À JUSTIÇA**

No que se refere ao papel da Justiça para a qualidade da democracia, a premissa fundamental adotada por essa unidade da pesquisa é a de que a igualdade de direitos e de tratamento, e inclusão social são componentes fundamentais da democracia e, aliás, assim foram tratados na Constituição brasileira de 1988. A igualdade se expressa institucionalmente no Estado de Direito, fundada na prevalência da lei e no princípio de que todos são iguais perante ela. Mas a universalização da lei e sua efetividade dependem da possibilidade de os cidadãos poderem reclamar seus direitos e, assim, de terem acesso à justiça. Esse acesso é direito primordial, a sua ausência ou sua precariedade impedindo a realização dos demais direitos e, conseqüentemente, da igualdade da cidadania. Isso implica na grande importância das instituições que compõem o sistema de justiça, pois são a elas que cabe garantir a efetivação dos direitos e zelar pelas garantias legais.

Foi esse o tema abordado pelo estudo da questão no segundo ano da pesquisa. O desenvolvimento do estudo foi dividido em duas partes. Na primeira foi abordado o conjunto de direitos consagrado na Constituição de 1988 e seus reflexos nas instituições de justiça e na sociedade. Na segunda foram apresentados os avanços e os empecilhos à plena efetivação dos direitos, tanto no âmbito do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, quanto no que se refere às condições econômicas, sociais e culturais vigentes no país.

O estudo mostra que a Constituição de 1988 conferiu extrema relevância aos direitos, e que eles constituem a base e o pilar central de sua estrutura. O destaque conferido aos direitos aparece até mesmo na disposição dos títulos e capítulos da carta constitucional. Trata-se da primeira Constituição brasileira a apresentar os direitos antes da organização do próprio Estado. Com efeito, os direitos e garantias fundamentais constam do título II, logo após os Princípios Fundamentais, antecedendo os capítulos sobre a organização do Estado e sobre a organização dos poderes. Ademais, a Lei Maior fixou a tutela dos interesses coletivos e difusos e impôs deveres ao lado de direitos individuais e coletivos.

Mas a construção da cidadania real não é uma decorrência necessária ou imediata da Constituição. Textos legais, ao mesmo tempo em que refletem mudanças na correlação de forças da sociedade, provocam impactos e engendram mudanças. Mas a extensão desses impactos depende fundamentalmente de variáveis relacionadas a situações objetivas e ao grau de empenho de integrantes das diferentes instituições. Assim, é possível afirmar que ainda que legalmente desde 1988 todos os direitos estejam reconhecidos, a construção real da cidadania não se constitui em uma situação natural, em uma consequência necessária e inevitável. Ao contrário, a prevalência da igualdade e a quebra de privilégios são processos que implicam o enfrentamento de desafios e a derrubada de barreiras. Em poucas palavras, não



é suficiente a constitucionalização de um país para se efetivar o acesso dos seus cidadãos à justiça, uma condição *sine qua non* da efetivação de todos os direitos.

O estudo realizado evidenciou um quadro que reflete o atual momento no processo de construção da cidadania dos brasileiros. Nesse processo, a justiça tem efetivamente um papel vital, pois a realização dos direitos e, em consequência, da igualdade dependem da atuação das instituições do sistema de justiça, não só na exigência e controle de políticas públicas, mas na garantia de um real acesso à justiça. Esse acesso envolve desde a adoção de políticas públicas voltadas aos direitos sociais até a rapidez no processamento de litígios. A busca pela universalização do acesso à justiça representa adesão a uma pauta de igualdade.

O estudo mostrou ainda que o enfrentamento desse desafio envolveu uma batalha de várias frentes, com ênfase na educação em direitos e na construção de instituições orientadas por princípios republicanos de impessoalidade, transparência, prestação de contas. A efetivação da “lei igual para todos”, com a incorporação dos direitos sociais e coletivos, tem de levar em conta a realidade de desigualdades sociais e econômicas que afetam grande parte da população brasileira, e as instituições de justiça têm de ter isso em conta. Faz sentido, assim, observações antigas como a de Rui Barbosa e de outros especialistas que asseveraram que quando a justiça não está disponível ao acesso dos cidadãos mais simples e desiguais, ela falha nos seus objetivos. Justiça atrasada que, como ocorre muitas vezes no Brasil, demora em atender os mais pobres, não é justiça, mas injustiça qualificada e manifesta. Nesse sentido, o estudo sugere que praticar a justiça implica em expandir direitos e em liderar um processo cujos fins últimos é a consolidação de uma sociedade mais democrática, mais inclusiva e mais republicana.

#### **Trabalho produzido no segundo ano da pesquisa:**

- SADEK, Maria Tereza Aina, “Direitos: a construção da igualdade”<sup>18</sup>.

#### **SOCIEDADE CIVIL E CULTURA POLÍTICA**

O foco dos trabalhos realizados pela equipe que estuda as relações entre a sociedade civil e a cultura política dos brasileiros se concentrou sobre o processo de adaptação da sociedade civil à nova realidade do regime democrático nos últimos 25 anos. Uma das premissas normativas mais importantes do estudo foi ver a participação e a representação como dimensões complementares, e não necessariamente como dicotômicas. Estudos empíricos de participação, como sugerido no projeto inicial, foram e serão complementados por uma perspectiva mais ampla, como a proposta pelos estudos de cultura política (o survey de massas começou a ser aplicado, nesse sentido, em fevereiro de 2014). Por isso, essa dimensão

---

<sup>18</sup> Vide anexo 43.

analítica também está compreendendo a avaliação das orientações dos indivíduos a respeito do sistema político.

A literatura sobre a participação política tem como foco central a representação dos cidadãos por partidos políticos e através de eleições gerais - quando o voto é a manifestação das suas preferências –, mas outros mecanismos de participação também mereceram atenção da pesquisa. Nesse sentido, um dos estudos realizados foi sobre a organização de segmentos da sociedade civil que, atuando em torno de interesses comuns, exercem sua influência junto ao poder público: os chamados Grupos de Pressão ou *Lobby*. Foi feito um levantamento extensivo sobre esses grupos, suas características e estratégias de ação.

Outra aproximação com o tema se deu com a avaliação de mecanismos específicos de participação. Nesse sentido, foram estudados os mecanismos de participação direta, bem como aqueles que envolvem as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Por um lado, se está avaliando a participação política - em suas variadas formas - do ponto de vista tradicional da cultura política, ou seja, mediante a utilização de surveys nacionais; mas outro aspecto da participação abordado foi o referente ao interesse organizado da sociedade civil reunida em grupos de interesse, que possuem uma atuação mais organizada junto ao poder público.

O tema da participação foi abordado, portanto, sob dois ângulos importantes. Por um lado, focando os indivíduos e levando-se em consideração as hipóteses clássicas dos estudos de cultura política. Por outro, focando sobre mecanismos de participação específicos e, em especial, os de participação direta e aqueles possibilitados pelas novas tecnologias da informação. Formas organizadas de participação, envolvendo grupos de interesse motivados pela necessidade de atuar na arena decisória, também mereceram atenção. Acrescentada ao projeto inicial no decorrer do primeiro ano de pesquisa, nesse segundo ano avançou-se com os primeiros resultados empíricos. Foi realizado um mapeamento dos grupos de pressão em atuação no Congresso Nacional entre 2011-2012, abordando-se a intensidade de participação desses grupos. Os resultados representam um avanço do conhecimento sobre o tema, e contradizem o senso comum segundo o qual os grupos empresariais liderariam esse tipo de mecanismo de participação: os achados da pesquisa apontam para o grupo de interesse público, de minorias, de funcionários e de trabalhadores como sendo os mais relevantes.

Outra dimensão tratada pela pesquisa se refere aos meios de comunicação e a sua influência para o funcionamento da democracia. Os novos resultados alcançados pelo desenvolvimento da pesquisa contradizem grande parte da literatura nacional que aponta apenas para uma influência negativa dos meios de comunicação sobre a política. Com base em testes estatísticos de surveys nacionais, a preocupação do estudo recaiu sobre o modo como o consumo de diferentes meios de comunicação se associa a valores e atitudes individuais. Para avançar no conhecimento sobre o papel que os meios de comunicação assumem na prática da corrupção na democracia brasileira, foi utilizada também uma

perspectiva longitudinal que indica como o fenômeno é percebido pelo público e o efeito que isso tem para os valores e atitudes dos cidadãos.

#### Trabalhos produzidos no segundo ano da pesquisa:

- ARBACHE, Guilherme. “Participação convencional e não convencional na democracia brasileira”. Texto de qualificação apresentado à banca examinadora do Departamento de Ciência Política da USP como parte do programa de pós-graduação/mestrado.<sup>19</sup>
- ARBACHE, Guilherme. “Participação Eleitoral no Regime Democrático Brasileiro”. Versão preliminar do capítulo da coletânea em preparação no âmbito do projeto.<sup>20</sup>
- ARBACHE, Guilherme; FREIRE, Danilo. “Votos Inválidos e Confiança Política no Brasil”. III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPR - Curitiba 31 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013.<sup>21</sup>
- BURGARELLI, Rodrigo. “Transparência Governamental e Qualidade da Democracia – uma Análise sob a Ótica da *Accountability* e da Confiança Política”. Texto produzido para a disciplina de pós graduação do DCP-USP.<sup>22</sup>
- CESÁRIO, Pablo. “A Influência Em Brasília: Os Grupos de interesse no Poder Legislativo. Texto apresentado no seminário do NUPPs “Sociedade Civil, Grupos de Pressão e Internet”, 16 de dezembro de 2013. Versão preliminar do capítulo da coletânea em preparação no âmbito do projeto.<sup>23</sup>
- MESQUITA, N. C. “Mídia e Apoio Político no Brasil”. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. (Org.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia O Caso do Brasil*. 1ed.São Paulo: Edusp, 2013, v. , p. 147-173. <sup>24</sup>
- MESQUITA, N. C. “Telejornal e Corrupção: Notícias Negativas, Percepção Negativa?”. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. (Org.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia O Caso do Brasil*. 1ed.São Paulo: Edusp, 2013, v. , p. 237-257. <sup>25</sup>
- MESQUITA, Nuno Coimbra; MOISÉS, José Álvaro, RICO, Bruno. “As Diferentes Dinâmicas da Corrupção: Mídia, Percepção e Instituições no Contexto Brasileiro”. In: CUNHA, Isabel. *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspectiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique*. No prelo. Uma versão em inglês foi apresentada na Political Communication Research Committee (IPSA) Conference. Granada, Espanha, 12 e 13 de setembro, 2013.<sup>26</sup>
- MESQUITA, N. C. ; LUENGO, O. G. Corrupción y Accountability en Brasil y España: Los casos Mensalón y Barcenos en los medios de comunicación. 2013. Texto apresentado no XI Congresso da Associação Espanhola de Ciência Política – AECPA; 18 e 19 de Setembro, 2013, <sup>27</sup>
- RAUSCHENBACH, Rolf. “Processos de democracia direta: sim ou não? Os argumentos clássicos à luz da teoria e da prática”. *Revista de Sociologia e Política*. No prelo.<sup>28</sup>

---

<sup>19</sup> Vide anexo 2.

<sup>20</sup> Vide anexo 3.

<sup>21</sup> Vide anexo 4.

<sup>22</sup> Vide anexo 13.

<sup>23</sup> Vide anexo 15.

<sup>24</sup> Vide anexo 28.

<sup>25</sup> Vide anexo 29.

<sup>26</sup> Vide anexo 31.

<sup>27</sup> Vide anexo 27.

- RAUSCHENBACH, Rolf. “Os Plebiscitos sobre a Criação dos Estados de Carajás e de Tapajós”. Artigo em fase de avaliação pela *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.<sup>29</sup>
- SANTOS, M. B. P.. “Participação política: novos arranjos entre Estado, sociedade civil e TICs na consolidação democrática”. Projeto de Pós-doutorado iniciado no NUPPs em 2013.<sup>30</sup>
- SANTOS, M. B. P.. “Participação política: novos arranjos entre e Estado, sociedade civil e TICs na consolidação democrática”. Texto apresentado no seminário do NUPPs “Sociedade Civil, Grupos de Pressão e Internet”, 16 de dezembro de 2013. Versão preliminar do capítulo da coletânea em preparação no âmbito do projeto.<sup>31</sup>
- SANTOS, M. B. P. ; PENTEADO, C. L. C. ; ARAUJO, R. P. A. . Sociedad civil y participación ciudadana en San Pablo. In: 7º Congreso latinoamericano de Ciencia Política, 2013, Bogotá - Colombia. Anais do 7º Congreso latinoamericano de Ciencia Política, 2013. Uma versão desse texto também foi apresentado no World Social Science Forum, 2013, Montréal - Canadá. Anais do World Social Science Forum, 2013.<sup>32</sup>

## POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO, SEGURANÇA E CULTURA

### EDUCAÇÃO

Os trabalhos sobre a evolução das políticas de educação sob os governos democráticos brasileiros, realizados no segundo ano da pesquisa, responderam a duas preocupações principais: o mapeamento das estruturas cognitivas que organizam a percepção de diferentes setores da sociedade sobre essas políticas e a análise dos resultados substantivos alcançados na experiência brasileira nos últimos 25 anos. O mapeamento do debate sobre as políticas de educação alimentou, sobretudo, a discussão do conteúdo das perguntas incluídas no questionário da pesquisa que está sendo realizada em janeiro e fevereiro de 2014 com uma amostra de atores relevantes dessa política no Brasil. Como se pode ver em anexo 58 deste relatório, as 20 questões específicas sobre educação cobrem as principais controvérsias desse debate.

Os trabalhos desenvolvidos redundaram na organização de dois banco de dados que compilam, de um lado, as principais decisões das cortes jurídicas superiores do país em temas relacionados à política de educação e, de outro, os projetos de lei, aprovados ou não, que foram apresentados no mesmo período no Congresso Nacional. O estudo da matéria dos projetos de lei e das decisões judiciais, classificando-os em projetos que se destinam à melhoria do acesso ou à melhoria da qualidade da educação, tem como objetivo ir além da análise quantitativa e adentrar na discussão sobre a qualidade do que tem sido formulado como política pública de educação.

A democratização da educação não se restringe ao acesso às instituições de ensino. A importância do acesso representa apenas a porta inicial para a real democratização. O segundo passo é ter um bom

---

<sup>28</sup> Vide anexo 21.

<sup>29</sup> Vide anexo 41

<sup>30</sup> Vide anexo 48

<sup>31</sup> Vide anexo 47

ensino, de modo que os alunos tenham condições de permanecer e ter sucesso na escola. Este desafio se traduz na busca da qualidade do ensino, o que se faz concomitante ao esforço para que todos tenham acesso. Mas além da dicotomia acesso/qualidade da educação, outra particularidade do trabalho que vem sendo realizado implica em uma terceira classificação que abrange todos os projetos de lei relacionados com alteração do currículo escolar. Propostas de diretrizes curriculares são frequentes e, por isso, optou-se por criar uma nova categoria analítica. Trata-se de temática importante, mas também subjetiva, uma vez que os currículos escolares devem refletir os valores e os conhecimentos fundamentais que se julga importantes na sociedade.

Os resultados obtidos até o presente são parciais. Eles convergem para apontar a relevância do impacto da experiência democrática na reconfiguração da arena das políticas educacionais do país. Essa reconfiguração ocorreu tanto pela incorporação de novos atores no debate dessas políticas, como também na produção de um novo conjunto de paradigmas que balizam o processo de tomada de decisões nessa área de políticas. O próximo passo da pesquisa estará centrado na análise dos resultados dos surveys de elite e de massa – o primeiro iniciado em janeiro e fevereiro, e o segundo em fevereiro e março de 2014 -, bem como no avanço das demais linhas de investigação mencionadas acima. Em particular, cabe salientar a perspectiva de análise concomitante das iniciativas parlamentares e as decisões das cortes superiores de justiça, explorando um aspecto ainda pouco desenvolvido nas pesquisas do tema no Brasil, ou seja, a interação entre essas duas instituições centrais do Estado de Direito democrático: o Congresso e a Justiça.

#### **Trabalhos produzidos no segundo ano da pesquisa:**

- ASSUMPÇÃO RODRIGUES, Marta Maria, “Formação de Competências, Governança e Democracia no Brasil: A Política de Educação e Formação Profissional do SENAI”, *Rede de Pesquisa, Formação e Mercado de Trabalho* (Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA). Capítulo de livro. No prelo<sup>33</sup>;
- ASSUMPÇÃO RODRIGUES, Marta Maria, “Skill Formation, Governance and Democracy in Brazil: The State of the Art of a Public Policy,” *Kellogg Institute Working Paper # 390* (Notre Dame: University of Notre Dame, February 2013)<sup>34</sup>;
- BALBACHEVSKY, E. . Academic research and advanced training: building up research universities in Brazil. In: Jorge Balan. (Org.). *Latin's America's new knowledge economy: higher education, government and international collaboration*. New York: AIFS Foundation and Institute of International Education, 2013, p. 113-133<sup>35</sup>;
- BALBACHEVSKY, E. *Advocacy coalitions in Brazilian higher education: the role of the main stakeholders in shaping the new social contract for Brazilian higher education*. Trabalho apresentado na 26<sup>th</sup>. Annual CHER Conference (Consortium of Higher Education Researchers), de 9 a 11 September 2013 at the University of Lausanne, Suíça<sup>36</sup>;
- BALBACHEVSKY, E. KERBAUY, M. T. e FABIANO, N. de L. “A Governança universitária em transformação: a experiência das universidades públicas brasileiras”. Trabalho apresentado no

---

<sup>32</sup> Vide anexo 49

<sup>33</sup> Vide anexo 5.

<sup>34</sup> Vide anexo 6.

<sup>35</sup> Vide anexo 7.

<sup>36</sup> Vide anexo 8.

1º seminário da *Rede de Pesquisa, Formação e Mercado de Trabalho* (Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA). Será publicado em livro organizado pelo IPEA<sup>37</sup>;

- BAMBINI DE ASSIS, Gustavo 2013, - “O protagonismo do Supremo Tribunal Federal no novo desenho institucional brasileiro”. In WANG, Daniel (coordenador). *Constituição e política na democracia: aproximações entre direito e ciência política*. São Paulo: Marcial Pons . Pp. 53-71.<sup>38</sup>
- LUCCHESI, M. A. S. “As Universidades estaduais paulistas e o ensino da arte”. *Arterevista*, 1(1), jan/jun 2013, p 143-155<sup>39</sup>;
- LUCCHESI, M. A. S. “História da interiorização do ensino superior no estado de São Paulo: as instituições municipais de Ensino Superior”. *Revista Ambiente educação*. 1(1) 2014<sup>40</sup>;
- LUCCHESI, M. A. S. “*Public Policies in The State of São Paulo: State Universities and Scientific Production. A compared perspective*”. Trabalho apresentado no XV World Congress on Comparative Education, Buenos Aires 2013<sup>41</sup>;
- RANIERI, Nina - “Cátedra UNESCO de Direito à Educação da Faculdade de Direito: Democracia, cidadania e direito à educação”. *Revista da Faculdade de Direito/USP*, São Paulo: jan/dez.2013 (no prelo)<sup>42</sup>;
- RANIERI, Nina – “*Democracy and justiciability of the right to education*”. Artigo elaborado para apresentação no 3<sup>rd</sup> Annual International School choice and Reform Academic Conference, a ser realizado em Fort Lauderdale, Florida, EUA, entre 17 e 20/01/2014, sob a organização das universidades Nova Southwestern, Arkansas, Hawaii e Boston. A ser publicado nos anais da conferencia<sup>43</sup>;
- RANIERI, Nina – “O direito educacional no sistema jurídico brasileiro”. In *Justiça pela qualidade na educação*, ABMP, Todos pela Educação (organização). São Paulo: Saraiva, 2013, pp.55-103;
- SAMPAIO, H. “Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos”. In Maria Lígia Barbosa (ed) *Ensino Superior: expansão, diversificação e democratização*. Ed. UFRJ, no Prelo<sup>44</sup>;
- SAMPAIO, Helena “Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, 2014 (texto aceito para publicação<sup>45</sup>;
- SAMPAIO, Helena “Ensino superior no Brasil e os limites para a consolidação de um sistema de massa”. Trabalho apresentado no “Encontro anual das sócias do projeto MISEAL: Medidas de Inclusão digital e equidade no Ensino Superior. Campinas, 16 de maio de 2013<sup>46</sup>;
- SCHLEGEL, R. “A Educação Brasileira e seus Retornos Políticos Decrescentes”. In: Moisés, J. A.; Meneguello, R.. (Org.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. 01 ed. São Paulo: Edusp, 2013, v. 01, p. 175-198<sup>47</sup>;
- BONIFACIO, R. ; SCHLEGEL, R. . “Serviços públicos: o papel do contato direto e do cidadão crítico nas avaliações das instituições”. In: Moisés, J. A.; Meneguello, R.. (Org.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. 01 ed. São Paulo: Edusp, 2013, v. 01, p. 341-358<sup>48</sup>;
- BONIFACIO, R. ; SCHLEGEL, R. . “Panorama e determinantes da satisfação com os serviços públicos no Brasil”. *Revista do Serviço Público*, v. 63, p. 413-434, 2012<sup>49</sup>;

---

<sup>37</sup> Vide anexo 9.

<sup>38</sup> Vide anexo 10.

<sup>39</sup> Vide anexo 17.

<sup>40</sup>Vide anexo 18.

<sup>41</sup> Vide anexo 19.

<sup>42</sup> Vide anexo 38.

<sup>43</sup> Vide anexo 39.

<sup>44</sup> Vide anexo 40.

<sup>45</sup> Vide anexo 45.

<sup>46</sup>Vide anexo 46.

<sup>47</sup> Vide anexo 51.

<sup>48</sup> Vide anexo 12.

<sup>49</sup> Vide anexo 11.

- TIRONI, Sara. “A Gestão da Política de atendimento à criança e ao adolescente no contexto da doutrina da proteção Integral”. *In Cadernos de Direito Educacional*: Editora Revista dos Tribunais, jul-dez-2013 (no prelo)<sup>50</sup>;
- TIRONI, Sara. Educação para a qualidade da democracia: a questão do ensino religioso no Brasil frente às finalidades do direito à educação - *In Cadernos de Direito Educacional*: Editora Revista dos Tribunais, jan-jun-2014 (no prelo)<sup>51</sup>;

## SEGURANÇA E CRIMINALIDADE

Quanto à área de segurança e criminalidade, as atividades executadas no segundo ano da pesquisa foram dedicadas à construção das bases de dados empíricos da pesquisa e a análise das contribuições da literatura pertinente para a avaliação do impacto da democratização do setor. E, a despeito da importância destas atividades, o foco principal da equipe foi consolidar a agenda de pesquisa da área de segurança e criminalidade que passou a existir no NUPPs a partir de 2008, mas que somente em 2012 foi incorporada integralmente ao programa de pesquisas da instituição.

Nesse sentido, a equipe de pesquisadores de segurança e criminalidade concentrou-se na construção da estratégia metodológica que orienta a fase atual da pesquisa. O trabalho parte do pressuposto de que a qualidade do regime democrático está associada, entre outras coisas, à capacidade do sistema político de salvaguardar os direitos fundamentais da população e, de forma especial, o direito à segurança requerida pela vida em sociedade. Isso levou a equipe a enfrentar o problema da coexistência paradoxal da aceitação do regime democrático como um ideal - que quase se tornou um consenso universal - e a crescente avaliação negativa das instituições políticas, como é o caso da polícia, conforme mostram pesquisas de opinião nacionais e internacionais. A coexistência da adesão à democracia como valor e a insatisfação quanto ao funcionamento de suas instituições requer explicações consistentes. E dentre as várias dimensões da **representação política em ação** – como alguns autores designam a responsividade -, as instituições responsáveis pela segurança pública têm destaque especial na agenda de pesquisa.

Nesse sentido, as políticas de segurança e justiça criminal estão sendo tratadas na pesquisa como variável dependente e independente do funcionamento do regime político. A razão disso é que a ausência de políticas públicas de segurança reduz a qualidade de vida da população, e diminui o grau de satisfação da população com o *Estado em Ação*, ao incidir nos processos sociais de participação e exercício da cidadania. A premissa é que o funcionamento precário do sistema de segurança pública causa um desequilíbrio significativo na relação governo-sociedade, a base do regime democrático. E, se como foi destacado no relatório do primeiro ano de pesquisa, é mais evidente hoje a necessidade de atenção mais ampla aos assuntos de segurança pública e de justiça criminal na produção empírica e teórica do regime democrático, o mesmo não ocorre com as questões metodológicas. Os mecanismos teóricos que associam o tema de

---

<sup>50</sup> Vide anexo 52.

<sup>51</sup> Vide anexo 53.

segurança pública aos estudos de regimes democráticos não estão suficientemente desenvolvidos. Houve expressivos avanços nas associações entre as dimensões da vida social e o tema do setor. No entanto, não se pode dizer que haja um corpo teórico específico para lidar empiricamente com a questão.

Este desafio se constituiu no principal objetivo da agenda de pesquisa em 2013, a empreitada tendo sido dividida em três eixos: i) desenvolvimento metodológico; ii) articulação teórica e iii) análise comparada de algumas experiências inovadoras de política de justiça criminal. Os textos produzidos pela equipe dessa área destinaram-se a enfrentar esse desafio.

#### **Trabalhos produzidos no segundo ano da pesquisa:**

- NUNES de OLIVEIRA, E (2013). “Instituição, Contexto e Dinâmica Criminal: um Estudo sobre Crime e Violência no Brasil Democrático”. Artigo em avaliação da *Revista Política Hoje* da Universidade Federal de Pernambuco<sup>52</sup>.
- NUNES de OLIVEIRA, E (2013). “Crime e Pobreza. Um estudo sobre a relação entre o crime e desigualdade social no Brasil”. Artigo a ser apresentado *Latin America Studies Association (LASA)*, que ocorrerá em maio de 2014, em Chicago, USA<sup>53</sup>.
- MARTINS, J. H. e NUNES de OLIVEIRA, E (2013). “O Problema Criminal Contemporâneo” Artigo será submetido à *Revista Brasileira de Segurança Pública*<sup>54</sup>.
- MARTINS, J. H. e NUNES de OLIVEIRA, E (2013). “O sistema de justiça criminal: democracia e legitimidade”. Artigo será submetido à *Revista Lua Nova de Cultura Política*<sup>55</sup>.
- MARTINS, J. H. e NUNES de OLIVEIRA, E (2013). “As inovações no Brasil e na Colômbia”. Artigo será submetido à *Revista Brasileira de Ciências Sociais*<sup>56</sup>.

## **CULTURA**

As atividades de pesquisa sobre as políticas de cultura passaram, durante o ano de 2013, por um processo de reestruturação. Inicialmente focada nas ações do governo do Estado de São Paulo e, mais especificamente, no arranjo institucional envolvendo as Organizações Sociais, em seu segundo ano de desenvolvimento a pesquisa ampliou o seu escopo para incluir na análise as mudanças institucionais, em nível estadual e nacional, ensejadas pela criação do Sistema Nacional de Cultura. Os resultados desse segundo ano se deram, então, em duas frentes. Em primeiro lugar, foi feita a análise da literatura sobre as políticas de cultura adotadas nos estados sob estudo (São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco e Rio

---

<sup>52</sup>Vide anexo 36.

<sup>53</sup> Vide anexo 35.

<sup>54</sup>Vide anexo 25.

<sup>55</sup> Vide anexo 26.

<sup>56</sup> Vide anexo 24.



Grande do Sul). O mapeamento possibilitou a compreensão das visões paradigmáticas envolvidas nas experiências recentes de administração da área da cultura nesses diferentes estados.

Os resultados apontam para uma aparente compreensão prévia de parte dos autores e gestores públicos de cultura sobre o modelo normativo de democracia apropriado ao desenvolvimento das políticas do setor, observando-se que isso envolve a escolha de alternativas contrapostas às vistas como política e administrativamente inadequadas. A análise mostrou que cada estado adota suas políticas tendo como intuito básico fortalecer a participação da sociedade civil nas esferas de decisão, principalmente, com o objetivo de tornar legítimas as políticas culturais, formulando-as como reflexo das perspectivas daqueles que as consomem e produzem. A experiência democrática, nesse sentido, tem sido encarada pelos gestores culturais como oferecendo uma oportunidade de ampliação dos espaços públicos, em especial daqueles destinados às decisões coletivas sobre políticas culturais e de identidade; e isso impacta os resultados da governança do setor.

A segunda frente a que se dedicaram os pesquisadores dessa área foi a elaboração do questionário para o survey de elites. A partir da análise mencionada, foi possível elaborar o seu conteúdo, e as dimensões cobertas pelo questionário compreendem a visão sobre a cultura e o papel do Estado para essa política; a avaliação da evolução histórica e a situação atual das políticas nessa área; os diferentes atores que influenciam ou devem influenciar as políticas de cultura; a questão da transparência e do diálogo com a sociedade; os desafios e entraves da área; as formas de financiamento; avaliação dos diferentes elementos do SNC.

#### **Lista de trabalhos produzidos no segundo ano da pesquisa:**

- MALAFAIA, Pedro. “Sistema Nacional de Cultura e Federalismo Cultural no Brasil: abordagem crítica sob a perspectiva da qualidade da democracia”. Texto produzido para a disciplina de pós graduação do DCP-USP<sup>57</sup>.
- MALAFAIA, Pedro; BITTENCOURT, Lúcio. “Políticas Públicas de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura”. Texto produzido especialmente para o presente relatório<sup>58</sup>.
- VERÍSSIMO, José. “Comportamento Legislativo no Congresso Nacional e Qualidade da Democracia: paradigmas de políticas públicas e produção legislativa na Comissão Permanente de Cultura e na Frente Parlamentar em Defesa da Cultura”. Projeto de Pós-Doutorado iniciado em 2013 no NUPPs (Fapesp)<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> Vide anexo 51.

<sup>58</sup> Vide anexo 52.

<sup>59</sup> Vide anexo 55.

### 3. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS DESENVOLVIDOS POR ÁREAS TEMÁTICAS

#### I) INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO<sup>60</sup>

O debate sobre as instituições políticas no Brasil, expresso pela literatura especializada, concentra sua atenção em duas questões centrais. A primeira indaga sobre a *governabilidade* que o arranjo institucional permite ao combinar presidencialismo, multipartidarismo e Congresso potencialmente capaz de veto das iniciativas do Executivo. Assim, os primeiros escritos sobre o “presidencialismo de coalizão” soblevam a problemática alternativa entre um Presidente que confronta o Legislativo no afã de implementar seu programa sufragado pela maioria dos eleitores ou um Chefe do Executivo que sacrifica as prioridades majoritariamente mandatadas aos altos custos de transação que lhe permitem confortável maioria entre os representantes. Tensão entre os poderes até a possibilidade de paralisia decisória e governamental é o risco inerente ao primeiro curso de ação; um governo sem possibilidade de representar alternativa programática até o ponto de falsear a representação, a armadilha do segundo. Está-se diante da velha preocupação fraseada de forma sintética por Vargas “Presidente progressista; Parlamento conservador”. Estudos posteriores procuraram demonstrar que a combinação de governo de coalizão e mecanismos institucionais que capacitam o controle da agenda legislativa pela presidência obvia os riscos apontados, permitindo a imposição da pauta governamental. A imagem inverte-se: agora é o Legislativo que aparece de “mãos atadas”, incapaz de desempenhar suas funções de representação e de controle do Governo. Sofre a qualidade da democracia em suas dimensões fundamentais de *responsiveness* e *accountability*.

Esta nota sobre as instituições políticas brasileiras situa as questões centrais que estão sendo trabalhadas pela equipe responsável por essa área temática do projeto:

**1. O arranjo institucional brasileiro atual apresenta uma relação equilibrada entre o poder Executivo e o poder Legislativo?** Entende-se aqui que o equilíbrio permite a autonomia necessária para o mútuo controle e para a representação dos interesses diversos da sociedade.

A resposta beneficia-se da perspectiva comparativa. Trata-se de construir e aplicar um índice capaz de expressar a força e capacidade do parlamento nas democracias, conjunto no interior do qual se pode apreciar mais objetivamente a situação do país. Assume-se que essa é uma dimensão fundamental de mensuração da qualidade da democracia, em especial, por causa das implicações teóricas e práticas das relações entre *accountability* horizontal e vertical; representação e controle da ação de governos são vistos, então, como dois aspectos fundamentais para a participação política dos cidadãos.

Na construção desse índice está se tomando por bases apenas variáveis institucionais e formais, ou seja, os dispositivos vigentes nas atuais constituições e regimentos internos dos poderes legislativos. Considera primeiramente *i*. Dimensões relativas ao poder relativo do Executivo no processo legislativo, a saber; a presença ou não de “*veto total e parcial*” de leis aprovadas pelos parlamentares; *capacidade presidencial*

---

<sup>60</sup> Equipe: Coordenação de José Álvaro Moisés, Edison Nunes. Pesquisadores; Fabrício Vasselai, Leandro Consentino, Pablo Silva Cesário, Gabriela Oliveira, Sérgio Simonis, Bruno Gabriel de Melo Rico, Gabriel Bento Madeira, Guilherme Pires Arbache, Pedro Henrique dos Santos Malafaia, Rafael Moreira Dardaqui Mucinhato, Beatriz Soares Rodriguez, João Pedro Paro.

de legislar por decreto e, finalmente, a previsão legal de matérias de iniciativa exclusiva do Executivo. Releva igualmente *ii*. Dimensões relativas ao processo de controle e fiscalização do Executivo pelo Parlamento como: *capacidade de solicitar informações do governo; competências legislativas para investigar, acusar e julgar atos de autoridades públicas e participação do Parlamento na escolha de altos cargos públicos.*

Também em perspectiva comparada busca-se dar conta, para além dos arranjos formais da divisão de poderes, da responsividade dos governos, mais precisamente, dos partidos políticos, na sua capacidade de satisfazer os cidadãos mediante a correspondência às suas reivindicações. O estudo está sendo realizado a partir de pesquisas de opinião em países selecionados e lastrei-se sobretudo em índices de confiança nos partidos. O trabalho desenvolvido até o momento permite uma pré conclusão favorável ao incremento da inclusividade do sistema político capaz de aumentar o número de eleitores “vencedores” dos pleitos; variável que, teórica e empiricamente, está associada à avaliação das instituições e, conseqüentemente, da democracia. Assim,

*“Dada a importância das instituições de representação na conformação da responsiveness, interessa de modo conclusivo ao aprimoramento da qualidade da democracia, que as propostas de reformas da representação política sejam realizadas, antes de mais nada, com o objetivo de aprimorar as instituições consensuais onde elas existem, de modo a ampliar o número de vencedores do sistema e, fundamentalmente, corresponder às expectativas mais essenciais de prestação dos serviços públicos a todos os governados”.*

## **2. Qual é o desempenho do Congresso Nacional na produção legislativa? Estaria realmente o Parlamento “de mãos atadas” face um executivo que controla a agenda e os representantes por mecanismos de patronagem?**

A resposta se busca através da análise dos projetos de lei apresentados às duas Casas do Congresso Nacional de 1995 até 2010. Consolidado o banco de dados de mais de vinte e oito mil casos (o que já vinha sendo realizado desde o primeiro ano da pesquisa), os primeiros resultados apontam para uma imagem mais nuançada da relação entre poderes. Por um lado, considerando-se apenas Projetos de Lei, aparece cristalina dominância do legislativo nos processos legiferantes com algo em torno de dois terços daqueles que se tornaram normas jurídicas tendo sido iniciados por parlamentares. Na mesma direção aparece a surpreendente constatação de que metade dos projetos oriundos do Executivo são rejeitados ou arquivados! A imagem está longe de um poder impotente e submisso. Por outro lado, é inegável que a grande maioria dos projetos apresentados por representantes não chega sequer a ser avaliada nos tramites congressuais. A hipótese é que nesses dados pode estar parte da explicação da pouca confiança depositada nos partidos e legisladores já que o conjunto das iniciativas parlamentares parece recobrir o conjunto das reivindicações e opiniões relevantes presentes na sociedade.

O desempenho apurado do Congresso pode vir a problematizar conclusões da maioria da bibliografia da área. A diferença dos dados, ao que tudo indica, deve-se à produção de decisões terminativas das

Comissões das Casas legislativas. Consequentemente, composição, desempenho e lógica de articulação, se distinta ou não que a dos Plenários, são objetos de análise ainda em andamento.

### **3. O Parlamento representa adequadamente a diversidade social e política brasileira?**

Um banco de dados com o perfil detalhado de cada um dos deputados federais brasileiros desde o início da legislatura constituinte, em 1986, até o segundo ano da legislatura atual, em 2012, foi construído com o propósito de oferecer subsídios para o exame da questão proposta. O banco abrange os deputados eleitos como titulares bem como aqueles que assumiram o cargo no decorrer das respectivas Legislaturas. Os principais indicadores selecionados são: formação educacional, perfil profissional, filiação religiosa e patrimônio pessoal declarado ao Tribunal Eleitoral. Na dimensão formação educacional verifica-se o grau de escolaridade, a área de formação, o curso de formação, e o caráter público ou privado da última instituição de formação. Na dimensão profissional, as profissões declaradas pelos deputados. Observa-se também a crença religiosa declarada. Por fim, na última dimensão, o perfil patrimonial dos deputados bem como sua evolução no tempo. Os achados corroboram a literatura, apresentando uma progressiva diversidade dos representantes nas dimensões analisadas.

Parece, pois, que o perfil parlamentar democratiza-se, segundo as conclusões seminais de Dahl no “Quem Governa?”. Contudo, uma visão mais exigente tende a confrontar a presunção. A questão da representação política das mulheres se converteu, desde os anos 90 do século passado, em um dos temas mais importantes da discussão sobre a natureza do regime democrático em diferentes partes do mundo. Quais são as implicações para o funcionamento da democracia quando ela mantém desigualdades fundamentais que afetam os direitos de seus cidadãos? A análise demonstra que o Brasil é, comparativamente a outras realidades, muito desigual nesse quesito embora apresente pequena e constante evolução da participação feminina na representação. O estudo realizado considerou os diversos cargos eletivos nos três níveis da federação. Aponta o paradoxo de que se a introdução de cotas de candidaturas femininas produziu maior número de candidatas, não resultou em significativo aumento de cadeiras.

### **4. Estaria o legislativo formal e efetivamente aparelhado para o desempenho das funções de controle (*accountability*) da Administração e do Governo?**

O fulcro dos esforços para responder a essa questão baseou-se preliminarmente na análise do Tribunal de Contas da União - TCU como órgão assessor do Congresso Nacional. Contudo, a compreensão da dinâmica política e administrativa pós 88 colocou a necessidade de pensar tal organismo na lógica de um “sistema de integridade”. Por essa razão adensou-se o estudo pela apreciação da criação e consolidação da Controladoria Geral da União - CGU. Obtêm-se dessa forma a apreciação de relações sinérgicas entre o controle interno da administração pelo Executivo e do externo, pelo Legislativo. Dos resultados apurados até o momento dois merecem menção especial: parte importante, pelo menos do ponto de vistas numérico, das irregularidades graves apontadas pelo TCU em contas públicas é desconsiderada quanto às consequências pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. As razões disso não estão ainda claras e, portanto, serão objeto dos próximos passos da pesquisa. Quanto ao controle interno, observou-se

certa dependência da “vontade política” da Presidência quanto espectro e profundidade dos trabalhos de fiscalização, controle e consequências jurídicas das apurações. Afora isso, há a evidência de que, em que pese as prescrições constitucionais claras e específicas nesse sentido, o Congresso Nacional falha na sua função de exame das contas anuais dos presidentes da República. Em alguns casos, as contas do governo do ex-presidente FHC só foram examinadas pelo Congresso no último do seu mandato; em outros, como no caso das contas do governo do ex-presidente Lula, apesar de seus dois mandatos terem se concluídos em 2010, nenhuma das contas foram ainda examinada, o mesmo tendo ocorrido com as contas dos primeiros anos da presidente Dilma Rousseff.

Os resultados preliminares da pesquisa apresentam uma visão dos vinte e cinco anos de democracia no Brasil como um processo nuançado, capaz de apresentar melhorias significativas nos eixos articuladores das indagações: accountability e responsiveness. Não se trata de uma realidade tranquila; há problemas em fragilidades organizacionais, nos ritmos das transformações desejadas, em aspectos essenciais da representação. Os próximos passos da pesquisa, aos quais se somará a realização de dois surveys – de massas e de elites – ajudará a completar as visões iniciais que se estão formando com base nos resultados parciais.

## **II) SOCIEDADE CIVIL E CULTURA POLÍTICA <sup>61</sup>**

Essa dimensão do projeto objetiva avaliar o processo de adaptação da sociedade civil ao novo governo democrático nos últimos 25 anos, com a perspectiva normativa que vê a participação e a representação com dimensões complementares, e não necessariamente dicotômicas. Estudos empíricos de participação, como sugeriu o projeto inicial, devem ser complementados por uma perspectiva mais ampla, como a proposta pelos estudos de cultura política. Assim, essa dimensão analítica também compreende a avaliação das orientações dos indivíduos a respeito do sistema político.

Depois do primeiro ano de desenvolvimento do projeto, ampliou-se o escopo da pesquisa no sentido de abranger outros aspectos da participação política, mediante a proposição de projetos de pós-doc associados. Ainda que a literatura sobre participação política tenha tomado como foco central a representação por partidos políticos e eleições gerais - quando o voto é a manifestação das preferências dos cidadãos – outros mecanismos de participação também merecem atenção. Nesse sentido, propôs-se fazer um estudo da organização de segmentos da sociedade civil em torno de interesses comuns que atuam no sentido de exercer sua influência junto ao poder público: os chamados Grupos de Pressão, ou *Lobby*. Esse foco analítico objetivou fazer um levantamento extensivo sobre esses grupos, suas características e estratégias de ação. A análise de um outro mecanismo participativo foi agregado durante o segundo ano de desenvolvimento do projeto. Trata-se das novas tecnologias de informação e

---

<sup>61</sup> Equipe: Coordenador: Nuno Coimbra Mesquita, Pesquisador Sênior: José Álvaro Moisés, Pós Doutorandos: Rolf Rauschenbach, Doutores: Pablo Cesário, Ricardo Tranjan, Mestrandos: Guilherme Arbach, Frederico Castelo Branco.

comunicação (ou TICs). Por fim, também foi ampliado o escopo do estudo da sociedade civil acrescentando um elemento fundamental das democracias: os meios de comunicação e seu impacto sobre aspectos da cultura política, bem como sobre respostas do sistema político em relação ao tema da corrupção.

O primeiro ano de pesquisa, como relatado em relatório anterior, foi principalmente dedicado à avaliação crítica da literatura, além da preparação dos surveys, cuja realização permitirá as análises futuras dentro do escopo temático. Nesse segundo ano, além da contribuição para a elaboração dos questionários e preparação de sua aplicação, as primeiras análises começaram a ser feitas. Entre os produtos da pesquisa foi prevista – como descrito no último relatório – a organização de um livro composto por textos analíticos. Nesse segundo ano foi organizado uma série de seminários internos, cujo foco foi a discussão de versões preliminares desses capítulos. Esses e outros artigos publicados ou em fase de publicação são descritos a seguir.

### **Participação Política:**

O tema da participação política é crucial para a cultura democrática. Após a produção de textos que exploraram a literatura pertinente durante o primeiro ano de pesquisa, no segundo ano foi possível desenvolver as primeiras análises abarcando a questão de uma forma abrangente, levando em consideração não apenas aspectos diferentes da participação, como também a aproximação do tema a partir de abordagens metodológicas distintas. Por um lado foi possível avaliar a participação política - em suas variadas formas - do ponto de vista tradicional da cultura política, ou seja, analisando suas determinantes, mediante a utilização de surveys nacionais. Uma outra aproximação com o tema se deu com a avaliação de mecanismos específicos de participação. Nesse sentido, foram avaliados os mecanismos de participação direta, bem como aqueles que envolvem as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Outro aspecto da participação avaliada foi aquela referente ao interesse organizado da sociedade civil reunida em grupos de interesse, que possuem uma atuação mais organizada junto ao poder público.

Três textos analíticos produzidos abordam a questão da participação política sob o ângulo da cultura política. O primeiro texto, “Participação Convencional e não Convencional na Democracia Brasileira” (Arbache, anexo2) retoma a literatura central que discute as determinantes da participação política. São avaliadas em especial a participação não convencional (petições, protestos e boicotes), a participação institucional direta (Conselhos e Orçamento Participativo) e a participação informal cotidiana (discussões políticas). Foram utilizados vários surveys nacionais a fim de explorar as hipóteses dessa literatura para o caso brasileiro. Mais dois textos complementam a questão da participação sob o ângulo da cultura política. O texto “Participação Eleitoral no Regime Democrático Brasileiro” (Arbache, anexo 3) foca exclusivamente no voto, enquanto o artigo “Votos Inválidos e Confiança Política no Brasil” (Arbache e Freire, 4) foca exclusivamente o fenômeno dos votos inválidos. Esses três textos permitiram avançar empiricamente questões centrais sobre o tema da participação. É imprescindível para a avaliação da sociedade civil

brasileira a retomada dos temas clássicos de cultura política. Esses três textos abarcam essa dimensão de maneira bem abrangente, ainda que inicialmente de maneira exploratória. Nos três casos, são versões preliminares a serem amadurecidas nessa terceira etapa do projeto. Esses textos deverão ganhar consistência com a disponibilização, no primeiro semestre de 2014, do survey previsto pelo projeto, quando novos testes estatísticos serão possíveis.

A importância do ângulo da cultura política para o estudo da participação é evidente. A democracia é o sistema político que, de alguma forma, permite que as decisões políticas sejam permeáveis aos cidadãos. Se essa dimensão da qualidade democrática é o que liga o cidadão ao sistema político, trata-se de avaliá-la, neste caso, sob a perspectiva do indivíduo. Não obstante, também é possível avaliá-la do ponto de vista dos diferentes mecanismos que torna essa permeabilidade possível. Um desses mecanismos é o da participação direta, mediante processos de consulta à população.

Esse aspecto foi abordado, primeiramente, com uma abordagem teórica. Levando em consideração a premissa do projeto de que a participação não deve ser vista como antagônica à representação, o texto “Processos de Democracia Direta: sim ou não? Os Argumentos Clássicos à Luz da Teoria e da Prática” (Rauschenbach, anexo 42) lança um olhar sobre a eficiência desses mecanismos em si. Baseando-se em considerações teóricas e também em pesquisas empíricas, o artigo defende que o bom desempenho dos plebiscitos, referendos e iniciativas populares depende tanto da regulamentação destes como também do desempenho das outras instituições políticas e da situação socioeconômica de um país. De maneira complementar, o artigo “Os Plebiscitos sobre a Criação dos Estados de Carajás e de Tapajós” (Rauschenbach, anexo 41) aborda um estudo de caso. Seguindo as conclusões do artigo anterior, o texto aborda criticamente a utilização do plebiscito nesse caso, apontando que a existência de deficiências institucionais não permitem que seja possível aproveitar os benefícios oferecidos pelos mecanismos de participação direta. Ambos os textos, tratados inicialmente ainda no primeiro ano de pesquisa, alcançaram maturidade no segundo ano do projeto, estando em fase de publicação e avaliação para publicação – respectivamente – por periódicos científicos da área.

Uma outra forma de participação, também avaliada sob o prisma do mecanismo em si, foi agregada durante o segundo ano de pesquisa. O Projeto de pós-doc “Participação Política: Novos Arranjos entre Estado, Sociedade Civil e TICs na Consolidação Democrática” (Santos, anexo 48) acrescentou a questão do potencial das novas tecnologias como recurso para a participação política. A importância do tema advém da necessidade de se tentar entender um fenômeno recente – e em constante transformação – ainda pouco estudado pela literatura, e que merece, portanto, ser avaliado. Já como primeiros resultados, foi produzido um primeiro texto com a análise da literatura relevante (Santos, anexo 47). Em consonância com as premissas do projeto, o tema é abordado sob duas óticas distintas. A primeira, prevê a análise da utilização desse mecanismo por parte dos cidadãos. A segunda, avalia como as próprias instituições democráticas disponibilizam essas ferramentas.

No texto, “Sociedade Civil e Participação Cidadã em São Paulo” – (Santos, Penteadó e Araújo, anexo 49) um estudo de caso é avaliado. Nele se analisa os usos políticos que uma associação da sociedade civil brasileira (Rede Nossa São Paulo) faz desse mecanismo. Os resultados da pesquisa apontam para uma avaliação crítica de um caso significativo de articulação da sociedade civil, que se apropria das TICs para ampliar a participação da população junto aos processos de desenvolvimento de políticas públicas. Iniciada já no segundo ano da pesquisa, esse estudo encontra-se ainda em uma fase exploratória, devendo ganhar consistência nesse terceiro ano de pesquisa.

Entre os resultados que as novas TICs podem proporcionar, está a promoção da transparência por instituições públicas. Potencialmente ao menos, mais transparência pode significar um impacto direto e positivo sobre a *accountability* do sistema, e, ainda, sobre a confiança que os cidadãos depositam nas instituições. Entretanto, a literatura tem apresentado resultados menos unânimes nesse sentido. Uma discussão dessa literatura relevante é apresentada no texto “Transparência Governamental e Qualidade da Democracia – uma Análise sob a Ótica da Accountability e da Confiança Política” (Burgarelli, anexo SC14). A discussão da literatura apresentada aponta para a necessidade de um olhar empírico sobre a questão no caso brasileiro. Nesse sentido, uma avaliação de como algumas instituições públicas têm adotado medidas de transparência pode avançar no conhecimento desse tema importante, devendo ser desenvolvida nesse terceiro ano de pesquisa.

Até aqui, apresentou-se os resultados do tema da participação sob dois ângulos importantes. Por um lado, focando os indivíduos, levando em consideração as hipóteses clássicas dos estudos de cultura política. Por outro lado focando sobre os mecanismos de participação em si, em especial os de participação direta e aqueles possibilitados pelas novas tecnologias da informação. Formas organizadas de participação, mediante grupos de interesse motivados pela atuação na arena decisória, também compreendem um aspecto importante da participação. Acrescentada ao projeto inicial no decorrer do primeiro ano de pesquisa, nesse segundo ano avançou-se com os primeiros resultados empíricos.

O artigo “A Influência em Brasília: Os Grupos de Interesse no Poder Legislativo” (Cesário, anexo 15), inova na discussão do tema no Brasil, tanto em sua metodologia, quanto no seus resultados. Trata-se de um mapeamento dos grupos de pressão em atuação no Congresso Nacional entre 2011-2012. Além disso, aborda-se qual a intensidade de participação desses grupos. Esses primeiros resultados já representam um grande avanço no conhecimento sobre o tema, contradizendo o senso comum de que os grupos empresariais liderariam esse tipo de mecanismo de participação (na verdade os achados da pesquisa apontam para o grupo de interesse público, de minorias, de funcionários e de trabalhadores como sendo os mais relevantes). De outro modo esses resultados também abrem caminho para a próxima etapa da pesquisa que é mapear as redes e ligações estabelecidas entre esses grupos. Esse texto, em estágio mais maduro, será um dos integrantes do livro proposto e a ser organizado como um dos produtos previstos para a divulgação da pesquisa.



## **Mídia, Corrupção e Cultura Política:**

Os meios de comunicação, como um elemento fundamental da democracia, apareceram como uma nova dimensão a ser estudada no primeiro ano de pesquisa. No relatório anterior (compreendendo o progresso do projeto durante o primeiro ano de pesquisa), foi apresentado os resultados obtidos. Nesse segundo ano, dois textos foram amadurecidos e publicados. O capítulo “Mídia e Apoio Político no Brasil” (Mesquita, 28) apresenta como as informações contidas na mídia influenciam de diferentes formas orientações políticas dos cidadãos em relação ao sistema político. De maneira complementar, o capítulo “Telejornal e Corrupção: Notícias Negativas, Percepção Negativa?” (Mesquita, anexo 29) trata dessa influência sobre a percepção das pessoas acerca do tema da corrupção. Os resultados apresentados em ambos os capítulos contradizem grande parte da literatura nacional que aponta apenas para uma influência negativa dos meios de comunicação sobre a política.

Baseados em testes estatísticos de surveys nacionais, sua preocupação recaiu sobre como o consumo de diferentes meios de comunicação se associa a valores e atitudes individuais. Para avançar no conhecimento sobre o papel que os meios de comunicação possuem na democracia brasileira, foi utilizada também uma perspectiva longitudinal no capítulo de livro (em fase de publicação em coletânea internacional) “As Diferentes Dinâmicas da Corrupção: Mídia, Percepção e Instituições no Contexto Brasileiro” (Mesquita, Moisés e Rico, anexo 31). Para tanto, foram avaliados dados quantitativos sobre o tratamento da corrupção nos principais veículos jornalístico do Brasil, bem como dados da dinâmica da percepção da corrupção. Também se avaliou o possível impacto das notícias a respeito de casos de corrupção selecionados, sobre respostas do sistema político. Esse último aspecto também foi explorado (nesse caso em um texto inicial a ser ainda aperfeiçoado) em perspectiva comparativa internacional, nomeadamente com o caso espanhol no texto “Corrupción y Accountability en Brasil y España: Los casos Mensalão y Bárcenas en los Medios de Comunicación” (Mesquita e Luengo, anexo 27).

## **Próximos passos da pesquisa:**

1. Durante o segundo ano da pesquisa, foi finalizado o processo de elaboração do questionário do survey de massas, bem como programação para a sua aplicação no início do presente ano. Com os dados disponibilizados, será possível proceder a análise estatística que permita avançar nos temas da participação e cultura política, bem como a avaliação do impacto da mídia sobre as orientações dos cidadãos em relação aos partidos políticos.
2. Pesquisa exploratória para identificar as instituições da sociedade civil e do Estado que utilizam da internet em suas articulações políticas e mapeamento das relações entre estas instituições (quando houver); identificação das ações do Estado que utilizam a internet em seus ciclos de políticas públicas;

3. Mapeamento das redes dos grupos de pressão e a ligação entre os mesmos
4. Organização de versões consolidadas de textos analíticos com vistas à composição de um livro.

### III. POLÍTICAS PÚBLICAS

#### A) EDUCAÇÃO<sup>62</sup>

Os trabalhos que analisam a evolução da política de educação na experiência democrática brasileira respondem a duas preocupações: o mapeamento das estruturas cognitivas que organizam a percepção de diferentes setores da sociedade sobre essas políticas, e a análise dos resultados alcançados na experiência brasileira nos últimos 25 anos.

O referencial teórico comum adotado por esses estudos é uma adaptação crítica das análises desenvolvidas por Sabatier (2009) e seus colaboradores, que tem como conceito central a identificação daquilo que esses autores chamam de *advocacy coalitions* (coalisões de militância): isso é, grupos de atores com afiliação institucional diversa, mas que compartilham uma percepção acerca da natureza dos problemas que devem ser enfrentados pela política substantiva, bem como modelos de causalidade, que orientam as opções de desenho de política apoiadas pelos membros de uma coalisão. Para Sabatier e seus colaboradores, as crenças políticas sustentadas pelos membros de uma coalisão estariam organizadas em três níveis hierárquicos distintos: no nível mais central estariam as crenças normativas centrais que organizam as preferências de um ator com relação a diferentes políticas públicas. A valorização relativa do público versus mercado, a contraposição entre a lógica meritocrática e a lógica da igualdade, são exemplos de valores articulados nesse nível. No segundo nível estariam os valores relacionados com a política específica: a valorização de determinados objetivos de política em detrimento de outros e pressupostos causais específicos. Finalmente, no terceiro nível estariam valores secundários, tais como preferências sobre alternativas de desenho de política.

Na análise realizada até o presente, dois pontos do modelo têm sido alvo de intenso escrutínio: em primeiro lugar a análise do papel que as instituições jogam na configuração e nas dinâmicas que se estabelecem entre as diferentes coalisões que configuram uma arena de políticas públicas. E, dentro desse debate, quais os limites da aprendizagem social que sustenta a mudança na política. Essa última questão é central para se alcançar um modelo dinâmico de mudanças nas políticas públicas, que ao mesmo tempo incorpore a questão democrática em sua formulação.

---

<sup>62</sup> Equipe: Coordenação: Elizabeth Balbachevsky, Helena Sampaio, Nina B. S. Ranieri; pesquisadores: Luís Gustavo Bambini Assis, Marta Assumpção Rodrigues, Martha A. S. Lucchesi, Rogério Schlegel, Rubens Beçak; assistentes: Roberto Viecegli, Lara B. Q. Côrtes, Denise M Moretti, Bárbara R. V. Lopes, bolsistas: Diogo B. Maciel, Juliana P. Reis e Lilian S. R. Macedo.

Se a institucionalidade democrática têm alguma relevância para a qualidade do desenho e dos conteúdos de uma política pública, essa relevância deve estar associada ao potencial de aprendizado social que acompanha os debates e as deliberações que cercam o processo de formulação e implementação dessa política. Hecló (1978) foi um dos primeiros autores a conceber o processo de produção de política pública como um mecanismo de aprendizagem social, um processo onde os debates que cercam os processos de mudança nas políticas e a interação entre diferentes atores produz um genuíno processo de aprendizagem coletiva à medida que diferentes aspectos do problema a ser enfrentado pela política são objeto de um escrutínio coletivo. Para o autor, esse processo de aprendizagem – a política pública como quebra-cabeças – é um elemento central para explicar não apenas as mudanças; mas, principalmente, a permanência da mudança de valores e objetivos que informam o desenho de uma política ao longo do tempo. Para Sabatier, esse aprendizado é sempre instrumental e limitado. Ele tende a afetar primariamente os valores mais instrumentais e secundários do sistema de crenças que articula uma coalisão de militância, deixando intocado o conjunto de valores mais centrais que conformam o sistema de crenças compartilhado pelos membros de uma coalisão.

Entretanto, estudos mais recentes centrados na evolução recente da questão ambiental lançam dúvidas sobre esse pressuposto (Bosman, 2012). Uma das temáticas que tem sido objeto de análise intensa no âmbito dos estudos sobre as políticas de educação tem relação com isso. A hipótese que estamos trabalhando relaciona a extensão do processo de aprendizagem ao modelo institucional com forte traços consociativos que aos poucos vem se consolidando na experiência democrática brasileira dos últimos 25 anos. Os trabalhos produzidos até o momento contém evidências que apontam nessa direção, embora seus resultados ainda não estejam consolidados. Uma peça central para avançarmos na proposição e teste dessa hipótese será o resultado obtido pelo survey com a elite relevante para o desenho das políticas de educação na sociedade brasileira.

Os trabalhos desenvolvidos na área de educação ao longo do ano de 2013 estiveram centrados em duas frentes: o mapeamento dos debates e controvérsias presentes na política de educação no Brasil e a análise dos resultados substantivos alcançados por essas políticas. O mapeamento do debate sobre as políticas de educação alimentou a discussão do conteúdo do questionário ora em aplicação a uma amostra de atores relevantes para essa política no Brasil. As 20 questões específicas sobre educação incluídas no questionário cobrem as principais controvérsias presentes nesse debate:

- A valorização relativa de políticas meritocráticas e horizontais para o corpo docente
- Modelos alternativos para a formação do corpo docentes
- Reforma curricular e conteúdos cruciais
- Objetivos e funções centrais do ensino médio
- Objetivos centrais do ensino profissional
- Avaliação do impacto da adoção do ENEM como instrumento de seleção para o acesso ao ensino superior

- Objetivos e finalidades do ensino superior público
- O ensino superior como bem público ou privado
- Modelos de governança universitária

O esforço de mapeamento desse debate envolveu contribuições de todos os membros da equipe e contou com a participação de duas estudantes de graduação que desenvolveram suas atividades de iniciação científica acompanhando a produção de dois atores centrais para a produção de estudos e análises que alimentam as controvérsias em torno da política de educação: as organizações não governamentais e a imprensa.

Outro ator central para a política de educação no Brasil é o judiciário. As decisões das cortes superiores sobre o direito à educação têm, reconhecidamente, impactos relevantes sobre o desenho e implementação dessa política. Porém, para além desse impacto substantivo, esse ator tem um contribuição significativa para o próprio debate que alimenta as decisões nessa área de política. A análise do papel que o judiciário brasileiro têm na articulação das políticas de educação no Brasil está sendo mapeado por uma parte da equipe de pesquisadores liderados pela Professora Nina Ranieri, da Faculdade de Direito da USP. Os esforços dessa equipe redundaram na organização de um banco de dados que compila as principais decisões das cortes superiores do país em temas relacionados à política de educação e na produção de um conjunto de estudos que investigam a concepção de justiça que informa a atuação do judiciário brasileiro na área de educação. O formato desse banco de dados viabilizou uma linha de trabalho que começa ser explorada por nossa equipe: a interação entre judiciário e legislativo para a produção de políticas substantivas na área. Esse tema é objeto de uma reflexão específica desenvolvida por Roberto del Conte Viecelli em sua dissertação de mestrado, desenvolvida no âmbito dessa pesquisa.

Uma outra dimensão pouco considerada nos estudos sobre políticas de educação no Brasil diz respeito às estruturas institucionais dedicadas à oferta de formação profissionalizante no país. O trabalhos desenvolvidos pela professora Marta Maria Assumpção Rodrigues trazem essa questão para o centro de nossa reflexão. Seus estudos, focados na interface *governança-políticas públicas-democracia* no Brasil, aprofundam o entendimento sobre o funcionamento da governança em contextos em que atores privados têm um papel decisivo no processo de formulação e implementação das políticas públicas. Os resultados alcançados até o momento mostram que desafios arranjos dessa natureza colocam para a governança democrática centrada na produção de bens coletivos.

Um terceiro ponto de articulação das reflexões desenvolvidas em torno da intersecção entre a experiência democrática brasileira e as políticas de educação está centrada na análise da evolução recente das políticas de ensino superior do país. Essa linha de investigação dá continuidade à uma temática tradicional da experiência do NUPPs, que é a análise das políticas de ensino superior. Dentro desse tema, os trabalhos estão focados em três abordagens distintas: em primeiro lugar, uma análise da evolução das dinâmicas de

crescimento do ensino superior no país e os processos que são responsáveis pelas marcadas desigualdade de acesso a esse nível de ensino. Os resultados dessa investigação revelam as limitações do conceito de ensino superior de massa, tal como formulado por Trow (1990) para caracterizar a expansão recente do ensino superior brasileira.

A segunda abordagem foca nas dinâmicas institucionais específicas que configuram a governança universitária no país. Ao longo de 2013, essa linha de pesquisa explorou questões relacionadas à emergência do modelo de governança democrática das universidades brasileiras: os trabalhos produzidos mapeiam a emergência da questão da democracia universitária como valor compartilhado no âmbito dos debates sobre as políticas de ensino superior no Brasil.

Finalmente, a terceira abordagem busca dar conta do papel da universidade pública enquanto ator político. Trata-se de um estudo histórico, centrado na experiência do estado de São Paulo e das universidades paulistas. Essa linha de estudo reconstitui, a partir de uma abordagem histórica, as políticas adotadas pelo Estado de São Paulo que sustentaram a constituição de uma rede universitária significativa, não apenas por sua produção científica, mas também por sua cobertura geográfica e seu impacto no desenvolvimento regional do estado.

Os resultados apresentados até o presente são parciais. Eles convergem para apontar a relevância do impacto da experiência democrática na reconfiguração da arena das políticas educacionais do país. Essa reconfiguração ocorreu tanto pela incorporação de novos atores para o debate dessas políticas, como também na produção de um novo conjunto de paradigmas que balizam o processo de tomada de decisões nessa área de políticas. O próximo passo de nossa investigação estará centrado na análise dos resultados dos surveys de elite e de massa, bem como no avanço das demais linhas de investigação delineadas acima. Em particular, cabe salientar a perspectiva de análise concomitante das iniciativas parlamentares e as decisões das cortes superiores de justiça, explorando um aspecto ainda pouco documentado na experiência brasileira que é a interação entre essas duas instituições basais do estado de direito: o Congresso e a Justiça.

## **B) SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE**<sup>63</sup>

O relato a seguir detalha os trabalhos realizados pela equipe que estuda a segurança e criminalidade no segundo ano da pesquisa. O período foi dedicado à construção das bases de dados e revisão da literatura. Apesar da importância destas atividades, o principal foco da equipe foi consolidar a agenda de pesquisa na área de segurança, que passou a existir em 2008, mas somente em 2012 foi incorporada integralmente ao núcleo de pesquisa da Instituição. Durante o ano de 2013, a equipe da área foi estruturada e ampliada

---

<sup>63</sup> Coordenação: Leandro Piquet Carneiro e Emmanuel Nunes de Oliveira. Bolsistas Gabriel Siracusa, Matheus Pires Uller, Rita de Cassia Rua, Paula Beatriz Mian.

com incorporação de cinco bolsistas de iniciação científica e um pesquisador associado. Além disso, foi consolidada uma parceira com *North Carolina State University*, que resultará no seminário internacional “*Democracy and Citizen Security: Interrogating the Quality of Democracy in Brazil, Argentina and Chile*” com data prevista para o segundo semestre de 2014, e contará com a presença de professores e operadores do sistema judiciário e de segurança pública do Brasil, da Argentina, do Chile e dos Estados Unidos. Foi iniciada, ainda, uma cooperação com a Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos da Polícia Militar de São Paulo, que resultará no seminário “*Segurança Pública no Brasil: contexto e políticas públicas*”, com realização prevista para novembro de 2014 e contará com presença de pesquisadores e operadores dos cinco estados que compõem a amostra da pesquisa (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul).

Outro ponto de destaque foi a participação da equipe na produção das pesquisas de opinião e das demais bases de dados do projeto geral. Os questionários foram revisados e a coordenação da equipe se envolveu diretamente em todas as fases de operacionalização do campo das pesquisas de opinião. A coordenação também teve um envolvimento direto na confecção do banco de dados sociais e político-institucionais da pesquisa e do banco de dados da produção legislativa nos últimos 25 anos.

Do ponto de vista analítico, a equipe de segurança concentrou-se na construção da estratégia metodológica que orientará a última parte da pesquisa. Para efeito de compreensão geral desta atividade, cabe uma digressão sobre a premissa básica da pesquisa. O trabalho parte do pressuposto de que a qualidade do regime democrático está associada à capacidade do sistema político de salvaguardar os direitos fundamentais da população. O projeto busca enfrentar o problema da coexistência paradoxal da aceitação do regime democrático como um ideal que quase se tornou um consenso universal e da crescente avaliação negativa das instituições políticas, sistematicamente captadas pelas pesquisas de opinião internacionais e nacionais. O reconhecimento do padrão complexo de adesão ao regime, como postura normativa, e a avaliação de seus resultados, nas formas de percepção sobre as políticas públicas, abriram uma nova agenda de pesquisa a qual discute, não apenas as estruturas intervenientes à conformação dos regimes democráticos, como também a qualidade do processo constitutivo ao bom funcionamento institucional do sistema político. O problema da coexistência da adesão à democracia como um valor e da insatisfação quanto a seu funcionamento requer explicações consistentes. E, dentre as várias dimensões da representação política em ação, as instituições responsáveis pela segurança pública merecem destaque especial na agenda de pesquisa.

As políticas de segurança e justiça criminal aparecem concomitantemente como variável dependente e independente do funcionamento do regime político. A ausência de políticas públicas de segurança não somente reduz a qualidade de vida da população, diminuindo o grau de satisfação da população com o *Estado em Ação*, como incide nos processos sociais de participação e exercício da cidadania. Como ficou evidente em recentes manifestações sociais (junho de 2013), o funcionamento precário do sistema de

segurança pública pode causar um desequilíbrio significativo na relação governo-sociedade, base do regime democrático. Se, como foi destacado no relatório anterior, existia necessidade de uma atenção mais ampla aos assuntos de segurança pública e de justiça criminal na produção teórica e empírica sobre o regime democrático, fatos históricos recentes no Brasil e no mundo demonstraram a atualidade das questões enfrentadas pela área de segurança do NUPPs.

No entanto, se a relevância social do tema cresce consistentemente, o mesmo não ocorre com as questões metodológicas. Os mecanismos teóricos que associam o tema de segurança pública aos estudos de regimes democráticos não estão suficientemente desenvolvidos. Houve expressivos avanços nas associações entre as dimensões da vida social e as questões de segurança. Mas, no entanto, não se pode dizer que haja um corpo teórico específico para lidar empiricamente com a questão. Enfrentar este desafio constituiu o principal objetivo da agenda de pesquisa de segurança do NUPPs no ano de 2013. E a empreitada foi dividida em três eixos: i) desenvolvimento metodológico; ii) articulação teórica e iii) análise comparada de algumas experiências inovadoras de política de justiça criminal.

Em relação ao primeiro eixo, dois textos da produção da equipe de segurança merecem destaque: os artigos “Instituição, Contexto e Dinâmica Criminal: um Estudo sobre Crime e Violência no Brasil Democrático” e “Crime e Pobreza. Um estudo sobre a relação entre o crime e desigualdade social no Brasil” de autoria de Emmanuel Nunes de Oliveira. O primeiro artigo passou por um debate público durante o Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, em Gramado, Rio Grande do Sul, em agosto de 2012, conforme descrito do relatório anterior, e em 2013 foi reformulado, ampliado e submetido a uma revista de impacto nacional. No artigo, Nunes de Oliveira examina a influência do sistema político no nível criminal. A pergunta que guiou a investigação é se existe relação entre o perfil ideológico dos governadores estaduais e o nível de atividade criminal no Brasil. A hipótese central do trabalho é que políticas públicas eficientes e investimento no sistema de segurança interferem na dinâmica criminal, independente dos fatores sociais e ambientais. Sendo que a eficiência das políticas públicas é condicionada por um processo orientado pela influência de um conjunto de ideias, conhecido como referencial, que organiza a maneira pela qual os problemas e as soluções são vistos em uma determinada arena política. O sistema político democrático serve como canal de seleção dos referenciais em disputa, reforçando os que logram resultados positivos, descartando os negativos e apostando nos inovadores.

Para verificar a consistência dessa hipótese, empregou-se uma série de modelos de regressão para dados em painel, na qual a variável dependente foi à taxa de homicídio; a unidade temporal, o período de redemocratização do país, e a unidade espacial, os Estados. O uso de regressão para dados em painel permitiu o controle de fatores específicos e conjunturais de cada unidade geográfica, promovendo, com isso, indicadores robustos para as questões propostas. O perfil ideológico do partido político dos governadores dos estados brasileiros foi utilizado como aproximação do tipo de referencial que estrutura a ação do Estado nos temas de segurança. Os resultados demonstraram que o perfil ideológico explica 12%

da variação da dinâmica criminal dos Estados. No entanto, quando se leva em conta o volume de investimento no sistema público de controle do crime, o perfil perde significância estatística. Tal resultado indica que existe uma interação complexa entre o tipo de política pública e o investimento na área segurança, corroborando a hipótese central da pesquisa. Para além dos achados localizados, o texto ganha importância global na pesquisa da área, pois aplica metodologias estatísticas multivariadas que serão posteriormente usadas nas demais produções do grupo. O mesmo destaque pode ser creditado ao segundo artigo.

O artigo “Crime e Pobreza. Um estudo sobre a relação entre o crime e desigualdade social no Brasil”, que será apresentado no próximo congresso *Latin America Studies Association (LASA)*, maio de 2014, em Chicago, Estados Unidos. No trabalho, Nunes de Oliveira investiga a relação de causalidade entre desigualdade social e atividade criminal no Brasil. A questão central do trabalho é verificar se a alta concentração de riqueza leva a uma maior presença criminal, pois reduz os incentivos para opção de sobrevivência de grande parte da população no mercado legal de trabalho ou se a relação é inversa, a forte presença de atividade criminal desfavorece a alocação de recurso socioeconômico aumentando, assim, a pobreza e a desigualdade social.

Grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre o tema tem destacado a forte correlação entre a presença de crime e pobreza, no Brasil. No entanto, os mecanismos de causalidade que resultam nessa correlação ainda carecem de comprovação empírica. Contribuir para elucidar essas questões foi o principal objetivo do trabalho. Por meio dos modelos de regressão para dados em painel e o teste de causalidade de Granger foi possível indicar que a presença de altas taxas de atividades criminais tem intensificado a concentração de renda e aumentado às disparidades sociais entre as cidades brasileiras e dentro delas.

Quanto à discussão teórica (segundo eixo), a produção substantiva da área de segurança do NUPPs apresentou dois artigos de autoria de João Martins e Emmanuel Nunes de Oliveira. No trabalho “O Problema Criminal Contemporâneo”, os autores investigam os efeitos da expansão dos mercados ilícitos de drogas e armas na ampliação da letalidade e na qualidade das políticas públicas de segurança. O consumo de drogas e o surgimento dos distúrbios crônicos são dois elementos constitutivos do problema criminal contemporâneo.

A sociedade ocidental conheceu, nos últimos trinta anos, uma criminalidade mais complexa, ampla e mortal que qualquer outro período do século XX, apesar da inegável evolução da qualidade de vida proporcionada pelo desenvolvimento econômico e tecnológico do período. Apesar da sistêmica destruição de vidas e patrimônios não serem exclusividade desse período, a violência cotidiana dos centros urbanos ocidentais tem características muito próprias à nossa época. É uma violência não provocada por guerras, epidemias, “limpezas étnicas” ou ocupações territoriais, mas majoritariamente por “crimes economicamente motivados”, formando uma cadeia produtiva criminal que provoca elevadíssima vitimização. Essa cadeia produtiva é iniciada pelo uso e comércio de drogas, mais especificamente pela



incessante disputa pelo domínio desse lucrativo mercado ilícito. Trata-se da primeira das motivações econômica da criminalidade contemporânea. Essa violência urbana é travada com número cada vez maior de armas de fogo, cada vez mais mortais, logo, provoca a ampliação do mercado ilícito de armas, que por sua vez viabiliza a segunda motivação econômica: o crime patrimonial, o roubo, o furto e o sequestro. O que explica, no limite, a correlação apontada sistematicamente, na literatura nacional, entre o aumento da atividade criminal e consolidação do regime democrático. Os autores apontam que a associação entre os fatores não se restringe a situação nacional e não pode ser creditada à estrutura institucional do Estado brasileiro. O artigo está em fase final de revisão e será submetido a uma revista de impacto nacional.

Ainda no eixo teórico, há um segundo artigo, no qual os autores estudam a relação entre o sistema de justiça criminal e o regime democrático. No artigo “O sistema de justiça criminal: democracia e legitimidade” os autores, o sistema de justiça criminal não é instrumento totalitário ou segregacionista, ao contrário é fator institucional criado pelo Estado e pela sociedade modernos para garantir a liberdade política e civil e o Estado Democrático de Direito. Ao exercer o monopólio legal do uso da força, evitando e coibindo, através da dissuasão legal, que as ações individuais ou coletivas atentem contra as premissas constitucionais, protegendo a sociedade do totalitarismo, do segregacionismo e da criminalidade violenta, possibilitando o exercício pleno da liberdade política. Os autores localizam a questões da justiça criminal no cerne do debate sobre a qualidade da democracia. Ao investigar os mecanismos simbólicos que permitiram a legitimação dos sistemas de segurança pública e de justiça criminal, os autores desenham os critérios teóricos nos quais é possível relacionar empiricamente os estudos criminais e a qualidade da democracia. O artigo está em fase final de revisão e será submetido a uma revista de impacto nacional.

A produção da equipe completa-se com o artigo “As inovações no Brasil e na Colômbia” de linhagem empírico comparativa (terceiro eixo) de Martins e Nunes de Oliveira. No trabalho, os autores investigam a presença de novos paradigmas de segurança pública e explicam o sucesso do controle do crime e da violência em São Paulo e em Bogotá. Partindo da experiência de Nova York (que introduz o policiamento orientado pelo sistema de informação de atividade criminal integrado ao gerenciamento das instituições de justiça criminal), São Paulo e Bogotá lograram altas taxas de sucesso no controle do crime. A seleção comparada da amostra permitiu os autores insular o efeito de novos paradigmas de segurança e investigar o papel das ideias na formulação e execução de políticas públicas. Uma das questões centrais do projeto de pesquisa do NUPPs. O artigo está em fase final de redação e será submetido a uma revista de impacto nacional.

Conforme previsto no cronograma inicial da pesquisa, a produção da equipe de segurança está condicente com que foi proposto. Somados aos artigos anteriores de autoria de Emmanuel Nunes de Oliveira e Leandro Piquet Carneiro, o material desenvolvido até o momento constituiu o primeiro livro do projeto. Os próximos passos são a realização dos seminários “*Democracy and Citizen Security: Interrogating the Quality of Democracy in Brazil, Argentine and Chile*” e “*Segurança Pública no Brasil: contexto e políticas públicas*”,

análise dos dados das pesquisas de opinião com a massa e com a elite e integração destes dados aos dados sociais e institucionais reunidos durante o ano de 2014.

### **C) POLÍTICAS DE CULTURA**<sup>64</sup>

Inicialmente foi proposto para esta parte do projeto o exame da política de cultura do governo do Estado de São Paulo em sua relação com a qualidade da democracia brasileira. A escolha do estudo desta experiência específica deveu-se à sua utilização de um mecanismo específico para a implementação destas políticas públicas: as parcerias por meio das Organizações Sociais. No decorrer da pesquisa, no entanto, foi constatada a necessidade de se readequar o seu foco, de modo a compatibilizá-lo melhor às ambições analíticas tanto das outras duas áreas de pesquisa de políticas públicas – segurança e educação – quanto ao projeto como um todo. Isto é, ampliar o escopo e avaliar, não só a experiência particular do Estado de São Paulo, mas também o plano federal e outras quatro unidades federativas (Pernambuco, Rio de Janeiro, Pará e Rio Grande do Sul).

Dessa forma, avançou-se com uma reestruturação dessa parte do projeto, objetivando-se desenvolver um balanço crítico quanto às mudanças nas estruturas institucionais pelas quais vêm passando as políticas públicas culturais no Brasil, a partir da proposta presente no Sistema Nacional de Cultura - o desdobramento constitucional mais recente produzido pela democracia brasileira. O texto “Sistema Nacional de Cultura e Federalismo Cultural no Brasil: abordagem crítica sob a perspectiva da qualidade da democracia” (Malafaia, anexo 20) faz uma primeira abordagem teórica com o tema, buscando analisá-lo à luz da perspectiva teórica proposta pela literatura da qualidade da democracia. Já o texto “Políticas Públicas de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura” (Malafaia e Bittencourt, anexo 22) expõe as mudanças pretendidas na pesquisa, apresentando, ainda, os resultados parciais. Em especial, são revisadas as produções bibliográficas acerca das experiências em políticas culturais dos estados a serem pesquisados.<sup>65</sup>

Também foi proposta – no âmbito dessa dimensão temática - a avaliação das opiniões da elite da área em políticas culturais. O objetivo é verificar se eventuais consensos – em comparação com as outras áreas do projeto (segurança e educação) – das elites formuladoras de políticas públicas têm impacto na estabilidade dessas políticas ao longo do tempo. Dessa forma, durante esse último ano, também se consolidou o questionário a ser aplicado, para o qual também se realizou os pré-testes (Anexo 23). Também se fez a seleção da amostra dos entrevistados, em composição levando em consideração o legislativo, o executivo

---

<sup>64</sup> Equipe- Coordenador : Nuno Coimbra Mesquita, Pesquisador Sênior: José Álvaro Moisés, Pós Doutorandos: Rolf Rauschenbach, Doutores: Pablo Cesário, Ricardo Tranjan, Mestrados: Guilherme Arbache, Frederico Castelo Branco.

<sup>65</sup> De outro modo, e também como forma de ampliar o escopo dessa parte da pesquisa, foi agregado um projeto em nível de pós-doutoramento com o objetivo de estudar a Comissão Permanente de Cultura (CCULT) e a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, da Câmara dos Deputados Federais. A partir de entrevistas em profundidade, espera-se identificar os paradigmas desses Deputados sobre o conceito de “cultura”, bem como suas percepções sobre os diversos modelos de gestão de políticas de cultura (Romão Netto, anexo PC3).

e representantes da sociedade civil, nos estados selecionados (São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul) e no Governo Federal.

#### **Próximos passos da pesquisa:**

1. Aplicação do survey de elites e início de testes estatísticos descritivos.
2. Sistematizar as informações sobre as mudanças nas estruturas institucionais responsáveis por políticas públicas culturais nos cinco estados brasileiros entre 1988 e 2013 em comparação com o plano federal, cujo produto mais recente foi a instituição do Sistema Nacional de Cultura.

## **5. OUTRAS DIMENSÕES ANALÍTICAS**

A seguir são apresentadas brevemente outras dimensões analíticas que, em função do desenvolvimento do projeto, foram incluídas no seu marco analítico, e cujo objetivo é completar o panorama de diagnóstico dos 25 anos de democracia brasileira.

### **A) CORRUPTECA<sup>66</sup>**

#### **Biblioteca Digital Internacional sobre a Corrupção**

A Corrupteca é uma biblioteca digital especializada em corrupção, disponível na internet, com conteúdo aberto, gratuito e de texto completo, destinada a apoiar as pesquisas e análises do fenômeno no Brasil e no mundo. Ela é formada por três grandes áreas: o acervo acadêmico, o acervo de notícias ou hemeroteca e o acervo jurídico. Em 2013 ela foi mantida e ampliada (ver o link <http://nupps.usp.br/corrupteca/>) e teve mais de 320 mil acessos feitos por 256 mil pessoas interessadas, das quais, 76% do Brasil e o restante de fora do país, mas, desde o seu lançamento, em 2012, ela já teve mais de 490 mil acessos (ver relatórios quantitativos **nos anexos 65 e 67**).

O acervo acadêmico é formado pela produção científica relacionada à corrupção recolhida de cerca de 1.600 bibliotecas digitais de universidades e centros de pesquisa vinculados à OAI - Open Archives Initiative, um consórcio internacional que permite o livre compartilhamento da produção científica e a sua filtragem e concentração em bibliotecas temáticas. A hemeroteca ou acervo de notícias é formado por notícias de corrupção recolhidas do acervo digital do jornal "O Estado de São Paulo", que em parceria com o NUPPs cedeu à Corrupteca todo o seu arquivo de notícias desde 1875. O acervo jurídico é formado através da coleta de legislação e de peças processuais relativas a casos de corrupção no Brasil.

Após o lançamento de sua primeira versão, em novembro de 2012, a equipe do projeto se dedicou ao

---

<sup>66</sup> Coordenação: José Álvaro Moisés e Giovanni Eldasi; assistentes de pesquisa Bruno Rico e João Pedro Paro.

aumento do seu acervo e reforma de sua interface, consolidando a formação de uma segunda versão da mesma, disponibilizada na internet em julho de 2013. Na linha de grandes bibliotecas digitais de excelência, adotou-se uma interface Web com um paradigma mais informativo, onde é estabelecido um diálogo com o público e com o amplo leque de instituições que já utilizam e apoiam a Corrupteca, além das novas interfaces de busca dos volumes digitais. O acervo de artigos científicos foi separado do acervo de notícias na ferramenta de pesquisa, melhorando a usabilidade e encontrabilidade da informação. Dentro das boas práticas de biblioteconomia, foram criadas 4 novas coleções: A Coleção Didática, que reúne artigos didáticos de vários colaboradores acadêmicos e especialistas em cada tópico; a Coleção Nacional, onde se destacam pesquisas e publicações brasileiras sobre o tema da Corrupção; a Coleção “Corrupção nas Manchetes”, que compila capas históricas do jornal “O Estado de São Paulo” na área de corrupção e, por fim, com destaque, a Coleção Casos, constituída por informações, notícias, processos judiciais e outras mídias de casos de corrupção brasileiros, formando uma interface composta de um resumo do caso, personagens, sua linha-do-tempo e a sua situação atual. A disponibilização destes conteúdos requereu uma reformulação do portal, que passou a ter uma homepage e um sistema de atualização novos (<http://nupps.usp.br/corrupteca/>).

As Linhas do Tempo são provavelmente as mais completas já produzidas. Cada uma tem cerca de 50 datas, compostas por foto, vídeo, documentos relevantes, e texto jornalístico – todos acessíveis a um clique na própria linha do tempo. Se fundamentam em pesquisas detalhadas sobre os acervos dos principais veículos jornalísticos e documentos relacionados – em especial, acusações de Ministério Público, relatórios de CPIs e sentenças judiciais. Além da seção dos fatos, há outras três: O Caso (texto baseado nos principais fatos que caracterizam cada caso de corrupção), Personagens (com a participação dos principais envolvidos), e Situação Atual (que busca responder à pergunta: os responsáveis foram devidamente punidos?).

Atualmente, os seguintes casos estão disponíveis:

- Collor/PC Farias: [http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post\\_type=case&p=561](http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post_type=case&p=561)
- Caso Anões do Orçamento: [http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post\\_type=case&p=263](http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post_type=case&p=263)
- Jorgina/INSS: [http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post\\_type=case&p=256](http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post_type=case&p=256)
- Sudam: [http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post\\_type=case&p=259](http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post_type=case&p=259)
- Violação do Paineleletrônico do Senado:  
[http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post\\_type=case&p=269](http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post_type=case&p=269)
- Correios/Mensalão: [http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post\\_type=case&p=440](http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post_type=case&p=440)
- Mensalão Tucano: [http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post\\_type=case&p=635](http://acervosabertos.com.br/corrupteca/?post_type=case&p=635)

Os Drops de informação objetivam orientar o pesquisador e o cidadão frente o Sistema de Integridade brasileiro, informando sobre leis, órgãos e procedimentos relacionados à proteção do Estado contra

desvios. São produzidos a partir de colaborações de acadêmicos da área, reforçando os laços institucionais e a confiabilidade do portal. Estão disponíveis os seguintes itens:

- O que é Lavagem de Dinheiro?
- O que é Corrupção Passiva?
- O que é Corrupção Ativa?
- O que é Peculato?
- O que é Falsidade Ideológica?
- O que é Estelionato?
- O que é Apropriação Indébita?
- O que é o STF?
- O que é uma CPI?
- O que é a CGU?
- O que são Tribunais de Contas?
- O que é Accountability social

#### **A Corrupteca em 2014**

A equipe da Corrupteca, sob coordenação de José Álvaro Moisés e Giovanni Eldasi, pretende desenvolver uma etapa caracterizada pelo avanço qualitativo e quantitativo na coleta de acervo e apresentação de resultados de busca em corrupção, através da pesquisa e desenvolvimento de uma nova técnica de filtragem na área de ontologia computacional e web semântica. A versão beta 3.0 da Corrupteca pretende comportar essas inovações:

- Aumento quantitativo e qualitativo do acervo, com meta de 400 mil volumes digitais de texto completo;
- Coleta de produção acadêmica que não esteja no consórcio Open Archives Initiative, através da operação de novo software *web crawler* a ser desenvolvido com a nova técnica;
- Aperfeiçoamento da usabilidade e encontrabilidade do acervo, através do aperfeiçoamento da ontologia computacional e cálculos de relevância.

#### **B) Site Qualidade da Democracia<sup>67</sup>**

O site *Qualidade da Democracia* (<http://qualidadedemocracia.com.br/>) reúne reflexões, artigos de opinião, livros, entrevistas e textos de resultados de pesquisas de autoria de acadêmicos, escritores, jornalistas e artistas, entre outros, que se dedicam ao tema da democracia da perspectiva de sua qualidade. O seu objetivo principal é divulgar as análises produzidas por este projeto – assim como por intelectuais e pesquisadores de outras universidades e instituições acadêmicas brasileiras que dialogam com os seus participantes – de modo a estimular o debate público em torno do tema. Este objetivo foi

---

<sup>67</sup> Editor: José Álvaro Moisés; consultoria técnica: Giovanni Eldasi.

realizado amplamente em 2013 com a incorporação ao projeto de vários cientistas sociais que passaram a colaborar permanentemente com o site (vide a lista de participantes no site). Isso permitiu a apresentação ao público, de forma consistente e continuada, de um acervo análises extremamente diversificadas e amplas sobre a qualidade da democracia no Brasil e em outros países. O impacto público do site pode ser aquilatado pelo número de acessos verificados em 2013: foram mais de 450 mil ao longo do ano.

Até o momento são 155 posts ao todo, desde a sua inauguração em outubro de 2012, cuja listagem está em anexo<sup>68</sup>.

## 6. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E BANCO DE DADOS

A seguir são relatadas as atividades da área de tecnologia da informação realizadas no âmbito deste projeto. O relatório apresenta o trabalho do bolsista de Treinamento Técnico TT-4A. São descritas as tarefas realizadas ao longo de 12 meses de atividades. O quadro a seguir reproduz o Plano de Atividades desenvolvido.

### *Plano de Trabalho e Metodologia*

Tarefas desenvolvidas pelo bolsista:

- Compreensão e entendimento técnico da arquitetura do banco de dados e demais tecnologias atualmente em desenvolvimento pelo Núcleo;
- Processamento e carregamento do rol de fontes de dados primárias até a data mais atual possível;
- Desenvolvimento de novos “Cubos” (bancos de dados multidimensionais cruzados) para a solução análise estatística do tipo OLAP já implantada, tornando possível o cruzamento entre dimensões e a capacidade de interagir com os dados através das hierarquias e operações OLAP;
- Implantação definitiva de um espaço, dentro dos domínios do website da instituição, dedicado à consulta aos dados estatísticos previamente processados;
- Possibilidade de compartilhar resultados e análises feitas no projeto de banco de dados do NUPPs por meio das redes sociais.
- Construção de aplicativos para coleta automática de dados a partir da web.
- Elaboração de documentação sobre as bases de dados, ferramentas e sistemas em geral. Treinamento de uso para os pesquisadores do Núcleo.

### Cronograma das tarefas técnicas

O desenvolvimento do projeto foi dividido em tarefas mensais objetivas, de acordo com o cronograma:

Tarefa	Meses após a aprovação da bolsa TT-4A												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Análise e pesquisa do atual estágio do sistema de informações	■	■											
Processamento de novas bases e atualizações do BD	■	■	■	■	■	■	■	■					
Desenvolvimento de novos Cubos de dados		■	■	■	■	■	■	■	■				
Desenvolvimento da interface web para o BD								■	■	■	■	■	■
Integração do BD com pacotes estatísticos específicos				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Entrega de documentação do sistema e treinamentos												■	■

Ao longo do período, novas atividades foram incluídas. Novas tecnologias se tornaram acessíveis, principalmente, no que tange à hospedagem dos bancos de dados (BDs), arquivos e sistemas em geral. Em 2012, os servidores físicos ficaram em segundo plano e terminaram por ser configurados para atender apenas as demandas locais de trabalho da rede interna (servidores de usuários, compartilhamento de arquivos e segurança do NUPPs). Os servidores virtuais, oferecidos pelo CCE/USP, se tornaram ambientes mais práticos e seguros para o desenvolvimento e hospedagem de arquivos e sistemas.

Essas mudanças, porém, afetaram o cronograma do funcionamento de alguns dos sistemas que já se encontravam hospedados e em operação, mas que precisaram ser migrados para os novos ambientes. Outro aspecto importante se refere à configuração de todo um ambiente de desenvolvimento e operação que havia sido realizado na primeira etapa da bolsa, e que pelas mudanças relatadas precisou ser refeito.

Tais novidades de infraestrutura não tinham sido cogitadas no ano passado - caso das máquinas virtuais do CCE. Outra solução de hospedagem de dados, que oferece uma gama grande de serviços e que se tornou definitiva segundo a comunidade de TI da USP, é a Nuvem/USP; essa foi incorporada ao NUPPs e inaugurou seus serviços para a comunidade de pesquisadores em outubro de 2013.

As atividades desenvolvidas podem ser divididas basicamente em dois grupos: coleta e processamento de dados, e desenvolvimento de sistemas web. A seguir são descritos a situação atual e os avanços em cada grupo.

### **Coleta e processamento de dados**

No início desta etapa, os bancos de dados compilados pelo NUPPs eram relativos à educação superior, com diversos dados relacionados a demografia e sociedade, permitindo comparações e contextualizações. Estes dados foram atualizados e são resumidos a seguir:

<b>BDs de 2012</b>	<b>fonte</b>
ProUni	SISPROUNI
Docentes	INEP - Censo da Educação Superior
Servidores	INEP - Censo da Educação Superior
ENADE	INEP - Resultados do ENADE
Capes	CAPES - Sistema Geocapes
Educação Superior	INEP - Censo da Educação Superior
População	SEADE (São Paulo) e IBGE (Brasil)
Ensino Médio	INEP - Censo da Educação Básica
EAD	INEP - Censo da Educação Superior

<sup>68</sup> Vide anexo 56 .

Ao longo de 2013, novas bases foram acrescentadas aos bancos. Entre as coletadas de fontes oficiais disponibilizadas pela internet estão:

<b>BDs públicos de 2013</b>	<b>Fonte</b>
Candidaturas	TSE
Financiamento Eleitoral	TSE
Eleitorado	TSE
Resultados das Eleições	TSE
Bens dos Candidatos	TSE
Censo da Ed. Básica	INEP
ENC-Provão	INEP
ENADE	INEP
Unidades Básicas Saúde	SUS
Lista de Cartórios	Min Justiça
Postos DPF e DPRF	Min Justiça
Acidentes em Rod Feds	Min Justiça
Agências Previdência Social	INSS
PROCONS	Min Justiça

Outras bases foram construídas com os resultados de trabalhos realizados pelos pesquisadores deste projeto:

<b>BDs particulares de 2013</b>	<b>Fonte</b>
Deputados	Equipe Instituições
Senado	Equipe Instituições
Projetos de Leis	Equipe Instituições
Surveys de Cultura Política	Professor J. A. Moisés / NUPPs/USP e CESOP/Unicamp

De acordo com o plano de atividades, estes dados foram inseridos no repositório central, um sistema de banco de dados de código aberto, configurado nas etapas anteriores. O processo de carregamento dos dados, em constante desenvolvimento, passou também por um processo de limpeza e adequação das bases de dados, de modo a se tornarem parte da arquitetura de tabelas usadas pelos pesquisadores do NUPPs. Estas atividades, executadas ao longo do ano, são procedimentos bastantes trabalhosos e manuais, difíceis de serem automatizados, por se tratarem de escolhas e definições particulares para cada caso. A maior parte do tempo de trabalho foi, portanto, dedicada a estas atividades.

Para que os dados estejam acessíveis aos pesquisadores através das interfaces web, outros desenvolvimentos envolveram a criação dos cubos OLAP, uma espécie de conjunto de dados sobre um mesmo tema que permite ser analisado e vasculhado exaustivamente, com rápida performance e com suporte à hierarquias. Para este objetivo usou-se as ferramentas da suíte de *Business Intelligence Pentaho*, já instalada e configurada no ambiente web, tratado na seção seguinte.

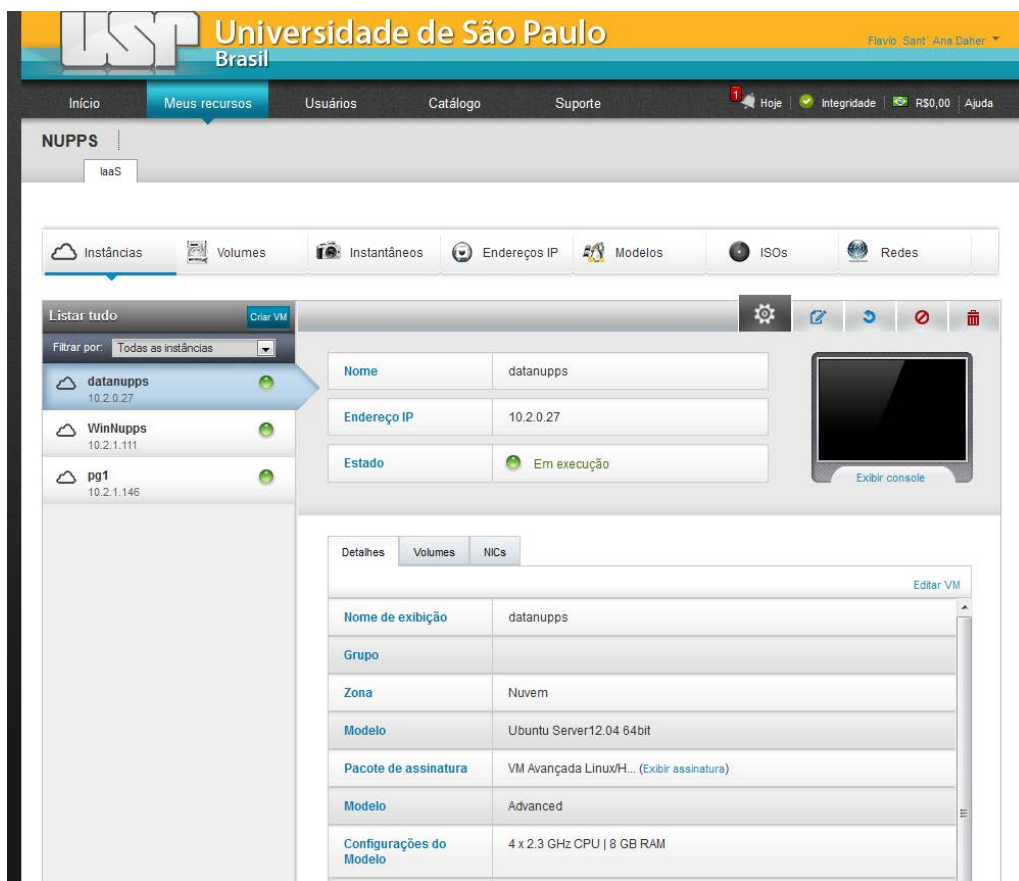


## **Desenvolvimento de sistemas web**

Este grupo de atividades se refere ao desenvolvimento e à publicação de ferramentas online para os pesquisadores poderem fazer buscas sobre as bases de dados, compartilhamento de arquivos entre equipe e interação com os dados do BD.

Para o desenvolvimento destes aplicativos online, foi preciso implementar um ambiente de hospedagem. Neste quesito, entre o final de 2012 e 2013, muitas mudanças ocorreram. Os ambientes eram a princípio desenvolvidos a partir de servidores físicos instalados dentro do NUPPs, mas esta solução era muito custosa, do ponto de vista de manutenção, pois a administração deste servidor estava exclusivamente sob responsabilidade do bolsista, e inclusive as questões relativas à segurança de rede. Atividades de administração de sistema e configuração do ambiente tomam muito tempo útil, e fogem do foco do projeto de pesquisa. O inconveniente era que, caso uma nova solução mais prática aparecesse - o que de fato aconteceu - e fosse preciso fazer uma migração de sistemas, todo esse trabalho seria perdido e teria que ser iniciado no outro ambiente.

Em meados do primeiro semestre, surgiu uma solução que propiciou mais segurança. Foi o caso das máquinas virtuais (MVs) do CCE/USP, um ambiente virtual que permitiu abrir dois servidores, um Linux e outro Windows. Os desenvolvimentos se seguiram até o advento de uma nova tecnologia, a Nuvem USP, que chegou no último bimestre deste ano. Foi sugerido pela própria equipe do CCE/SP, onde estavam as MVs, a migração para este novo ambiente. E, de fato, a solução da Nuvem USP é a definitiva e pretende ser o padrão para todos os serviços de TI da universidade. As vantagens são inúmeras, neste ambiente tem-se a liberdade de criar máquinas virtuais, redes virtuais e instalar qualquer tipo de sistema operacional. Os backups e a segurança são assegurados pelo órgão responsável pela Nuvem USP, de modo que o foco das atividades puderam se voltar para o desenvolvimento das interfaces, ainda que as atividades administrativas e de manutenção tivessem de ser tocadas constantemente. A seguir uma demonstração desse desenvolvimento:



**Figura 1 - Interface da NuvemUSP com as MVs em operação**

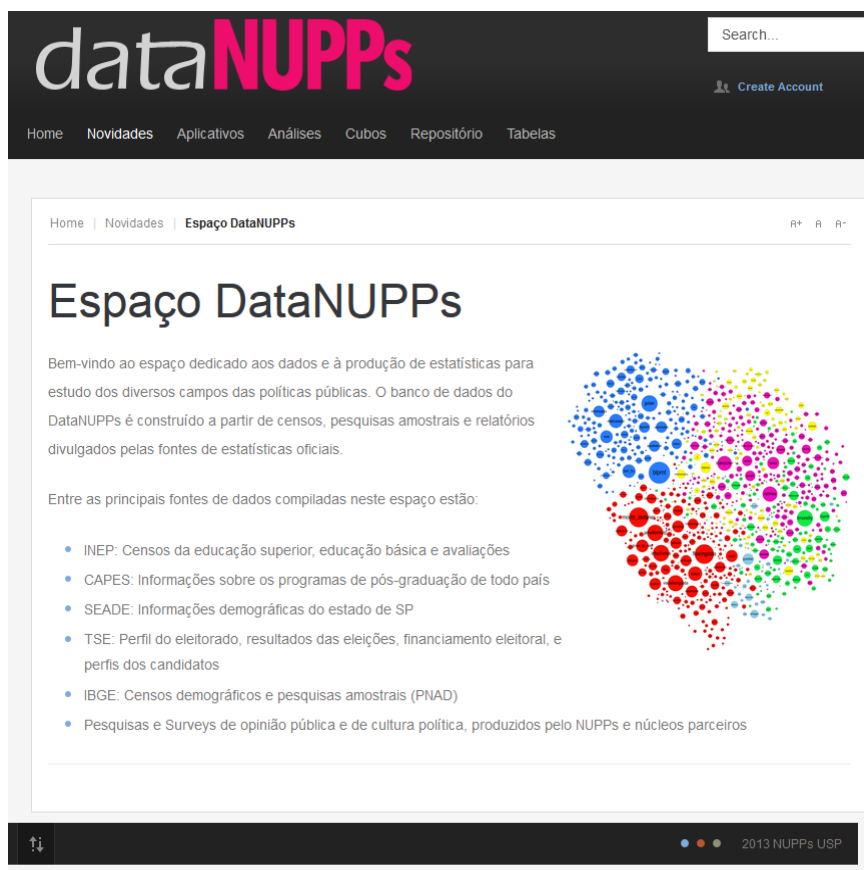
Na **figura 1** está a interface da conta do NUPPS na Nuvem USP. Temos três máquinas em operação, atualmente:

1. DataNUPPs: máquina Linux, servidor web e de BDs, onde está uma cópia do Banco de Dados central e dos principais aplicativos instalados para publicação online;
2. WinNUPPs: máquina Windows onde estão alguns arquivos e um outro sistema gerenciados de BDs (o SQL Server). Neste espaço está planejado a operação de um servidor de arquivos e perfis para que os arquivos internos do NUPPs possam ser disponibilizados mesmo fora do núcleo.
3. PG1: máquina Linux rodando servidores web e de BDs, com a finalidade de ser um espaço para testes de novas tecnologias e área para depósito temporário de dados.

O DataNUPPs surgiu da necessidade de um espaço específico e que tivesse suporte tecnológico suficiente para a publicação dos dados compilados pelo NUPPs. Tais características não poderiam ser atendidas pelo portal institucional do NUPPs pois este último se tratava de um site feito, diagramado e programado especificamente para a publicação de informações acerca do Núcleo.

Este espaço, em fase inicial de desenvolvimento e cuja página inicial se vê na **figura 2**, pretende servir os pesquisadores de informações sobre os bancos de dados. A ideia é que este seja o espaço central onde pesquisadores buscariam dados, e programado desde o início para dar suporte a visualização em *tablets* e em smartphones. Está hospedado, temporariamente, no seguinte endereço: <http://nupps.olpa.com.br/data/>

Entre as informações e serviços disponibilizados pelo portal estão:



**Figura 2 - Página inicial do portal DataNUPPs**

1. Novidades: um periódico, no estilo blog, com posts datados, dos avanços em relação aos bancos de dados. Serão colocados nesta seção as novas bases de dados compiladas pelo NUPPs, assim como novos aplicativos de interação disponíveis. Seria um espaço de comunicação entre a equipe de dados com os pesquisadores do NUPPs.

2. Repositório: espaço onde estarão publicadas as bases de dados, tabelas, documentos e demais arquivos para download. Serão organizados por assuntos e tags para fácil e atualizados periodicamente, de modo a refletir as alterações e correções que eventualmente serão feitas no banco de dados central (**figura 3**).

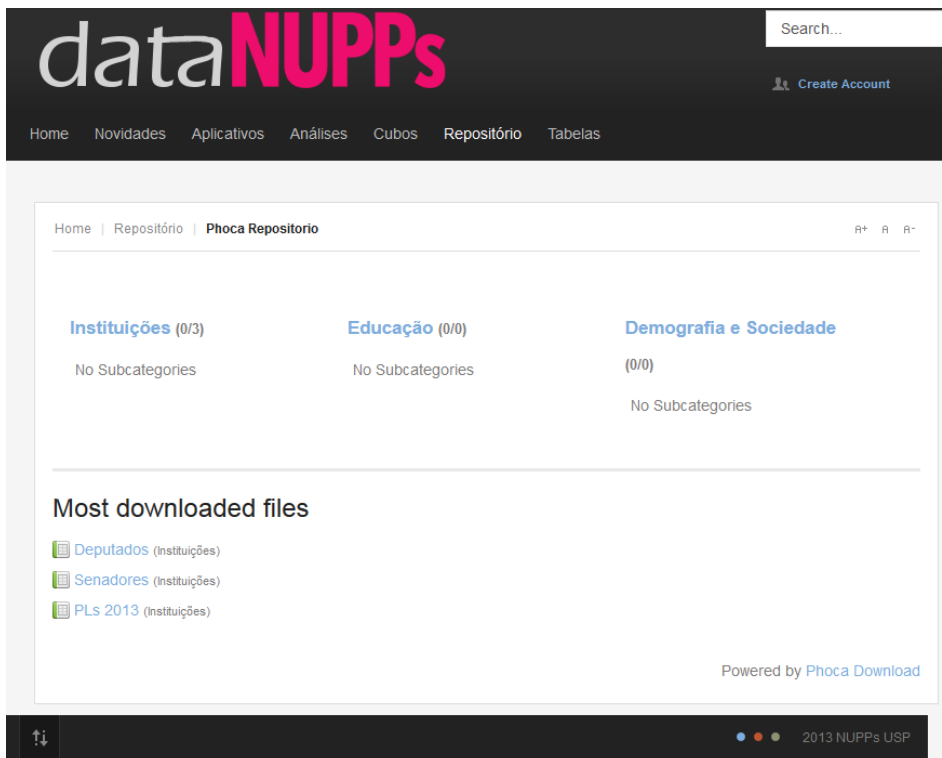


Figura 3 - Repositório de arquivos para download

3. Cubos: espaço dedicado à interação por parte dos pesquisadores com os dados do banco de dados central que estiverem já organizados nos Cubos. Através desta área, o pesquisador poderá fazer cruzamento entre as mais diversas colunas, produzir tabulações específicas, filtragens e produzir gráficos, além de também poderem baixar os dados para análises em sua própria máquina (figura 4).

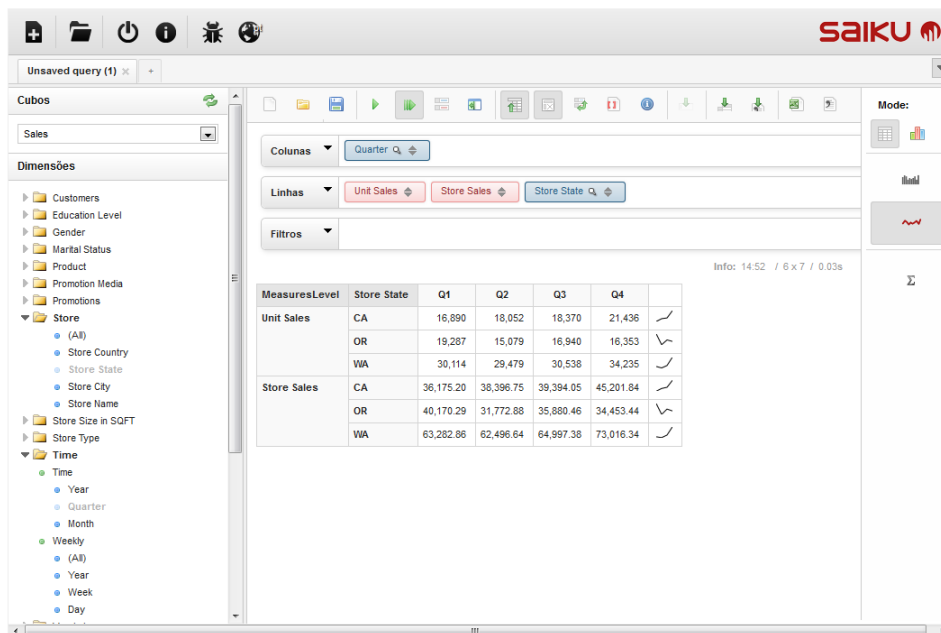


Figura 4 - Espaço para interação com os dados em Cubos

O desenvolvimento tecnológico do DataNUPPs, assim como o complemento de suas funções de modo a ser um centro online para integração dos dados de pesquisa realizadas no Núcleo, será o foco do bolsista até o final desta etapa.

Ao longo do mês de janeiro de 2014, já com o portal em fase de apresentação, organizou-se reuniões entre os pesquisadores para sincronizar os dados e dar suporte ao uso dos serviços do portal. Foram oferecidos treinamentos para que os pesquisadores e assistentes possam tirar o máximo proveito das informações compiladas pelo NUPPs.

### **Dificuldades e alterações no plano inicial**

Como adiantado no início deste relatório, algumas das atividades que constavam no plano deste semestre foram redefinidas, e alguns obstáculos surgiram. São eles:

- Excesso de horas despendidas nas atividades de limpeza, padronização e sincronização dos dados obtidos, devido ao grande volume de dados a ser processado.
- Mudanças nos ambientes de hospedagens culminou em consideráveis períodos de dedicação à instalação e configuração de novos ambientes e atividades de migração de dados e sistemas.

Estes dois eventos são parte do aprendizado para se otimizar o planejamento de etapas futuras. Dando sequência ao projeto, as próximas etapas a serem realizadas nos próximos seis meses são as seguintes:

Desenvolvimento de ferramentas gráficas para interação dos usuários com os dados: criação de uma coleção de aplicativos que podem ser criados sobre as bases de dados. O sistema de BI instalado permite instalação de novas visualizações, como análises espaciais em mapas, e vistas de redes sociais. Sobre o sistema de BI serão instalados e plug-ins especiais para criação de *Dashboards* de indicadores e de produção de estatísticas mais sofisticadas.

Implementação de rotinas e sistema de mineração de dados: a partir da inclusão das bases de dados já padronizadas no sistema de banco de dados SQL Server (Windows), foi possível iniciar os testes com o componente nativo *Analysis Services*, um pacote que dá suporte a atividades de mineração de dados, além de oferecer também um ambiente OLAP alternativo. Apesar dos testes iniciais, o sistema de mineração de dados está programado para ser usado nas próximas etapas, quando o foco dos trabalhos forem justamente as análises.

Construção de aplicativos para coleta automática de dados a partir da web: algumas rotinas e scripts para obtenção de arquivos com as bases foram criados usando a linguagem Python, de forma a se tornar mais ágil a obtenção das fontes de dados e verificações de lançamento de novas versões.

Treinamento de uso para os pesquisadores do Núcleo: algumas das ferramentas foram apresentadas para os pesquisadores que já costumam trabalhar com elas e aplicativos comuns, como o protocolo ODBC.

Porém, como o sistema principal ainda está em fase de desenvolvimento, não houve oportunidade de promover treinamentos de todos os membros do núcleo.

#### **JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DA BOLSA DE TT4A**

O NUPPs vem investindo, desde sua fundação, na produção de dados estatísticos sobre as áreas de políticas públicas, demografia e eleições de modo a munir seus pesquisadores com as mais completas bases de dados possíveis. A partir do início do presente projeto houve um planejamento específico voltado para a coleta e organização de informações indispensáveis à sua realização e isto demandou novos recursos humanos para atender tais objetivos. Com esta intenção, foi solicitada à FAPESP a alocação de recursos para uma bolsa TT4-A que foi preenchida por um profissional especializado, voltado a projetar as soluções tecnológicas envolvendo amplas fontes de informações. Inicialmente, o plano de trabalho deste profissional teria duração de 24 meses, igual ao da vigência máxima do auxílio da bolsa.

Atualmente o bolsista completou 18 meses de atuação e, neste momento, a vigência de seu auxílio está encerrada. Porém, a continuidade das atividades listadas acima, para se efetivar, depende da renovação da bolsa pelos restantes 6 meses. Com efeito, as atividades realizadas até agora foram norteadas pelas principais atividades de pesquisa do NUPPs e em sua fase inicial compreendiam:

1. Compreensão do rol de fontes e bancos de dados usados nas pesquisas do Núcleo;
2. Projeto de solução tecnológica para armazenamento, organização e disponibilização dos dados para os pesquisadores, de forma prática e rápida para usuários (solução OLAP);
3. Viabilização de infra-estrutura para abrigar os sistemas a serem desenvolvidos;
4. Extração, processamento e carregamento das informações nos servidor central;
5. Desenvolvimento de portal/interface web para operação do sistema de informações;
6. Construção de aplicativos para coleta automática de informações a partir da internet;
7. Elaboração de documentação e treinamento dos usuários.

Durante o processo de sua realização, novas demandas vieram a integrar o plano de atividades. Basicamente, uma nova lista de bases de dados foi incluída no rol de fontes, devido, principalmente, à disponibilização de novos dados públicos com consequência da Lei de Transparência. O Núcleo viu neste fato uma boa oportunidade de complementar o banco de dados em desenvolvimento.

Neste momento, como relatado acima, o sistema de informações está fase inicial de operação. Conta com uma interface web desenvolvida especificamente para a operação pelos pesquisadores da instituição. Uma série de fontes de dados estão carregadas e disponíveis para pesquisa. Porém, ainda é necessário aplicar novas rodadas de processamento sobre os dados de modo a se tornarem integrados, ou seja, é preciso padronizá-los para que a experiência de pesquisa no sistema de informações seja ampla, não se limitando somente a buscas em BD isolados, mas sim em cruzamentos entre fontes a princípio distintas, permitindo comparações entre variáveis de esferas diferentes, através de pontos em comum. Além destas atividades, é preciso dar sequência no desenvolvimento da interface web de modo que ela esteja pronta e segura para atender os acessos dos pesquisadores. Será preciso ainda produzir documentações e proceder com treinamento dos usuários para que tirem proveito máximo do sistema implantado.

Todas estas atividades estão planejadas para serem realizadas nos próximos 6 meses de trabalho. Esta próxima etapa será aquela onde o profissional de TI terá mais contato com os pesquisadores, buscando atender as demandas individuais de cada grupo interno de pesquisa e ajustar possíveis adaptações na interface web. Por isso, a interrupção das atividades do bolsista causaria um prejuízo grande à sequência da produção dos resultados por parte dos pesquisadores, pois estes dependem diretamente do acesso às informações para escreverem suas análises.

**Essa é a razão pela qual a renovação da bolsa já tinha sido solicitada à Fapesp que, contudo, orientou o coordenador do projeto a re-apresentar esta solicitação juntamente com este relatório de atividades.**

## 7. SURVEYS DE MASSA E DE ELITES A SEREM APLICADOS EM 2014

Os surveys programados para serem realizados em 2013 sofreram atraso na sua realização. No primeiro caso, para a contratação do serviço de pesquisa de opinião pública de massa foi realizado um processo licitatório pela FFLCH/USP. Em 19 de janeiro de 2013 foi publicado o aviso do Pregão nº 03 pela FFLCH, prevendo o tipo de licitação de menor preço. Este edital previa uma etapa de vistoria, que foi realizada em 04 de fevereiro de 2013 e contou com a presença de várias empresas. Entretanto, antes da realização do pregão, previsto para o dia 07 de fevereiro de 2013, a FFLCH suspendeu da sessão e, posteriormente, a anulação do edital.

A anulação do edital resultou da constatação, pelos pesquisadores e técnicos do NUPPs, de que o tipo de licitação mais adequado para a contratação do serviço de pesquisa de opinião pública seria aquele que considerasse também a qualificação técnica das empresas interessadas no processo. Isso porque, para o sucesso da pesquisa e a fidedignidade de seus resultados, era imprescindível se trabalhar com dados confiáveis em face da necessidade de se buscar a prestação de serviço com a melhor qualidade técnica possível. Verificou-se que a modalidade pregão era inadequada aos interesses da pesquisa, pois, em tal modalidade licitatória, o único critério possível de escolha do vencedor é o menor preço. A modalidade mais adequada seria a de “tomada de preços”, combinado com o tipo “técnica e preço”.

Sendo assim, em 24 de junho de 2013, foi lançado o edital de Tomada de Preços 01/2013 – FFLCH, tipo técnica e preço, para a contratação do serviço de pesquisa de opinião pública de massa. Neste edital, apareceram como itens de avaliação: a capacitação técnica e da experiência da proponente; a qualificação da equipe técnica e o plano de trabalho para a execução do serviço objeto da licitação. O contrato com a empresa vencedora foi firmado, finalmente, em 5 de dezembro de 2013.

Espera-se que o atraso na realização da pesquisa será compensado pela garantia de qualidade na prestação do serviço propiciada principalmente pela escolha, mesmo que tardia, da modalidade e do tipo licitatório mais adequado ao serviço de pesquisa de opinião de massa. Nesse sentido, a experiência converteu-se em um aprendizado para a FFLCH/USP sobre o melhor caminho para casos com esse.

Já no caso do survey de elites, o processo de elaboração do questionário e a seleção dos entrevistados tomou mais tempo do que originalmente previsto, mas, no momento, a pesquisa está em plena realização, devendo ser concluída nos próximos meses.

### QUESTIONÁRIOS

Os questionários dos surveys de massa e de elites preparados em 2012/2013 (vide primeiro relatório), foram objeto da realização de pré-testes levados a efeito pelas empresas **Data Quality - Pesquisa Opinião e Mercado Ltda.** e a **IPSOS Brasil Pesquisas de Mercado Ltda.** contratadas para a sua aplicação em 2014. Os

resultados dos pré-testes e os documentos correspondentes de correção dos questionários originais estão nos Anexos<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> Vide versões finais dos questionários nos anexos 58 e 59.



## 8. LISTA COMPLETA DE TEXTOS PRODUZIDOS NO SEGUNDO ANO DE PESQUISA

- BALBACHEVSKY, E. ; SCHWARTZMAN, S. .** Job satisfaction in a diverse institutional environment. In: Peter James Bentley; Hamish Coates; Ian R Dobson; Leo Goedegebuure; V Lynn Meek. (Org.). Job Satisfaction around the Academic World. 1ed.Dordrecht: Springer, 2013, v. 1, p. 55-81.
- BALBACHEVSKY, E. .** Academic research and advanced training: building up research universities in Brazil<sup>70</sup>. In: Jorge Balan. (Org.). Latin's America's new knowledge economy: higher education, government and international collaboration. 1ed.New York: AIFS Foundation and Institute of International Education, 2013, v. , p. 113-133.
- SCHWARTZMAN, S. ; BALBACHEVSKY, E. .** Research and teaching in a diverse environment: converging values and diverging practices in Brazil. In: Jung Cheol Shin; Akira Arimoto; William K. Cummings; Ulrich Teichler. (Org.). Teaching and research in contemporary higher education: systems, activities and rewards. 1ed.Dordrecht: Springer, 2013, v. 1, p. 221-236.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. ; BALBACHEVSKY, E. .** Dilma, Erdogan e a opinião das ruas. Jornal 'O Estado de São Paulo', São Paulo, p. 2 - 2, 01 jul. 2013.
- BALBACHEVSKY, E. .** Academic cooperation in developing countries: a tool for improving academic performance and for building up horizontal trust<sup>71</sup>. In: 10th Beijing Forum: the harmony of civilizations and prosperity for all, 2013, Beijing. Global engagement and knowledge sharing in higher education: collection of papers. Beijing: University of Peking Press, 2013. v. 1. p. 162-170.
- BALBACHEVSKY, E. .** The role of the main stakeholders in shaping the dynamics in higher education policies: the Brazilian experience. In: 26th Conference of the Consortium of Higher Education Researchers, 2013, Lausanne - Suíça. 26th CHER Conference. Lausanne: University of Lausanne, 2013. v. 1. p. 1-20.
- CARNEIRO, L. P. .** 120 Assassinatos em 2013?. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, p. 2 - 2, 27 set. 2013.
- CARNEIRO, L. P. .** Para ter sucesso, proposta precisa ser focada e específica. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. A11 - A11, 30 abr. 2013.
- MESQUITA, N. C. .** Mídia e Apoio Político no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia O Caso do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013, v. , p. 147-173.
- MESQUITA, N. C. .** Telejornal e Corrupção: Notícias Negativas, Percepção Negativa?. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia O Caso do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013, v. , p. 237-257.
- MESQUITA, N. C. ; RICO, Bruno; MOISÉS, José Álvaro** “As diferentes dinâmicas da corrupção: Mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro”. In: CUNHA, Isabel Ferin “Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais”, no prelo.
- MOISÉS, José Álvaro** (Org.) ; **MENEGUELLO, Rachel** (Org.) . A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.. ed. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013. v. 01. 392p .
- MOISÉS, José Álvaro** . Democracia. In: Geraldo Di Giovanni; Marco Aurélio Nogueira. (Org.). Democracia. 1a.ed.São Paulo: Edições FUNDAP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013, v. 1, p. 246-250.
- MOISÉS, José Álvaro** . Democracia Representativa. In: Geraldo Di Giovanni; Marco Aurélio Nogueira. (Org.). Dicionário de Políticas Públicas. 1a.ed.São Paulo: Edições FUNDAP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013, v. 1, p. 262-270.

<sup>70</sup> Vide anexo 69.

<sup>71</sup> Vide anexo 60.

- MOISÉS, José Álvaro ; MENEGUELLO, Rachel** . Os Efeitos da Desconfiança Política para a Legitimidade Democrática. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 11-26.
- MOISÉS, José Álvaro** . Cidadania, Confiança Política e Instituições Democráticas. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 27-50.
- MOISÉS, José Álvaro** . Os Significados da Democracia segundo os Brasileiros. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 51-92.
- MOISÉS, José Álvaro** . Desafios da Maioridade das Eleições Democráticas. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 121-148.
- MOISÉS, José Álvaro** . Corrupção Política e Democracia no Brasil Contemporâneo. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 203-238.
- MOISÉS, José Álvaro ; MENEGUELLO, Rachel** . O Papel da Confiança para a Democracia e suas Perspectivas. In: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. (Org.). A Desconfiança Política e seus Impactos na Qualidade da Democracia - o caso do Brasil. 1a.ed.São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, p. 365-372.
- MOISÉS, José Álvaro** . The Challenges of Research on Executive-Legislative Balance of Power. Participation - Bulletin of the International Political Science Association, 2013, no prelo.
- MOISÉS, José Álvaro** . Cidadania, Confiança Política e Instituições Democráticas. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2013.
- NUNES de OLIVEIRA, E (2013). “Instituição, Contexto e Dinâmica Criminal: um Estudo sobre Crime e Violência no Brasil Democrático”. Artigo em avaliação da *Revista Política Hoje* da Universidade Federal de Pernambuco.
- NUNES de OLIVEIRA, E (2013). “Crime e Pobreza. Um estudo sobre a relação entre o crime e desigualdade social no Brasil”. Artigo a ser apresentado Latin America Studies Association (LASA), que ocorrerá em maio de 2014, em Chicago, USA.
- MARTINS, J. H. e **NUNES de OLIVEIRA, E** (2013). “O Problema Criminal Contemporâneo” Artigo será submetido à *Revista Brasileira de Segurança Pública*.
- MARTINS, J. H. e **NUNES de OLIVEIRA, E** (2013). “O sistema de justiça criminal: democracia e legitimidade”. Artigo será submetido à *Revista Lua Nova de Cultura Política*.
- MARTINS, J. H. e **NUNES de OLIVEIRA, E** (2013). “As inovações no Brasil e na Colômbia”. Artigo será
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco** . Autonomia Universitária - As Universidades Públicas e a Constituição Federal de 1988. 2ª. ed. São Paulo: imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013. v. 01. 260p.
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco** . Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. 1ª. ed. Barueri: Manole, 2013. v. 1. 416p .
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco** . Direitos Humanos. In: Di Giovanni, Geraldo; Nogueira, Marco Aurélio. (Org.). Dicionário de Políticas Públicas. 1ªed.São Paulo: Edições FUNDAP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013, v. I e II, p. 284-287.

**RANIERI, Nina Beatriz Stocco** ; vários autores . O direito educacional no sistema jurídico brasileiro. In: ABMP, Todos pela Educação. (Org.). Justiça pela Qualidade na Educação. 1ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2013, v. 1, p. 55-103.

## 9.PARTICIPAÇÕES DOS PESQUISADORES EM SEMINÁRIOS E OUTROS EVENTOS ACADÊMICOS.

**ARBACHE, G. P.** e FREIRE, D. A. M. . Participação em protestos e percepção sobre as instituições democráticas. In: Encontro Internacional Participação Democracia e Políticas Públicas, 2013, Araraquara. Encontro internacional participação, democracia e políticas públicas: aproximando agendas e agentes. Araraquara: FCL - UNESP, 2013.

**ARBACHE, G. P.** e FREIRE, D. A. M. . Votos inválidos e confiança política no Brasil. In: III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013, Curitiba. Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política UFPR - Curitiba 31 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013, 2013.

ASSUMPÇÃO RODRIGUES, Marta Maria, “Formação de Competências, Governança e Democracia no Brasil: A Política de Educação e Formação Profissional do SENAI”, *Rede de Pesquisa, Formação e Mercado de Trabalho* (Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA). Capítulo de livro. No prelo

ASSUMPÇÃO RODRIGUES, Marta Maria, “Skill Formation, Governance and Democracy in Brazil: The State of the Art of a Public Policy,” *Kellogg Institute Working Paper # 390*(Notre Dame: University of Notre Dame, February 2013).

ASSUMPÇÃO RODRIGUES, Marta Maria, “Skill Formation, Governance and Democracy in Brazil: The State of the Art of a Public Policy,” *International Journal of Education and Research-IJER*, 1, n.2 (Australia, Contemporary Research Center, February 2013).

BALBACHEVSKY, E. . Advocacy coalitions in Brazilian higher education: the role of the main stakeholders in shaping the new social contract for Brazilian higher education<sup>72</sup>. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

BALBACHEVSKY, E. ; KERBAUY, M. T. M. ; FABIANO, N. de L. . Governança universitária em transformação: a experiência das universidades públicas brasileiras. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

BALBACHEVSKY, E. ; SCHWARTZMAN, S. . The Latin-American University model and the challenges posed by the new reforms: perspectives from the academics. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

CARNEIRO, L. P. . A Política de Pacificação do Rio de Janeiro: um estudo sobre liderança e inovação. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

CARNEIRO, L. P. . Alternativas para a atividade de policiamento nas áreas pacificadas do Rio de Janeiro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

CARNEIRO, L. P. . Análise de casos de crimes cometidos por policiais militares em São Paulo. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

CARNEIRO, L. P. . Prende e solta' eleva sensação de impunidade. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

CARNEIRO, L. P. . Projeto do PSDB visa mudar Estatuto da Criança e do Adolescente. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

---

<sup>72</sup>Vide anexo 61.

- CARNEIRO, L. P. . Projeto Rio em Ordem: O Desafio da Qualidade e da Abrangência nos Serviços Prestados à População. 2013. Assessoria/consultoria
- CARNEIRO, L. P. . Proposta de assessoria técnica à Prefeitura do Município do Guarujá para a implantação de um programa piloto de Segurança e Ordem Pública Municipal. 2013. Assessoria/consultoria
- CARNEIRO, L. P. . Sala Debate do Canal Futura: O Sistema Carcerário Brasileiro. 2013. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).
- CARNEIRO, L. P. . Segurança Pública e Inteligência Policial no Brasil. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- CARNEIRO, L. P. ; Lima, Renato . Brasil registra alta na violência e nos gastos com segurança pública. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
- LOPES, B. R. V. ; **BALBACHEVSKY, E. . A NEGOCIAÇÃO DA LEI DE INOVAÇÃO: MUDANÇAS NOS PARADIGMAS QUE INFORMAM A POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL.** 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- MESQUITA, N. C. . Meios de Comunicação e Qualidade da Democracia no Brasil: Partidos Políticos, Corrupção e os Impactos da Mídia sobre a Responsividade e a Accountability. Conferência Centro de Investigação Media e Jornalismo. Lisboa, Portugal, 1 de Outubro de 2013.
- MESQUITA, N. C. ; LUENGO, O. G. . Corrupción y Accountability en Brasil y España: Los casos Mensalão y Barcenas en los medios de comunicación. 2013. In; XI Congreso Español de Ciencia Política y de la Administración – AECPA Sevilla, 18 a 20 de Septiembre de 2013.
- MESQUITA, N. C.; RICO, Bruno; MOISÉS, José Álvaro . The Different Dynamics of Corruption: Media, Institutions and Perception in the Brazilian Context. In: Political Communication RC22 - IPSA Conference, 2013, Granada, España.
- MOISÉS, José Álvaro. Jornal da Cultura (Fundação Padre Anchieta). 2013. (Comentarista)
- MOISÉS, José Álvaro; COUTO, C. G.; RICCI, P.. Participação em banca de Danilo de Pádua Centurione. Cooperação e Controle: O Papel do Legislativo em 20 Estados da Federação na Legislatura 2007-2010. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação de Ciência Política) - Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP.
- MOISÉS, José Álvaro; SANCHEZ, B. R. . Women's Political Representation and the Quality of Democracy in Brazil. 2013<sup>73</sup>. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- MOISÉS, José Álvaro; TEIXEIRA, M. . Análise do PMDB e o Sistema Político Brasileiro. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
- MOISÉS, José Álvaro; WACK, W. ; VILLA, C. . Painel, Globo News. 2013.
- OLIVEIRA, Gabriela - Seminário Geral do NUPPs - 2013.Comentarista dos Resultados Parciais da Pesquisa sobre Justiça, Democracia e Políticas Públicas. 2013.

---

<sup>73</sup> Vide anexo 68.

- PAZZIANOTTO, A.; **CARNEIRO, L. P.** ; MALHEIROS, A. C. ; CAVALCANTI, F. L. ; IZAR JUNIOR, R. . Debate Ampliação sobre Trabalho na Adolescência. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- PENTEADO, C. L. C. ; ARAUJO, R. P. A., **SANTOS, M. B. P.**. Internet, políticas públicas e participação política online: avaliação de experiências de e Participação. In: Encontro Internacional - UNESP - Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2013, Araraquara. Anais do evento Encontro Internacional - UNESP - Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2013.
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco . 50 anos do CEE. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco . Mediadora, da Mesa de Debates Políticas Públicas: organização do sistema, gestão e financiamento. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco . O impacto da experiência democrática sobre as políticas públicas de educação. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco ; ALQUERES, H. . CEE Meio século de trabalho pela educação de São Paulo (Artigo). 2013. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Reunião Científica Direito e Qualidade celebrada entre as Universidades de São Paulo USP e Universidade de Salamanca. O Supremo Tribunal Federal Brasileiro e as cotas étnicas e sociais para a Universidade Pública. 2013.
- SAMPAIO, Helena M. S. – Participou do encontro e coordenou a mesa “MR04 - Políticas de Acesso ao ensino Superior no Brasil: avanços, limites e desafios”. Expositores: Clarissa Eckert Baeta Neves (UFRGS), Cibele Yahn Andrade (NEPP), 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, 24 de setembro de 2013.
- SANCHEZ, B.R.; MOISÉS, J.A., "Representação política das mulheres e qualidade da democracia: o caso do Brasil". In: 21o Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 21/10/2013. Menção Honrosa.
- SANTOS, M. B. P.**; PENTEADO, C. L. C.; ARAUJO, R. P. A. . Sociedad civil y participación ciudadana en San Pablo. In: 7º Congreso latinoamericano de Ciencia Política, 2013, Bogotá - Colombia. Anais do 7º Congreso latinoamericano de Ciencia Política, 2013.
- SCHLEGEL, R. . A centralização decisória na Federação Brasileira do século XX. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Anais ANPUH - Simpósio 2013. São Paulo: Associação Nacional de História, 2013.
- SCHLEGEL, R. . CLAS Open Seminar, Universidade de Cambridge: Bolsa Familia Cash Transfer Programme - Tackling decentralised poverty with centralized policies. Apresentação de seminário em Cambridge, Reino Unido, em 25 de fevereiro de 2013.
- SCHLEGEL, R. ; ARRETCHE, M. Estados nos regimes federativos. Apresentação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, como parte do seminário O Estado e a Federação: Crise e Reformas, realizado em 27 de novembro de 2013, em Brasília.
- SCHLEGEL, R.; ARRETCHE, M. Declínio do Papel do Governo Estadual na Federação Brasileira. Apresentação de trabalho no seminário 25 Anos da Constituição Nacional de 1988, promovido pelo Centro

Internacional Celso Furtado, no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 2013.

SCHLEGEL, R.; *Brazilian Political Science Review* – Periódico com *peer review* mantido pela ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) - Atuação como editor-assistente de outubro de 2012 a março de 2013;

SCHLEGEL, R.; Professor visitante – Departamento de Ciência Política da USP – Oferecendo a disciplina Política Comparada V, em nível de graduação, no primeiro semestre de 2013;

SCHLEGEL, R.; *Visiting Scholar* – Junto ao CLAS (Centre of Latin American Studies) da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, de outubro de 2012 a fevereiro de 2013.

SIMONI JUNIOR, SERGIO; BORGES, TIAGO. “O PMDB e seu papel frente à bipolarização da competição partidária brasileira”<sup>74</sup>. In: III Seminário Discente do Departamento de Ciência Política – USP – São Paulo SP;

SIMONI JUNIOR, SERGIO; LACERDA, FÁBIO; SILVEIRA, MARCOS; MAGALHÃES, RAFAEL; VASSELAI, FABRÍCIO. “Programa Bolsa Família e a Performance Eleitoral dos Incumbentes Municipais”<sup>75</sup>. In: III Seminário Discente do Departamento de Ciência Política – USP – São Paulo SP;

SIMONI JUNIOR, SERGIO; LACERDA, FÁBIO; SILVEIRA, MARCOS; MAGALHÃES, RAFAEL; VASSELAI, FABRÍCIO. Brazil’s Bolsa Família Cash Transfer Program and the Electoral Performance of Mayoral Incumbents SPSA New Orleans – EUA;

SIMONI JUNIOR, SERGIO; MENDES, RICARDO. “O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro”<sup>76</sup> In: III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPR – Curitiba PR;

### 9.1. SEMINÁRIOS REALIZADOS PELO NUPPs em 2013

- 05/03/12 a 09/04/13 – 1º Ciclo de Cinema e Política: Razões de Estado e Qualidade da Democracia. Sob a coordenação do cientista político **José Álvaro Moisés** e curadoria do crítico **Luciano Ramos**, o evento recorre ao cinema contemporâneo para discutir temas atuais, como o controle da sociedade pelos governos; a escalada da corrupção e sua ligação com o crescente poder dos aparelhos repressores; a presença continuada da censura e demais obstáculos ao direito à informação. O ciclo faz parte do projeto de pesquisa que o NUPPs vem desenvolvendo, em torno da avaliação dos 25 anos de democracia no Brasil. Após a exibição dos filmes, acontecem os debates com a participação de pesquisadores e de jornalistas especializados em política. Apresentação no MIS – Museu da Imagem e do Som, com debate e reapresentação um dia antes no CINUSP – USP:

#### **O Exercício do Poder – dia 05/03**

- Leôncio Martins Rodrigues

*Sociólogo e cientista político (Unicamp)*

- Marcelo Coelho

*Colunista da Folha de São Paulo, professor de jornalismo*

#### **Intrigas de Estado – dia 12/03**

- Suzana Singer

*Jornalista, ombudsman da Folha de São Paulo*

<sup>74</sup> Vide anexo 62.

<sup>75</sup> Vide anexo 64.

<sup>76</sup> Vide anexo 63.

- Fernando Limongi  
*Chefe do Departamento de Ciência Política da USP*

**Tudo pelo Poder – dia 19/03**

- Edison Nunes  
*Professor de Ciência Política da PUC/SP*

- Renato Janine Ribeiro  
*Professor de Ética e Filosofia Política da USP*

**Leões e Cordeiros – dia 27/03**

- Miguel de Almeida  
*Diretor do programa “Sala de Cinema” da SESC TV*

- Jaime Pinsky  
*Historiador, editor e professor titular da Unicamp*

**Tropa de Elite 2 – dia 02/04**

- André Gatti  
*Professor de Cinema da FAAP e Anhembi Morumbi*

- Andre Sturm  
*Diretor do MIS e presidente do Programa Cinema do Brasil*

**Sob a Névoa da Guerra – dia 09/04**

- Sergio Adorno  
*Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP*

- Antonio Pedro Tota *Professor de História Contemporânea na PUC/SP*

- 22/03/13 – Seminário da Casa – “O papel das universidades de pesquisa nas políticas de inclusão no ensino superior: um balanço da experiência da Universidade da Califórnia”, com Prof. Dr. John Audrey Douglass - Senior Research Fellow do Center for Studies on Higher Education (CSHE), University of California at Berkeley. Debatedores: Prof. Dr. Renato Pedrosa, Centro de Estudos Avançados da UNICAMP e Profa. Dra. Elizabeth Balbachevsky, das 15h00 às 17h00, no favo 13 das Colmeias.
- 02 a 04/04/13 – Seminário Acadêmico Internacional “Justiça para a Qualidade da Educação - Educação para Qualidade da Democracia”, PROMOÇÃO: Programa da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP; Cátedra UNESCO de Direito à Educação da Faculdade de Direito da USP; Escola Paulista da Magistratura. ORGANIZAÇÃO: Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – ESPGE e Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo – EMP. APOIO: NUPPs – Núcleo de Pesquisa de políticas Públicas da Universidade de São Paulo e CAJUFA – Centro de Apoio aos Juizes da Fazenda. Local: Escola Paulista de Magistratura, SP, SP;
- 12 e 13/04/13 – o Workshop "Brasil, 25 anos de Democracia – Balanço crítico: seminário geral de avaliação dos resultados do primeiro ano de trabalho Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas-NUPPs/USP”, realizado em dois dias com toda equipe do NUPPs. Dia 12/04/13 – sala 8 – Prédio das Ciências Sociais, das 14h00 às 17h00: Abertura, professor José Álvaro Moisés, conferência do professor, Edison Nunes sobre Instituições de Representação com comentário crítico, professor Emmanuel de Oliveira; resumo e comentário crítico final da professora Elizabeth Balbachevsky; DIA 13/04/13 – sala 14 – Prédio das Ciências Sociais, das 9h30 às 17h00: Conferência do professor Emmanuel de Oliveira sobre Segurança e Criminalidade com comentário crítico do professor José Álvaro Moisés, resumo e comentário crítico final, professor Nuno Coimbra Mesquita. Conferência da professora Elizabeth Balbachevsky sobre políticas de Educação, resumo e comentário crítico final, professora Marta Assumpção Rodrigues. Balanço crítico dos resultados do primeiro ano de trabalho, professor Ricardo Tranjan e encerramento, professora Eunice Durham. Local Prédio das Ciências Sociais, salas 8 e 14, Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, Cidade Universitária, São Paulo, SP, envolvendo 10h30 de atividades.
- 26/04/13 – Workshop parte II "Brasil, 25 anos de Democracia – Balanço crítico: seminário geral de avaliação dos resultados do primeiro ano de trabalho Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas-NUPPs/USP”, Abertura, professor José Álvaro Moisés; Apresentação dos resultados sobre Sociedade Civil e Cultura Política, Nuno Coimbra; Comentário crítico, professora Helena Sampaio; Debate com os pesquisadores, bolsistas e colaboradores; Resumo e comentário crítico final, Nara Pavão; Apresentação dos resultados sobre Poder Judiciário, professora Maria Tereza Aina Sadek; Apresentação dos resultados sobre Educação e o sistema jurídico brasileiro, professora Nina Ranieri;



Comentário crítico, Gabriela Oliveira; Resumo e comentário crítico final, Lúcio Bittencourt; Encerramento, professor José Álvaro Moisés, Prédio das Ciências Sociais, sala 24 Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, Cidade Universitária, São Paulo, SP, 6 horas de atividades.

- 20 a 23/05/13 – **II Encontro Geral Unicamp – MISEAL** - que reuniu sua equipe em Campinas/Unicamp nos dias 20 e 21/05 e na USP/NUPPs, nos dias 22 e 23/05, tendo entre as organizadoras a Profa. Helena Sampaio;
- 24/06/13 - **Seminário da Casa** - “O que acontece no Brasil hoje?”, com o prof. José Álvaro Moisés, na Colmeia, favo 13-B, envolvendo 3 horas de atividades.
- 06/09/13 - **Seminários Especiais de Pesquisa I - A QUALIDADE DA DEMOCRACIA SOB AVALIAÇÃO CRÍTICA**, em torno do tema "**Crítica e discussão do conceito de qualidade da democracia**", a serem introduzidos por José Álvaro Moisés. no favo 13B, envolvendo 4 horas de atividades.
- 20/09/13 - **Seminários Especiais de Pesquisa II - A QUALIDADE DA DEMOCRACIA SOB AVALIAÇÃO CRÍTICA**, em torno do tema "**Crítica e discussão do conceito de qualidade da democracia**", a serem introduzidos por José Álvaro Moisés. no favo 13B, envolvendo 4 horas de atividades.
- 16/12/13 – **Seminário da Casa** -“Sociedade Civil, grupo de pressão e Internet”, com os pesquisadores Pablo S. Cesário e Marcelo Burgos, no NUPPs, envolvendo 4 horas de atividades;
- 28/02/13 – **Seminário da Casa** -“Gênero, Poder e Democracia”, com o prof. Mino Vianello, da Universidade de Roma “La Sapienza”. Abertura, Prof. José Álvaro Moisés, debatedora, profa. Teresa Sacchet, do Ministério do Desenvolvimento Social e NUPPs, na sala de Eventos do IEA-USP, envolvendo 2 horas de atividades.

#### **Seminários em parceria com o Instituto de Estudos Avançados – USP:**

- 11/09/13 – “A Desconfiança Política e seus impactos na Qualidade da Democracia” – Abertura Prof. Martin Grossmann/IEA, coordenação Prof. José Álvaro Moisés, debatedores, profs. Carlos A. Melo/INSPER, Fernando Limongi/FFLCH-USP, Marcus Melo, UFPE e Rachel Meneguello/Unicamp, na sala de Eventos do IEA-USP;
- 22/11/13 – Conferência “ Qualidade da Democracia no Sudeste Europeu”, com o Prof. António Costa Pinto, da ICL, Lisboa. Abertura: Prof. José Álvaro Moisés, IEA e NUPPs, na sala de Eventos do IEA-USP, envolvendo 4 horas de atividades;
- 29/11/13 – Conferência “Partidos Políticos e o Dilema Representativo”, com a Profa. Raquel Meneguello da Unicamp, na sala de Eventos do IEA-USP, envolvendo 4 horas de atividades;
- 25/02/14 – Conferência “ Gênero, Poder e Democracia”, com o prof. Mino Vianello, da Universidade de Roma “La Sapienza”. Abertura, Prof. José Álvaro Moisés, debatedora, profa. Teresa Sacchet, do Ministério do Desenvolvimento Social e NUPPs, na sala de Eventos do IEA-USP, envolvendo 2 horas de atividades.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS- 2014

- ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, IUPERJ, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, pp. 3-55, 1988.
- ABRUCIO, F e LOUREIRO, M. R. Finanças públicas, democracia e accountability. In: BIDERMAN, C. e ARVATE, P.(Orgs.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- ABRUCIO, L. F.; LOUREIRO, M. R.; OLIVIERI, Cecília; TEIXEIRA, M. A. Do Controle Interno ao Controle Social: a Múltipla Atuação da CGU na Democracia Brasileira. In: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, Editora FGV, São Paulo, v. 17, n. 60, Jan./Jun. 2012.
- ALVES, J. E. D. e CAVENAGHI, S. M. Mulheres sem espaço no poder. **IPEA**. São Paulo: Ipea. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/09\\_03\\_17\\_MulherPolitica\\_Ipea\\_Jeda\\_Smc.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/09_03_17_MulherPolitica_Ipea_Jeda_Smc.pdf). Acesso em 1º de junho de 2010.
- AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- AMORIM NETO, O. e TAFNER, P. Governos de coalizão e mecanismos de alarme de incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, IUPERJ, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, 2002.
- ANDERSON, C. e GUILORY, C. A. Political Institutions and Satisfaction with Democracy. **American Political Science Review**, Washington v. 91, n.1, pp. 66-81, 1997.
- ANDERSON, C. e LOTIEMPO, A. J. Winning, Losing and Political Trust in America. **British Journal of Political Science** v. 32, n. 2, pp. 335-351, 2002.
- ANDERSON, C. e TVERDOVA, Y. V. Winners, Losers and Attitudes about Government in Contemporary Democracies. **International Political Science Review**, v. 22, n.4, 321-338, 2001.
- ARANTES, R. **Ministério Público e política no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré/EDUC, 2002.
- ARANTES, R. B. Judiciário e política no Brasil. In: AVELAR, L. e CINTRA, O. (Org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora UNESP, pp. 81-115, 2007a.
- ARANTES, R. B. **Ministério Público na fronteira entre Justiça e Política**. São Paulo: Justia, 2007b.
- ARANTES, R. B. Polícia Federal e construção institucional. In: AVRITZER, L. e FILGUEIRAS F. (Org.). **Corrupção e sistema político no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 99-132, 2011.
- AVRITZER, L. e FILGUEIRAS, F. (Org.). **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011
- BARROS, L. V. **TCU: Presença na História Nacional**. Instituto Serzedello Corrêa. Brasília: TCU, 1999.
- BARROS, R., CARVALHO, M., FRANCO, S., MENDONÇA, R. e TAFNER, P. Confusões em torno da noção de público: O caso da educação superior (provida por quem, para quem?). **Sinais Sociais**, v.2, n.5, Editora SESC, Rio de Janeiro, 2007.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOHN, S. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009.

- BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. São Paulo, Malheiros, 1997.
- BOSMAN, R. How Germany's powerful renewables advocacy coalition is transforming the German (and European) energy market. Disponível em: <<http://www.europeanenergyreview.eu/site/pagina.php?id=3552&print=1>> Acessado em 26 de fevereiro de 2014.
- BRAGA, M. do S. S., VEIGA, L. F. e MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.24, p.123-142, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Deputados Brasileiros – Repertório Biográfico**, múltiplos volumes. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (n.d.).
- BRASIL. Ministério da Justiça. **II Diagnóstico: Defensoria Pública no Brasil**. Ministério da Justiça, 2006.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Estudo Diagnóstico: Defensoria Pública no Brasil**. Ministério da Justiça, 2009a.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **III Diagnóstico: Defensoria Pública no Brasil**. Ministério da Justiça, 2009b.
- Brasil. **Tribunal de Contas da União (TCU)**. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/TCU>> Acessado em 06 de dezembro de 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L.C., GRAU, N.C. (Orgs.) **Responsabilização na administração pública**. São Paulo: CLAD/FUNDAP, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Prefácio. In: LOUREIRO, M.; ABRUCIO, L. F. e PACHECO, R. S. V. M. (Org.). **Burocracia e política no Brasil: Desafios para o Estado Democrático no século XXI**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em: 06 de dezembro de 2012.
- CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional**. 6ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.
- CAPPELLETTI, M. Acesso à Justiça. **Revista do Ministério Público**. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 1995.
- CAPPELLETTI, M. e GARTH, B. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1988.
- CARNEIRO, G. de O. P. **A nova maioria: determinantes do apoio político ao neopopulismo na América Latina**. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2009.
- CARNEIRO, J. G.P. Análise da estruturação e do funcionamento do juizado de pequenas causas da cidade de Nova Iorque. In: WATANABE, K. (Org.). **Juizado especial de pequenas causas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.
- CARNEIRO, L. P., MIGNOZZETTI, U. G. e MOREIRA, R. O Poder Ausente: O Congresso Nacional e a Segurança Pública. In: MOISÉS, J. A. (org.), **O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2011.
- CARVALHO, E. e LEITÃO, N. O novo desenho institucional do Ministério Público e o processo de judicialização da política. **Revista Direito FGV**, v.6, n.2, jul-dez, São Paulo, p. 399-422, 2010.
- CARVALHO, J.M de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª Ed., 2005.
- CENEVIVA, R. **Accountability: novos fatos e novos argumentos - uma revisão da literatura recente**. São Paulo: ANPAD, 2006.
- CHAISTY, P.; CHEESEMAN, N. e POWER, T. Rethinking the “presidentialism debate”: conceptualizing coalitional politics in cross-regional perspective. In: **Democratization**. Routledge, Oxford, 2012.
- CINTRA, A. O. Sistema Eleitoral. In: Fátima Anastasia and Leonardo Avritzer (Orgs.) **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- CLAD. **La Responsabilización en la Nueva Gestión Pública Latinoamericana**. Buenos Aires: CLAD BID, 2000.
- COITAS e SILVA, A. A. **O Tribunal de Contas da União na história do Brasil: evolução histórica, política e administrativa (1890 - 1998)**. Instituto Serzedello Corrêa. Brasília: TCU, 1999.
- CONVERSE, P. **The Dynamics of Party Support**. Beverly Hills, CA: Sage, 1976.
- COTTA, M. e BEST, H. Between professionalization and democratization: a synoptic view on the making of the European Representative. In: COTTA, M. e BEST, H. (orgs.). **Parliamentary representatives in Europe: 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- COTTA, M. e VERZICHELLI, L. Paths of Institutional Development and Elite Transformations. In: BEST, H. e COTTA, M. (orgs.) **Democratic representations in Europe: diversity, change and convergence**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- COX, G. e MORGENSTERN, S. Epilogue: Latin America’s Reactive Assemblies and Proactive Presidents. In MORGENSTERN, S. E. NACIF, B. (orgs.). **Legislative Politics in Latin America**. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- DAHL, R.A. **Polyarchy: participation and opposition**. New Haven/Londres: Yale University Press, 1971.
- DAHL, R.A. **Democracy and its critics**. Yale: Yale University Press, 1991.
- DAHL, R.A. **On democracy**. Brasília: Editora Unb, 2001.
- DAHL, R.A.; DIAMOND, L. e MORLINO, L. **Assessing the Quality of Democracy**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2005.
- DALTON, R. The Decline of Party Identification. In: DALTON, R.J. e WATTENBERG, M. (eds.) **Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- DALTON, R. J. Partisan Mobilization, Cognitive Mobilization and the Changing American Electorate. **Electoral Studies**, v. 26, n.2, pp. 274-286, 2007.
- DALTON, R. J. e WATTENBERG, M. (eds.) **Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- DALTON, R. J. e WELDON, S. Partisanship and Party System Institutionalization. **Party Politics** v. 13, n. 2, pp. 179-96., 2007.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAY, P. e KLEIN, R. **Accountabilities: five public services**. London and New York: Travistock. 1987.

- DIAMOND, L., e MORLINO, L. **Assessing the Quality of Democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- DOGAN, M. **Elite Configurations at the Apex of Power**. Leiden: Brill Academic, 2003.
- DUNN, J. Situating political accountability. In: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. e MANIN, B. (eds.). **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press (Cambridge Studies in the Theory of Democracy), 1999.
- ELSTER, J. Accountability in Athenian politics. In: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S.C. e MANIN, B. (eds.). **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- FEARON, J.D. Electoral accountability and the control of politicians: selecting good types versus sanctioning poor performance. In PRZEWORSKI, A., STOKES, S., MANIN, B., **Democracy, accountability and representation**. Cambridge Press, 1999.
- FERNANDÉZ, J. A. **The Political Elite in Argentina**. New York, New York University Press; 1970.
- FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- FIGUEIREDO, A. Instituições e Política no controle do Executivo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, IUPERJ, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, 2001.
- FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. Modelos de Legislativo: o Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. **Revista Plenarium**, Ano 1, n.1, 2004.
- FILGUEIRAS, F. Além da transparência: accountability e política da publicidade. São Paulo: **Revista Lua Nova**, v.84, pp. 353-364, 2011.
- FILGUEIRAS, F. Transparência e controle da corrupção no Brasil. In: AVRITZER, L. e FILGUEIRAS, F. (Org.). **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FISH, S. e KROENING, M. **The Handbook of National Legislatures: A Global Survey**. New York: Cambridge University Press, 2009.
- FOX, J.A. e BROWN, D. L. Introduction. In: FOX, J. A. e BROWN, D.A. (eds.). **The struggle for accountability: the World Bank, NGOs and grassroots movements**. Cambridge: The MIT Press, 1998.
- FRANCESCHET, S. Gendered Institutions and Women's Substantive Representation: Female Legislators in Chile and Argentina. KROOK, M. L. e MACKAY, F. (ed.) **Gender, Politics, and Institutions: Towards a Feminist Institutionalism**. London: Palgrave Macmillan, pp. 58-78, 2011.
- GOETZ, A. M. e SACCHET, T. Political Parties and Gender in Latin America: an overview of conditions and responsiveness. In: GOETZ, A. M (Org.). **Governing Women: Women's Political Effectiveness in Contexts of Democracy and Governance Reform**. 1ª ed. New York: Routledge, v. 1, pp. 148-172, 2008.
- GROSSI, M. P. e MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, no. 1, p. 167-206, 2001.
- GUERRA, E. M. **Os controles externo e interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas**. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

- GUERREIRO, G. Sarney promete votar contas pendentes de FHC e Lula. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1106922-sarney-promete-votar-contas-pendentes-de-fhc-e-lula.shtml>>. Acessado em 26 de dezembro de 2012.
- HAGOPIAN, F. Chile and Brazil. In: DIAMOND, L. e MORLINO, L. (Ed). **Assessing the Quality of Democracy**. The John Hopkins University Press: Baltimore, 2005.
- HAZAN, R. e PENNING, P. (Eds.). Candidate selection in Western Democracies. **Special issue of Party Politics**, v. 7, n.3, 2001.
- HECLO, H. **Social Policies in Britain and Sweden**. New Haven: Yale Univ. Press, 1974.
- HUBER, J.; KERNELL, G. e LEONI, E. Institutional Context and Party Attachments in Established Democracies, **Political Analysis**, v. 13, pp. 365–86, 2005.
- HUNTINGTON, S. P. **The third wave: democratization in the Late Twentieth Century**. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acessado em 26 de fevereiro de 2014.
- INEP. Sinopses estatísticas da educação superior: 1994 a 2005. Disponível em <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>>. Acessado em 02 de dezembro 2010.
- INGLEHART, R. Value Change in Industrial Societies. **American Political Science Review**, v. 81, n. 4, pp. 1290-1303, 1987.
- INGLEHART, R. **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.
- JAHAN, R. Members of Parliament in Bangladesh. **Legislative Studies Quarterly**, Iowa, v. 1, n. 3, pp. 355-370, Aug., 1976.
- JUAN J. L. e STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- KARL, T. L. Electoralism. In: ROSE, R. et al. **The international encyclopedia of elections**. Washington DC: Congressional Quarterly Press, 2000.
- KENNEY, C. D. Horizontal accountability: concepts and conflicts. In: MAINWARNING, S. e WELMA, C. **Democratic accountability in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- KEOHANE, R. O. Global Governance and democratic accountability. **Unpublished paper from the Miliband Lectures**, London School of Economics, Spring 2002.
- LAAKSO, M e TAAGEPERA, R. Effective Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, pp. 3-27, 1979.
- LAMOUNIER, B. Estrutura Institucional e Governabilidade na Década de 1990. In: VELLOSO, J. P. dos R. (org.). **O Brasil e as Reformas Políticas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, IUPERJ, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, pp. 311-347, 1991.

- LEMOS, L. B. de S. e RANINCHESKI, S. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90. In: LEMOS, L. B. de S. (org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: Senado Federal, 2008.
- LEVINE, D. e MORLINA, J. La calidad de la democracia en América Latina: Una visión comparada. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 45, p. 17-46, 2007.
- LEVINE, D. e MOLINA, J. **The Quality of Democracy in Latin America**. Boulder: Lynne Rienner, 2011.
- LIJPHART, A. **Patterns of democracy**. New Haven: Yale University Press, 1999.
- LIJPHART, A. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- LIMA, L. H. **Controle Externo**. Rio de Janeiro: Editora Campos Elsevier, 2007.
- LINZ, J. Presidential or parliamentary democracy: does it make a difference? In: LINZ, J. e VALENZUELA, A. (Ed.). **The failure of presidential democracy**: the case of Latin America. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1994.
- LIPHART, A. **Democracies**: Patterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-One Countries. New Heaven: Yale University Press, 1984.
- LOEWENSTEIN, Karl **Teoría de la Constitución**. Barcelona, Ariel, 1970.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Coord.). **Coordenação do Sistema de Controle da Administração Pública Federal**. Brasil, São Paulo, Fundação Getulio Vargas, 2011.
- MACHADO FILHO, E. N. **Fiscalização de obras públicas: estudo das relações entre TCU e o Congresso Nacional**. Monografia do curso de Especialização em Orçamento Público do TCU/CEFOR/UNILEGIS. Brasília, 2008, 94p.
- MADISON, J., HAMILTON, A. e JAY, J. **Os artigos federalistas**: 1787-1788. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- MAINWARING, S. Presidentialism, Multipartyism, and Democracy: The Difficult Combination. **Comparative Political Studies**, v. 26, n. 2, 1993.
- MAINWARING, S. e SHUGART, M. **Presidentialism and democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MAINWARING, S. P. **Sistemas Partidários em Novas Democracias**: o Caso do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- MAINWARING, S. e TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, UNICAMP/CESOP, Campinas, v. 11, n. 2, pp. 249-86, 2005.
- MAINWARING, S. e WELMA, C. (eds.). **Democratic accountability in Latin America**. Oxford: Oxford University Press (Oxford Studies in Democratization), 2003.
- MAINWARING, S. e ZOCO, E. Political Sequences and Stabilization of Interparty Competition: Electoral Volatility in Old and New Democracies. **Party Politics**, v. 13, n. 2, pp. 155-78, 2007.
- MAINWARING, S. e WELMA, C. (eds.). **Democratic accountability in Latin America**. Oxford: Oxford University Press (Oxford Studies in Democratization), 2003.

- MANIN, B. Checks, balances and boundaries: the separation of powers in the Constitutional Debate of 1787. In FONTANA, Biancamaria (ed.) **The invention of the modern republic**. Cambridge University Press, 1994.
- MANIN, B.; PRZEWORSKI, A. e STOKES, S. Eleições e Representação. In: MANIN, B.; PRZEWORSKI, A. e STOKES, S. **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a05n67.pdf>>. Acessado em: 26 de novembro de 2013.
- MARENCO DOS SANTOS, A. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no congresso nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, p. 87-101, 1997. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_33/rbcs33\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_06.htm)>. Acessado em: 12 de maio de 2013.
- MARENCO DOS SANTOS, A. e SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007.
- MARIANO, R. e PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n. 34, p.92-106, 1992.
- MATLAND, R. E.; MONTGOMERY, K.A. **Women's access to political power in post-Communist Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- MCCUBBINS, M. e SCHWARTZ, T. Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms. **American Journal of Political Science**, v. 28, n.1, 1984.
- MELO, M. A. Strong Presidents, robust democracies: separation of powers and the rule of law in Latin America. **Brazilian Political Science Review**, v.3, n.2, 2009.
- MELO, M. A. Controle do Poder Executivo e presidencialismo de coalizão. **Cadernos Aslegis**, Brasília, v.40, 2010.
- MELO, M. A. Accountability, diseño institucional y calidad de la democracia. In: MUNCK, G. e Mantilla, S. **La Calidad de la Democracia: Perspectivas desde América Latina**, CELAEP, 2012.
- MELO, M. A. **Democracia e Corrupção**. 2014. No Prelo.
- MENEGUELLO, R.; SPECK, B.; SACCHET, T.; MANO, M. K.; SANTOS, F. H. dos e GORSKI, C. **Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros**. 1. ed. Campinas: UNICAMP/CESOP, v. 1, 2012.
- METCALFF, L. K. Measuring Presidential Power. **Comparative Political Studies**, v. 35, n.5, 2000.
- MIGUEL, L.F. e BIROLI, F. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, UNICAMP/CESOP, Campinas, v. 15, n.1, p.55-81, 2009.
- MOISÉS, J. A. A corrupção afeta a qualidade da democracia? **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.5, p.27-37, mai., 2010a.
- MOISÉS, J.A. (org.) **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Edusp, 2010b.
- MOISÉS, J.A. O desempenho do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão (1995 – 2006). In: Moisés, J. A. (org.) **O papel do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2011.



- MOISÉS, J. A., Blog < <http://qualidadedemocracia.com.br/> >, em 26 de fevereiro de 2014.
- MOISÉS, J. A. e CARNEIRO, G. P. Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o Regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, UNICAMP/CESOP, Campinas, v. 14, p. 01-42, 2008.
- MOISÉS, J.A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, UNICAMP/CESOP, Campinas, v.11, n.1, pp. 33-63, 2005.
- MONTERO, M. G. Presidentes y Parlamentos: ¿quién controla la actividad legislativa In América Latina? **Centro de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, 2009.
- MORAES, A. de. **Direito constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MORENO, E.; CRISP, B. e SHUGART, M. The accountability deficit in Latin America. In MAINWARING, S. e WELNA, C. **Democratic Accountability in Latin America**. Oxford University Press, 2003.
- MORGENSTERN, S. e NACIF, B. (orgs.) **Legislative Politics in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- MORLINO, L. What is a "good" democracy? Theory and empirical analysis. Paper for **Conference The European Union, Nations State, and the Quality of Democracy - Lessons from the Southern Europe**, Out.-Nov., University of California, 2002.
- MORLINO, L. Teoria da Democratização, Qualidade da Democracia e Pesquisa de Opinião: Ainda em Mesas Separadas. In: MOISÉS, J.A. (org.) **Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas**. São Paulo: EDUSP, 2010a.
- MORLINO, L. **Legitimacy and the Quality of Democracy**. UNESCO, 2010b.
- NEIVA, P. e IZUMI, M. Os "doutores" da Federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, n. 41, pp. 171-192, fev., 2012.
- NORRIS, P. Institutional Explanations for Political Support. In: NORRIS, P. (ed.). **Critical Citizens**. New York: Oxford University Press, 1999.
- O'DONNELL, G. Democracia Delegativa? **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n. 31, 1991.
- O'DONNELL, G. Accountability Horizontal e Novas Democracias. **Revista Lua Nova**, CEDEC, São Paulo, n.44, 1998.
- O'DONNELL, G. Polyarchies and the (un)rule of law in Latin America: a partial conclusion. In: MENDES, J.; O'DONNELL, G. e PINHEIRO, P.S. (eds.). **The (un)rule of law and the underprivileged in Latin America**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1999.
- O'DONNELL, G. Horizontal Accountability: The Legal Institutionalization of Mistrust. In: MAINWARING, S. e WELNA, C. **Democratic Accountability in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- O'DONNELL, G. Why the rule of law matters. In: DIAMOND, L. e MORLINO, L. **Assessing the Quality of Democracy**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2005.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. e WHITEHEAD, L. **Transições do Regime Autoritário: América Latina**. São Paulo: Edições Vértice, 1988.
- O'DONNELL, G.; CULLELL, J. V. e IAZZETTA, O. M. **The quality of democracy**. Indiana: University of Notre Dame Press, 2004.
- OFFERLE, M. Professions et Profession Politique. In: OFFERLE, M. (org.). **La Profession Politique (XIXe-XXe Siècles)**. Paris: Éditions Belin, pp. 7-35, 1999

- OLIVEIRA, F. L. **UPPs, direitos e Justiça**: um estudo de caso das favelas do Vidigal e do Cantagalo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- OLIVIERI, C. **A lógica política do controle interno**: o monitoramento das políticas públicas no presidencialismo brasileiro. São Paulo: Annablume, 2010.
- OLIVIERI, C. Combate à corrupção e controle interno. **Cadernos Adenauer**, Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, v. XII, n.3, 2011
- PATTERSON, S. Comparative Legislative Behavior: A Review Essay. **Midwest Journal of Political Science**, Bloomington, v. 12, n. 4, pp. 599-616, Nov., 1968.
- PAUL, S. Accountability in public services: exit, voice and control. **World Development**, v. 29, n. 7, pp. 1047-1060, 2002.
- PERISSINOTTO, R. M. e MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para Deputado Federal em 2006. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, IUPERJ, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, pp. 301-333, 2009.
- PESSANHA, C. **O Congresso Externo sob controle das contas do Tribunal Nacional**. Insight/Inteligência, 2003.
- PINHO, R.C.R. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- PITKIN, H. Representação: palavras, instituições e ideias. **Revista Lua Nova**, CEDEC, São Paulo, 67, 2006.
- POLSBY, N. W. Legislatures. In: GREENSTEIN, F. I. e POLSBY, N. W. (orgs.) **Handbook of Political Science**. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1975.
- PONTES, J.B. e PEDERIVA, J.H. Contas prestadas pelo presidente da república: apreciação do congresso nacional. **IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública**, Madrid, España, 2- 5 Nov., 2004
- POPE, J. **Confronting Corruption**: The Elements of a National Integrity System (The TI Source Book). Berlin & London: Transparency International, 2000.
- POWER, T. e LEMOS, L. Determinantes do Controle Horizontal em Parlamentos Reativos: o caso do Brasil (1988-2005). **Dados: Revista de Ciências Sociais**, IUPERJ, Rio de Janeiro, v. 56, n.2, 2013.
- PRZWORSKI, A.; ALVAREZ, M.E.; CHEIBUB, J.A. e LIMONGI, F. **Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990**. New York e Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- PUTNAM, R. **The comparative study of political elites**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1976.
- RENNÓ, L. R., SMITH, A.E., Layton, M.L. e BATISTA, F. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania**. São Paulo: Editora Intermeios e LAPOP, 2011.
- ROBERTS, K. M. Social Correlates of Party System Demise and Populist Resurgence in Venezuela. **Latin American Politics and Society**, v. 45, n.3, pp. 35-57, 2003.
- ROBERTS, K. M. e WIBBELS, E. Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations. **American Political Science Review**, v.93, n.3, pp. 575-90, 1999.
- RODRIGUES, A. P. **A atuação do Tribunal de Contas da União na gestão compartilhada da saúde - análise a partir do controle social**. Canoas: ULBRA, 2002.

- RODRIGUES, F. **Políticos do Brasil**. São Paulo: PubliFolha; 2006.
- RODRIGUES, L. M. **Quem é Quem na Constituinte: uma Análise Sociopolítica dos Partidos e Deputados**. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.
- RODRIGUES, L. M. **Partidos, Ideologia e Composição Social**. São Paulo: Edusp, 2002.
- RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2006.
- RODRIGUES, L. M. Popularização, trunfos e portas de entrada. **Paper for NUPPs Conference**, São Paulo, 2013.
- SABATIER, P. A. An advocacy coalition model of policy change and the role of policy-oriented learning therein. **Policy Sciences**, v.21, n.1, pp. 129–68, 1988.
- SABATIER, P. A.(ed.). **Theories of the policy process**. Cambridge MA: Westview, 2007.
- SABATIER, P. A. e JENKINS-SMITH, H. C. (eds.). **Policy Change and Learning: An advocacy coalition approach**. Boulder, CO: Westview Press, 1993.
- SABATIER, P A.; WEIBLE, C. e MCQUEEN, K. Themes and Variations: Taking Stock of the Advocacy Coalition Framework. **Policy Studies Journal**, v.37, n.1, pp.121-140, 2009.
- SACCHET, T. Beyond Numbers: The Impact of Gender Cotas in Latin America. **International Feminist Journal of Politics**, v. 10, p. 369-386, 2008.
- SADEK, M. T. (org.) **O Sistema de Justiça**. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.
- SADEK, M. T. (org.) **Acesso à Justiça**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- SADEK, M. T. Judiciário: mudanças e reformas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, pp. 79-101, 2004.
- SADEK, M.T. Ministério Público: a construção de uma nova instituição. In: OLIVEN, R.G.; RIDENTI, M. e BRANDÃO, G. (org.) **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, ANPOCS, 2008.
- SADEK, M.T. Ministério Público: um protagonista singular, **Dfato – Revista da Associação do Ministério Público de Pernambuco** , AMPPE, Pernambuco, n. 6, julho, 2011.
- SAIEGH, S. Active Players or rubber-stamps? An evaluation of the policy-making role of Latin American legislatures. In SCARTASCINI, C. et al.(org.). **How Democracy Works – Inter-American Development Bank**, 2010.
- SAMUELS, D. e SHUGART, M. Presidentialism, elections and representation. **Journal of Theoretical Politics**, v. 15, n. 1, 2003.
- SANTANA, L. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria e Sociedade**, n. 16, julho-dezembro, UFMG, Belo Horizonte, pp. 130-155; 2008.
- SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, F. Political careers in Brazil: long-term trends and cross-sectional variation. **Regional and Federal Studies**, v. 21, n.2, pp. 165-183, 2011.

- SANTOS, F. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: Santos, F.; BOSCHI, R. e DINIZ, E. (Orgs.). **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- SANTOS, F. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/IUPERJ, 2003.
- SANTOS, F. Patronagem e poder de agenda na política brasileira. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, IUPERJ, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997.
- SARTORI, G. **Elementos de teoria política**. Madrid: Alianza, 1992.
- SARTORI, G. **Parties and Parties Systems: A Framework for Analysis**. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- SAWER, M. Representation of women: questions of accountability. **Paper for IPSA Conference**, Québec, 2000.
- SCARROW, S. E.; WEBB, P. e FARRELL, D. M. From social integration to Electoral Contestation: The changing distribution of power within Political Parties. In: DALTON, R. J. e WATTENBERG, M.P. (eds.) **Parties without partisans: Political Change in Advanced Industrial Countries**. Oxford: Oxford University Press, pp. 129-53, 2000.
- SCHEDLER, A. Conceptualizing accountability. In SCHEDLER, A.; DIAMOND, L. e PLATTNER, M.(eds.). **The Self-Restraining State**. Power and Accountability in New Democracies. Boulder and London: Lynne, Rienner Publishers, pp. 13-28, 1999.
- SCHMITTER, P. The ambiguous virtues of accountability. In DIAMOND, L. e MORLINO, L. **Assessing the quality of democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- SCHUMPETER, J. The Theory of Economic Development. **An Inquiry into Profits, Capital Credit, Interest, and the Business Cycle**. New York: Oxford University Press, 1961.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SERNA, M. La composición de la elite política uruguaya: circulación y reconversión en democracia. Trabalho apresentado no **33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, realizado em Caxambu, 26-30 Out., 2009.
- SHIN, D. C. Democratization: perspectives from global citizenries. In R. DALTON, e H-D.KLINGEMANN (eds.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**, Oxford, 2005.
- SHUGART, M. e CAREY, J.M. **Presidents and assemblies: constitutional design and electoral dynamics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SILVA, J. C. da. **Empresários na Câmara de Deputados (1999-2003)**. Recrutamento, Ascensão e Trajetória Política. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Ciência Política da Unicamp, Campinas, 2002.
- SILVA, J.A. da. **Curso de direito constitucional positivo**. 19ª.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- SIQUEIRA, B.R. **O Tribunal de Contas da União de ontem e de hoje**. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, TCU, 1999.
- SKOCPOL, T. Bringing the state back in: Strategies of analysis in current research. In: EVANS, P.; RUESCHMEYER, D. e SKOCPOL, T. **Bringing the state back in**. New York: Cambridge University Press, 1985.

- SPECK, B. e SACCHET, T. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES, J.E.D.; JARDIM PINTO, C.R. e JORDÃO, F. (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, v. 1, p. 167-206, 2012.
- SPINELLI, M. Controle interno. In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J. e STARLING, H. M. M. (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- URIARTE, E. El análisis de las elites políticas en las democracias. **Revista de Estudios Políticos**, Madrid, n. 97, p. 249-275, 1997.
- VERÍSSIMO, M.P. A Constituição de 1988 vinte anos depois: Suprema Corte e ativismo judicial à brasileira. **Revista Direito GV**, Rio de Janeiro, v.8, pp. 407-440, Jul-Dez de 2008.
- VERNER, J. Educational Backgrounds of Latin American Legislators: A Three-Country Analysis. **Comparative Politics**, New York, v.6, n. 4, pp. 617-634, July, 1974.
- VIANNA, L. W.; CARVALHO, M. A.; MELO, M. P. C; BURGOS, M. B. **Corpo e Alma da Magistratura Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VIANNA, L W.; CARVALHO, M. A.; MELO, M. P. C; BURGOS, M. B. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- WATANABE, K. (Org.). **Juizado especial de pequenas causas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.
- WATANABE, K. Assistência judiciária como acesso à ordem jurídica justa. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo**, v. 22, jan.-dez, 1994.
- WEBER, M. A Política como Vocação. In: GERTH, H.H., MILLS, W. (org.). **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- WEYLAND, K. Neoliberal Populism in Latin America and Eastern Europe. **Comparative Politics**, v.31, n.4, pp. 379-401, 1999.
- ZOVATTO, D. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Revista Opinião Pública**, UNICAMP/CESOP, Campinas, 2005.

## 11. ANEXOS - LISTAGEM:

1. ALBALA Adrián, “Governos de coalizão e sistemas presidenciais: Aprofundando a teoria mediante uma ‘presidencialização’ do enfoque. Evidencias desde América Latina”;
2. ARBACHE, Guilherme. “Participação convencional e não convencional na democracia brasileira”. Texto de qualificação apresentado à banca examinadora do Departamento de Ciência Política da USP como parte do programa de pós-graduação/mestrado.
3. ARBACHE, Guilherme. “Participação Eleitoral no Regime Democrático Brasileiro”. Versão preliminar do capítulo da coletânea em preparação no âmbito do projeto.
4. ARBACHE, Guilherme; FREIRE, Danilo. “Votos Inválidos e Confiança Política no Brasil”. III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPR - Curitiba 31 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013.
5. ASSUMPÇÃO RODRIGUES, Marta Maria, “Formação de Competências, Governança e Democracia no Brasil: A Política de Educação e Formação Profissional do SENAI”, *Rede de Pesquisa, Formação e Mercado de Trabalho* (Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA). Capítulo de livro. No prelo;
6. ASSUMPÇÃO RODRIGUES, Marta Maria, “Skill Formation, Governance and Democracy in Brazil: The State of the Art of a Public Policy,” *Kellogg Institute Working Paper # 390* (Notre Dame: University of Notre Dame, February 2013);
7. BALBACHEVSKY, E. . Academic research and advanced training: building up research universities in Brazil. In: Jorge Balan. (Org.). *Latin's America's new knowledge economy: higher education, government and international collaboration*. New York: AIFS Foundation and Institute of International Education, 2013, p. 113-133;
8. BALBACHEVSKY, E. *Advocacy coalitions in Brazilian higher education: the role of the main stakeholders in shaping the new social contract for Brazilian higher education*. Trabalho apresentado na 26<sup>th</sup>. Annual CHER Conference (Consortium of Higher Education Researchers), de 9 a 11 September 2013 at the University of Lausanne, Suíça;
9. BALBACHEVSKY, E. KERBAUY, M. T. e FABIANO, N. de L. “A Governança universitária em transformação: a experiência das universidades públicas brasileiras”. Trabalho apresentado no 1º seminário da *Rede de Pesquisa, Formação e Mercado de Trabalho* (Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA). Será publicado em livro organizado pelo IPEA;
10. BAMBINI DE ASSIS, Gustavo 2013,- “O protagonismo do Supremo Tribunal Federal no novo desenho institucional brasileiro”. In WANG, Daniel (coordenador). *Constituição e política na democracia: aproximações entre direito e ciência política*. São Paulo: Marcial Pons . Pp. 53-71.
11. BONIFACIO, R. ; **SCHLEGEL, R.** . Panorama e determinantes da satisfação com os serviços públicos no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 63, p. 413-434, 2012;
12. BONIFACIO, R. ; **SCHLEGEL, R.** . Serviços públicos: o papel do contato direto e do cidadão crítico nas avaliações das instituições. In: Moisés, J. A.; Meneguello, R.. (Org.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. 01 ed. São Paulo: Edusp, 2013, v. 01, p. 341-358;

13. BURGARELLI, Rodrigo. “Transparência Governamental e Qualidade da Democracia – uma Análise sob a Ótica da *Accountability* e da Confiança Política”. Texto produzido para a disciplina de pós graduação do DCP-USP. [Anexo SC14]
14. CESÁRIO, Pablo Silva, “O Lobby no Brasil: grupos de interesse assimetria de influência”;
15. CESÁRIO, Pablo. “A Influência Em Brasília: Os Grupos de interesse no Poder Legislativo. Texto apresentado no seminário do NUPPs “Sociedade Civil, Grupos de Pressão e Internet”, 16 de dezembro de 2013. Versão preliminar do capítulo da coletânea em preparação no âmbito do projeto.
16. LUCENA, Elisa Vanzella. “O impacto da experiência democrática sobre as políticas públicas de educação por via da atividade do supremo Tribunal Federal, do superior Tribunal de Justiça e do congresso nacional”.
17. LUCCHESI, M. A. S. As Universidades estaduais paulistas e o ensino da arte.. *Arterevista*, 1(1), jan/jun 2013, p 143-155;
18. LUCCHESI, M. A. S. História da interiorização do ensino superior no estado de São Paulo: as instituições municipais de Ensino Superior. *Revista Ambiente educação*. 1(1) 2014;
19. LUCCHESI, M. A. S. Public Policies in The State of São Paulo: State Universities and Scientific Production. A compared perspective. Trabalho apresentado no XV World Congress on Comparative Education, Buenos Aires 2013;
20. MALAFAIA, Pedro. “Sistema Nacional de Cultura e Federalismo Cultural no Brasil: abordagem crítica sob a perspectiva da qualidade da democracia”. Texto produzido para a disciplina de pós graduação do DCP-USP. Relatório de pré-teste – IPSOS.
21. Relatório de Pré-teste de Massa - IPSOS.
22. MALAFAIA, Pedro; BITTENCOURT, Lúcio. “Políticas Públicas de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura”. Texto produzido especialmente para o presente relatório.
23. Relatório de Pré-Teste de Elite – DataQuality.
24. MARTINS, J. H. e **NUNES de OLIVEIRA, E.** (2013). “As inovações no Brasil e na Colômbia”. Artigo será submetido à *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.
25. MARTINS, J. H. e **NUNES de OLIVEIRA, E.** (2013). “O Problema Criminal Contemporâneo” Artigo será submetido à *Revista Brasileira de Segurança Pública*.
26. MARTINS, J. H. e **NUNES de OLIVEIRA, E.** (2013). “O sistema de justiça criminal: democracia e legitimidade”. Artigo será submetido à *Revista Lua Nova de Cultura Política*.
27. MESQUITA, N. C. ; LUENGO, O. G. *Corrupción y Accountability en Brasil y España: Los casos Mensalão y Barcenos en los medios de comunicación*. 2013. Texto apresentado no XI Congresso da Associação Espanhola de Ciência Política – AECPA; 18 e 19 de Setembro, 2013,
28. MESQUITA, N. C. “Mídia e Apoio Político no Brasil”. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. (Org.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia O Caso do Brasil*. 1ed.São Paulo: Edusp, 2013, v. , p. 147-173.
29. MESQUITA, N. C. “Telejornal e Corrupção: Notícias Negativas, Percepção Negativa?”. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. (Org.). *A Desconfiança Política e os seus*

30. MESQUITA, Nuno Coimbra, “Meios de Comunicação e Partidos Políticos”
31. MESQUITA, Nuno Coimbra; MOISÉS, José Álvaro, RICO, Bruno. “As Diferentes Dinâmicas da Corrupção: Mídia, Percepção e Instituições no Contexto Brasileiro”. In: CUNHA, Isabel. *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspectiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique*. No prelo. Uma versão em inglês foi apresentada na Political Communication Research Committee (IPSA) Conference. Granada, Espanha, 12 e 13 de setembro, 2013.
32. MOISÉS, J. A. (org.) “O CONGRESSO NACIONAL, OS PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA DE INTEGRIDADE: (representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, no prelo.
33. MOISÉS, J. A., A DESCONFIANÇA POLÍTICA E OS SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DA DEMOCRACIA foi publicado pela EDUSP
34. NUNES DE OLIVEIRA JR., Emmanuel Silva “Análise das Políticas Públicas de Segurança no Brasil, entre 1982 e 2010: Contexto, Instituições e Indivíduos”;
35. NUNES de OLIVEIRA, E (2013). “Crime e Pobreza. Um estudo sobre a relação entre o crime e desigualdade social no Brasil”. Artigo a ser apresentado *Latin America Studies Association (LASA)*, que ocorrerá em maio de 2014, em Chicago, USA.
36. NUNES de OLIVEIRA, E (2013). “Instituição, Contexto e Dinâmica Criminal: um Estudo sobre Crime e Violência no Brasil Democrático”. Artigo em avaliação da *Revista Política Hoje* da Universidade Federal de Pernambuco.
37. OLIVEIRA, Gabriela, “Consenso e Representação na Democracia Brasileira: Uma Análise Individual e Sistêmica do Apoio às Instituições de Representação Política”;
38. RANIERI, Nina - Cátedra UNESCO de Direito à Educação da Faculdade de Direito: Democracia, cidadania e direito à educação. *Revista da Faculdade de Direito/USP*, São Paulo: jan/dez.2013 (no prelo);
39. RANIERI, Nina – *Democracy and justiciability of the right to education*. Artigo elaborado para apresentação no *3<sup>rd</sup> Annual International School choice and Reform Academic Conference*, a ser realizado em Fort Lauderdale, Florida, EUA, entre 17 e 20/01/2014, sob a organização das universidades Nova Southwestern, Arkansas, Hawaii e Boston. A ser publicado nos anais da conferencia;
40. RANIERI, Nina - O direito educacional no sistema jurídico brasileiro. *In Justiça pela qualidade na educação*, ABMP, Todos pela Educação (organização). São Paulo: Saraiva, 2013, pp.55-103;
41. RAUSCHENBACH, Rolf. “Os Plebiscitos sobre a Criação dos Estados de Carajás e de Tapajós”. Artigo em fase de avaliação pela *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.
42. RAUSCHENBACH, Rolf. “Processos de democracia direta: sim ou não? Os argumentos clássicos à luz da teoria e da prática”. *Revista de Sociologia e Política*. No prelo.
43. SADEK, Maria Tereza Aina, “Direitos: a construção da igualdade”



44. SAMPAIO, H. “Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos” In Maria Lígia Barbosa (ed) Ensino Superior: expansão, diversificação e democratização. Ed. UFRJ, no Prelo;
45. SAMPAIO, Helena “Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão”. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), 2014 (texto aceito para publicação);
46. SAMPAIO, Helena “Ensino superior no Brasil e os limites para a consolidação de um sistema de massa”. Trabalho apresentado no “Encontro anual das sócias do projeto MISEAL: Medidas de Inclusão digital e equidade no Ensino Superior. Campinas, 16 de maio de 2013;
47. SANTOS, M. B. P.. “Participação política: novos arranjos entre e Estado, sociedade civil e TICs na consolidação democrática”. Texto apresentado no seminário do NUPPs “Sociedade Civil, Grupos de Pressão e Internet”, 16 de dezembro de 2013. Versão preliminar do capítulo da coletânea em preparação no âmbito do projeto.
48. SANTOS, M. B. P.. “Participação política: novos arranjos entre Estado, sociedade civil e TICs na consolidação democrática”. Projeto de Pós-doutorado iniciado no NUPPs em 2013.
49. SANTOS, M. B. P.; PENTEADO, C. L. C. ; ARAUJO, R. P. A. . Sociedad civil y participación ciudadana en San Pablo. In: 7º Congreso latinoamericano de Ciencia Política, 2013, Bogotá - Colômbia. Anais do 7º Congreso latinoamericano de Ciencia Política, 2013. Uma versão desse texto também foi apresentado no World Social Science Forum, 2013, Montréal - Canadá. Anais do World Social Science Forum, 2013.
50. SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos, “Participação política: novos arranjos entre Estado, sociedade civil e TICs na consolidação democrática”;
51. SCHLEGEL, R. A Educação Brasileira e seus Retornos Políticos Decrescentes. In: Moisés, J. A.; Meneguello, R.. (Org.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. 01 ed. São Paulo: Edusp, 2013, v. 01, p. 175-198;
52. TIRONI, Sara. A Gestão da Política de atendimento à criança e ao adolescente no contexto da doutrina da proteção. Integral. In *Cadernos de Direito Educacional*: Editora Revista dos Tribunais, jul-dez-2013 (no prelo);
53. TIRONI, Sara. Educação para a qualidade da democracia: a questão do ensino religioso no Brasil frente às finalidades do direito à educação - In *Cadernos de Direito Educacional*: Editora Revista dos Tribunais, jan-jun-2014 (no prelo);
54. TRANJAN, J. Ricardo, “Participatory Democracy in Brazil: Foundations, Developments, and Limits”. Tese apresentada na *University of Waterloo, na área de Filosofia em Governança Global*, Waterloo, Ontario, Canada, com bolsa sanduíche no NUPPs - USP, 2012;
55. VERÍSSIMO, José. “Comportamento Legislativo no Congresso Nacional e Qualidade da Democracia: paradigmas de políticas públicas e produção legislativa na Comissão Permanente de Cultura e na Frente Parlamentar em Defesa da Cultura”. Projeto de Pós-Doutorado iniciado em 2013 no NUPPs (Fapesp);
56. VERÍSSIMO, José. “Comportamento Legislativo no Congresso Nacional e Qualidade da Democracia: paradigmas de políticas públicas e produção legislativa na Comissão Permanente de Cultura e na Frente Parlamentar em Defesa da Cultura”. Projeto de Pós-Doutorado iniciado em 2013 no NUPPs (Fapesp);
57. PAVÃO, Nara, “Grupos Focais – Corrupção política”;

58. Questionário de Elite;
59. Questionário de Massa;
60. BALBACHEVSKY, B. "Academic Research and Advanced Training: Building up Research Universities in Brazil";
61. BALBACHEVSKY, B. "Advocacy coalitions in Brazilian higher education: the role of the main stakeholders in shaping the new social contract for Brazilian higher education";
62. SIMONI JR., S. e Borges, Tiago D. P, "O PMDB e seu papel frente à bipolarização da competição partidária brasileira";
63. SIMONI JR, S.. e RIBEIRO, Ricardo Mendes, "O SURGIMENTO DO PSD E O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO";
64. SIMONI JR, S. et ali, "Programa Bolsa Família e a Performance Eleitoral dos Incumbentes Municipais";
65. MOISÉS, J. A. (Org.) "A DESCONFIANÇA POLÍTICA E OS SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DA DEMOCRACIA – O CASO DO BRASIL", no prelo;
66. Corrupteca – Analytics;
67. Corrupteca – Mapa;
68. LUTAIF, Michel Kurdoglian, relatório parcial, "Brasil, 25 anos de democracia e políticas públicas para o direito à educação - análise dos projetos de lei não aprovados no congresso nacional entre 1995 e 2010";
69. FREITAS, Rafael Romão, relatório parcial "Balanço crítico dos projetos de lei relativos a políticas públicas para a educação básica que tramitaram no Congresso Nacional entre 2000 e 2010";